

MARGARITA MARÍA CARDOZO GÓMEZ

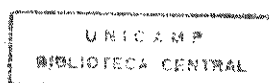
A PRÁTICA HISTÓRICA NO PROCESSO  
DE CONSTITUIÇÃO DE DIFERENTES  
CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA

DE ESTADOS PRIMITIVOS ATÉ A MODERNIDADE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1994



Este exemplar corresponde à redação final da  
dissertação defendida por Margarita María  
Cardozo Gómez e aprovada pela Comissão  
Julgadora em: 10 / 06 / 94

Data: 10 / 06 / 94

Assinatura: \_\_\_\_\_

A handwritten signature in black ink, consisting of stylized, overlapping loops and curves, positioned above the signature line.

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de **MESTRE EM EDUCAÇÃO** na Área de Concentração: Filosofia e História da Educação à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do Prof. Dr. Dermeval Saviani.

Comissão Julgadora:

Ana Lúcia g. de Faria

Maria Lúcia g. de Faria





*Aos meus pais, irmãos e a Chave (nossa babá) pelo amor com que partilharam minha infância.*

*Aos meus filhos:*

*† Martín, pelos dias felizes que nos deu,  
Pedrito, filho de leite,*

*Ao filho que virá.*

## AGRADECIMENTOS

No dolorido processo do encontro e aquisição do conhecimento, tenho que reconhecer a multiplicidade de forças que se foram adicionando, apoiando com compreensão e afeto sua continuidade.

No transcurso dos créditos, tenho que agradecer aos meus professores que permitiram desde suas disciplinas centrar meu interesse de estudo: a Dona Amélia, Regina de Assis, Sigrist, Gilberta, Cesar Paiva. A Sanfelice, pois em sua disciplina, História das Doutrinas Pedagógicas, consegui entender a importância do estudo da história da criança, visando sua correspondência com as correntes pedagógicas.

Ao professor Saviani devo muitas das minhas mudanças, afirmações e a compreensão de minhas dificuldades pessoais e intelectuais, razão pela qual, sinto-me extremamente afortunada. Em primeiro lugar, ao escutá-lo em sala de aula encontrei respostas a muitas das inquietações que trazia da Colômbia, originadas em problemas discutidos em grupos de estudos e em encontros pedagógicos. De sua obra não só extrai os subsídios para fundamentar meu projeto de Dissertação, como sinto-me reconhecida por ter vivenciado na prática aquelas propostas teóricas por ele desenvolvidas.

No momento em que o professor Saviani assumiu a orientação de meu projeto, me senti, por um lado, extremamente emocionada mas, por outro, senti um forte compromisso devido a sua grande obra, o que provocou muita angústia e até momentos de paralisia na realização deste trabalho. Esta situação foi gradualmente superada devido à grande tranquilidade, paciência e compreensão que o professor Saviani transmite, permitindo-me desmistificar imagens preestabelecidas, produto

de uma educação tradicional e fortemente religiosa, onde os professores apresentam, ainda hoje, uma postura autoritária e inquestionável. Esta imagem nunca coincidiu com a prática vivenciada por mim durante a orientação do professor Saviani.

Com ele sempre encontrei uma pessoa com tempo para me escutar apesar de seus múltiplos compromissos, uma pessoa com quem discutir os problemas apresentados na realização dos textos elaborados e uma ajuda para sua correção, tendo sempre uma palavra e uma atitude tranqüilizadora ante minhas angústias, originadas na tentativa de corresponder ao máximo às exigências que eu mesma estabelecia e que eram impossíveis de serem cumpridas.

Por tudo isto, sinto-me extremamente privilegiada, por ter conseguido, além de me aproximar da teoria, experimentar uma prática de vida pedagógica na qual o respeito à liberdade e à autonomia é o elemento norteador. Isto me ajudou na conscientização das minhas limitações e das minhas possibilidades, as quais só foram superadas através do seu reconhecimento e do esforço por tentar erradicá-las.

A meus colegas, muitos dos quais amigos, e ainda mais, irmãos de trajetória, de quem recibi não só um afeto que fez ampliar minha família, universalizando-a, senão, também, o apoio e a força dos que sabem que os momentos difíceis se passam no momento de enfrentar, até vencer, as barreiras: Guillermo, Leonel, Nadima, Elena, Pilar, Lice, Rosa Lydia, Betita, Vera, Márcia, Silvio, Heloisa, Lúcio, Valéria, Luis.

Agradeço especialmente a minhas colegas e amigas: a Francinete, quem me ajudou a discutir e orientar o projeto de trabalho; a Rosa Fátima, a quem devo muitas horas de discussão e correção dos textos deste estudo. Por isto, ela é a madrinha deste "filho".

A meus amigos, que ao longo de minha estada no Brasil vão compondo meu grande patrimônio afetivo. A Carloncho, Jorge, Andrea, Oscar, Silvia, Gabriel, Saquini, Tiana, Urania, Mônica, Edmundo, Robsom, Danielle, Alexandre por seu estímulo.

A meus amigos e corretores do portunhol, Bethânia e Sergio, pelas horas que me dedicaram.

Ao CFAPE, ofereço-lhe este trabalho.

Às instituições financiadoras que apoiaram este trabalho: CAPES e FAPESP.

Aos funcionários da Faculdade de Educação por seu valioso apoio. A Nadir e Amauri pelo carinho.

A Jane, por sua amizade e colaboração em casa.

Ao programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da UNICAMP, cuja abrangência com que são enfocados os estudos possibilita ampliar os marcos de referência que se possui quando se vive uma educação fechada em uma só área do saber, deixando de lado outras áreas que, além de serem complementares na sua interdisciplinariedade, universalizam as possibilidades de enfrentar os múltiplos problemas que envolvem a educação.

Por último, mas principalmente a meu companheiro de viagem: Antonio, por seu amor. E, a sua família, a quem extendo este agradecimento, pelo seu afeto.

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	
ESTADOS DE SOBREVIVÊNCIA E SURGIMENTO DE CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA	8
Quando a Vida Era uma Prática Só	9
Início da Reflexão e da Regulamentação da Prática	11
O Homem Intencionalmente Definindo e Delimitando sua Prática	14
A Educação Especializada Definindo Concepções de Criança	21
O Ideal do Homem na Democracia Grega e a Construção do Cidadão	28
A Educação do Homem Livre	32
O Declínio do Ideal e as Novas Tendências Orientando a Vida do Homem	47
Apontando para a Identificação das Concepções de Infância	52

## **CAPÍTULO II**

<b>IDENTIFICAÇÃO DE PRINCÍPIOS DIFERENCIADORES ORIENTANDO A VIDA DA CRIANÇA</b>	<b>61</b>
Reconhecimento de Características de Barbárie na Vida da Criança	63
O Infanticídio	63
O Abandono	66
Enfaixamento, Crueldade e Superstição	69
Comportamento Sexual e Concepções de Infância	71
A Busca de Novos Caminhos na Transformação do Homem Medieval	78
Crenças, Ideais e Conveniências Determinando a Realidade da Criança	85
Do Claustro Materno ao Claustro Social e Religioso	97
Uma Nova Visão de Mundo, Homem, e Criança na Modernidade	106
A Educação Burguesa Reformulando o Sentimento de Infância	115
Resistências Diante da Nascente Identidade de Infância	120
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>127</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>139</b>

## RESUMO

Esta pesquisa analisa, através da história, as circunstâncias a que foi submetida a criança e, a partir disto, estuda a forma como foi sendo concebida a infância. Por esta razão, estuda-se a prática educativa que até finais do século XVIII estabeleceu-se sobre a criança e que deu sustento a distintas correntes pedagógicas. Assim, a maior importância deste estudo deriva da fundamentação apresentada, permitindo entender como foi concebida a infância e o que isto implica, a nível educativo, em relação com o pedagógico, já que, conforme se sustenta, a concepção de infância impõe um certo tipo de educação.

*"Un niño es un hombre en caracteres pequeños, el mejor ejemplar de Adán antes de que conociera a Eva o provara la manzana... Su alma es aún un papel en blanco no emborronado con observaciones del mundo... no conoce el mal..." \**

\* John Earle, "Microcosmography" (1628), apud Illick (1982: 356-357).



## INTRODUÇÃO

Neste trabalho parte-se do pressuposto que tanto a forma de atuar com a criança quanto os fundamentos que regem a educação da mesma, implicam uma concepção específica de infância, a qual se encontra elaborada de acordo com os princípios que regem a sociedade. Este estudo se detém em apresentar o processo no qual a sociedade foi pensando, elaborando, estruturando e transformando diferentes papéis, para distribuí-los entre os homens, seus atores principais, de acordo com a divisão que foi se estabelecendo entre eles através da história. Assim, preocupa verificar porque nos períodos anteriores à modernidade a especificidade da vida da criança não foi levada em conta, ficando diluída na relação que se estabelecia entre ela e o adulto de seu mesmo grupo social.

O interesse principal é, pois, analisar as concepções de infância que foram sendo estabelecidas historicamente e identificar como estas concepções foram se delimitando e criando mecanismos cada vez mais complexos e especializados de conduzir a vida da criança. Para tanto, pretende-se acompanhar o processo de socialização da criança e seus efeitos em sua formação, assinalando os diferentes aspectos que influenciaram a constituição da concepção de infância, desde o mundo primitivo até a modernidade.

Procura-se, também, apontar subsídios que possibilitem identificar a origem das diferentes concepções pedagógicas, seguindo o processo da constituição das concepções de infância através da forma de educar a criança nos processos de inculturação e aculturação,<sup>1</sup> desde os procedimentos elementares da educação familiar até as formas mais elaboradas de educação escolar. Por conseguinte, busca-se o referencial que vislumbre o caminho da identificação e projeção da

---

<sup>1</sup> Para Manacorda, os processos de inculturação e aculturação fazem parte do "processo educativo pelo qual a humanidade elabora a si mesma, em todos seus vários aspectos". Por inculturação entende-se o processo pelo qual os homens apreendem a própria cultura do grupo em que vivem e, por aculturação o processo de incorporação de uma cultura alheia, seja de forma impositiva ou não. MANACORDA, M. A. (1987: 11) em Historia de la Educación. S. XXI, México.

concepção de infância nos dias atuais. Aclara-se que este trabalho só abrangerá a história da infância no processo de constituição de sua concepção.

Este trabalho tratará da recuperação histórica das concepções de infância ocidental configuradas pela prática. Levará em conta os diferentes momentos em que a concepção de infância foi indiferenciada e confundida com a do adulto, situação esta que prevaleceu até fins do século XVIII. Nessa fase o desconhecimento das características próprias da criança era patente, encontrando-se uma relação que tinha no adulto o único modelo a ser seguido. Assim, neste estado concebido como uma etapa contínua, as crianças eram forçadas a entrar no modelo de comportamento do adulto sob a imposição de regras previamente determinadas.

Tal situação pode ser estudada acompanhando a história do desenvolvimento científico, ocorrido nos diferentes países até atingir seu auge na modernidade. Dessa forma, os autores, ao estudar as diferentes etapas do percurso da humanidade, mostram como seu desenvolvimento não ocorre de forma rápida, nem tranqüila, fazendo parte de um processo no qual a dinâmica da transmissão cultural vai estabelecendo uma identidade dentro de contínuos contrastes entre o novo por afirmar-se e o existente a ser superado.

Sendo assim, a pesquisa tem a ver com os processos sócio-político-culturais pelos quais passou a criança através da história, destacando a forma de ser educada até chegar a identificar as diferentes concepções que foram se estabelecendo sobre ela. Desta forma, através dos diferentes séculos e em alguns países representativos, acompanhar-se-á o processo de construção e identificação da concepção de infância e de como se foi amadurecendo a confusa visão que recaía sobre ela, quando concebida como um membro a mais da espécie dentro do mundo adulto, sem um espaço específico na sociedade.

Serão incorporadas na análise as principais características da relação que o adulto estabeleceu com a criança em cada uma das diferentes épocas; seu (des) conhecimento sobre ela e sua (in) sensibilidade frente à sua própria história quando criança; a predominância desta visão totalizadora da unidade adulto-criança e como esta se constituiu em um dos fatores que dificultaram a mudança

da concepção de infância. Além disso, identificar-se-á o entendimento do adulto sobre o processo de socialização da criança a partir da educação nos diferentes níveis sócio-econômicos.

Nesse processo será considerada a forte discriminação sexual com que foi tratada e conceituada a criança, sendo este um importante fator na sua concepção. Será assinalado também, outros fatores como a distância firmada entre governantes e governados e, a situação de inferioridade da mulher a qual, agregada à massa dos discriminados constituíam o bloco dos governados.

Em síntese, este estudo centrar-se-á na germinação e na evolução da concepção de infância que a humanidade foi projetando através da história, desde sua situação na prática de vida sob regime tribal, em que se compartilhava a direção do mais forte, até as primeiras formas mais específicas que foi assumindo a educação da criança, sempre subordinada aos objetivos maiores da sociedade, frente ao grande desconhecimento da particularidade da criança. Sendo que, após a primeira divisão social e até a modernidade, poder-se-ia pensar que a criança terminou, prioritariamente, envolvida num processo de aculturação e, em muitos casos, como uma peça solta. Tudo isto leva em conta que a criança foi igualada ao grupo dos inferiores, não sendo identificada diferentemente do adulto, e tendo que seguir seu modelo, o qual estava alheio a muitas de suas possibilidades e condições de desenvolvimento.

Na literatura consultada, pode-se deduzir com clareza dois momentos na concepção de infância: em primeiro lugar, existe uma indeterminação da categoria criança, que veio desde os primórdios até o fim da modernidade; em segundo lugar, aparece a formulação explícita desta categoria -que se deu quando a criança foi separada da simbiose com o adulto, e que teve seu início no fim da modernidade, momento em que se consolida a sistematização de princípios e formas mais elaboradas de orientar a educação, gerando condições para a formulação das grandes correntes pedagógicas conhecidas. Essas correntes, ao sintetizarem as diferentes formas de conduzir, orientar ou formar a criança, partiram dos modelos sociais, assim como da concepção de homem neles incorporada. Estabeleceu-se, de forma implícita ou explícita, uma concepção de criança. Portanto, uma forma de orientar sua vida e construir a identidade do futuro homem. A partir de então

começou-se a estudar a particularidade da criança e a identificação das formas de introduzi-la nos diferentes modelos sociais em curso.

Vê-se, assim, que a literatura ao adentrar-se no tema, mostra como, aos poucos, a criança vai sendo concebida, até se chegar a uma concepção específica dela, a qual está atrelada à delimitação da divisão etária segundo seu desenvolvimento psicofisiológico, cuja origem se dá por volta do século XVIII, sendo formulada mais explicitamente por volta do século XIX. A partir desse momento a criança passa a ser propriamente reconhecida e identificada de maneira explícita, sob idéias que a generalizaram, universalizando a sua essência. Entretanto, este estudo não se ocupará do desenvolvimento da explicitação da concepção da infância.

Na realização desta dissertação, foram consideradas, em sua maioria, fontes secundárias de autores que direta ou indiretamente abordaram o tema da vida da criança no decorrer da história. A contextualização deste trabalho foi subsidiada pelas leituras de Marx (1973), Ponce (1983), Manacorda (1987), Enguita (1989) e Luzuriaga (1990). Ao procurar princípios geradores da concepção de infância partiu-se de Platão (1973) e da concepção de homem e mundo que os gregos irradiaram pelo mundo ocidental. Outros embasamentos foram extraídos das pesquisas de DeMause et alii (1982), Badinter (1985), Ariès (1981), os quais mostram que a história da criança vem evoluindo muito lentamente e seguindo caminhos difíceis. Denota-se que o eixo central desta pesquisa é uma síntese da constituição da história da criança através dos grandes períodos de tempo, sendo que uma das preocupações é a contextualização desta, ressaltando-se tanto a forma de educação destinada à criança quanto a especificidade que foram seguindo as concepções de infância.

Este estudo é primordialmente teórico, onde vão ser trabalhadas as concepções de criança que implícita ou explicitamente têm a ver com concepções de vida, de homem, de mundo e do processo de construção que o homem pratica sobre si mesmo. Outro ponto a ressaltar é a importância da conotação do termo "prática", como definidora das relações estudadas, a qual entende-se determinando os processos educativos pelos quais a humanidade transita.

A identificação da concepção de infância na história é um tema pouco explorado. Ressalta-se, entretanto, como a partir do século XIX começa um certo interesse pela criança, florescendo principalmente o campo da psicologia, procurando entender sua evolução psíquica ou psicofisiológica e outros ramos ligados a essas áreas da saúde mental e física, temas que fogem dos objetivos deste estudo. Cuidando-se de não deixar o tema central, não se entrou no campo da sociologia, nem da medicina, assim como outros ramos destes saberes, limitando-se este a estudos sócio-históricos mais amplos, apesar de se reconhecer na medicina os primeiros estudos sobre a criança, e na sociologia a preocupação com a criança marginalizada, temas abordados de forma indireta.

Este trabalho está dividido em dois capítulos: no capítulo I, "Estados de Sobrevivência e Surgimento de Concepções de Infância", far-se-á alusão à vida da criança na sociedade tribal, na qual não se poderia falar da existência propriamente dita de uma concepção de infância; onde só prevaleceu a prática da sobrevivência. A primeira distribuição no trabalho produtivo constituiu-se em uma rudimentar divisão social frente às possibilidades de trabalhar. Assim sendo, na sociedade primitiva não existia uma concepção específica de criança.

Posteriormente, com a primeira divisão do grupo, entre homens livres (os que separaram maior tempo para conceber e administrar a prática da vida na comunidade e os que se ocupavam do trabalho mais elaborado) e escravos (os executores do trabalho físico) começaram a delinear-se padrões mais elaborados na condução e distinção das crianças. A criança do grupo de estrato social mais elevado (os nobres), passa a ser educada de uma forma diferenciada, onde já se delineia a formação de um novo homem. A partir deste modelo diferenciaram-se as crianças dos outros níveis sociais, incluindo a escrava, que não era contada como ser humano, e de quem se poderia dispor à vontade.

Nessa fase destaca-se que o comportamento dos adultos sobre as crianças baseava-se na disciplina através da severidade e do rigor dos castigos, os quais formariam a obediência e a temperança, princípios fundamentais na moral das crianças, formadas para ser, quer bons governantes quer bons governados, entendendo a desigualdade como um fato natural.

O capítulo II, "Surgimento de Princípios Diferenciadores da Criança em Relação ao Adulto", procura compreender a concepção de criança na sociedade feudal, dividida entre senhores e servos, cuja fonte de riqueza se baseou prioritariamente na posse da terra. Nesta, evidencia-se o processo de transição, ambivalência e instabilidade, onde predomina a luta acirrada entre o antigo e a implantação do novo modelo para ser seguido por crianças e adultos, tratando do fortalecimento ou da emissão de regras práticas e disposições de comportamentos morais que deveriam estabelecer.

Decorrentemente, a criança passa a receber mais atenção do adulto e, em geral, das instituições que a acolheram, quando o poder destas se viu comprometido, especialmente o da Igreja. O clero então valeu-se da educação para preservar seu espaço de importância, favorecendo-se com isto a constituição de tímidos indícios na identificação da criança como uma categoria específica.

Em seguida, tratar-se-á da sociedade moderna que, a partir do desenvolvimento científico e industrial e junto à expansão do credo religioso e político, faz da educação o centro da atenção, porém ainda marcada por fortes traços na indefinição criança-adulto, predominando a concepção de criança externa a ela. Assim, este estudo vai até o fim da modernidade onde começou a delimitação e identificação da criança como tal, em sua singularidade, quando toma corpo como categoria própria.

Nas Considerações Finais sintetizar-se-á, em nível geral, as principais conclusões decorrentes da análise da história da infância. Em nível específico, centrar-se-á a análise nas principais idéias em torno da relação entre concepções de criança e os princípios norteadores que deram origem às correntes pedagógicas.

Grande parte das referências que se encontram sobre a história da infância, principalmente até o século XVIII, focalizam a relação adulto-criança, onde por um lado, encontra-se o adulto possuidor de máximo poder, dono e detentor da autoridade e impositor de ordens, e por outro lado, encontramos a criança, a qual contraditoriamente, é igualada ao adulto, ainda que concebida como um ser carente, e assim obrigada a obedecer e submeter-se.

A história da criança registra, nos distintos momentos históricos, as formas predominantes de se lidar com a criança, formas estas que permanecem como resquícios daqueles momentos, ainda na época contemporânea. Aí reside, com efeito, a maior importância deste estudo, o qual contribui para se compreender as atuais concepções de infância, através da herança transmitida das práticas e concepções anteriores, que prevalecem com maior ou menor força.

Com este grande marco geral, pretende-se mostrar, em síntese, os processos de socialização enfrentados pela criança através da história e as circunstâncias às quais tem estado submetida, em decorrência dos processos de criação que tem sofrido, desde estados primitivos de sobrevivência, até chegar a processos mais elaborados de aquisição e incorporação cultural, com as seqüelas que toda transformação contém.

## CAPÍTULO I

### ESTADOS DE SOBREVIVÊNCIA E SURGIMENTO DE CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA

Esta primeira parte do estudo ocupar-se-á do processo da constituição de concepções de infância, deduzíveis a partir da relação de imposição dos adultos sobre a vida das crianças, o qual se acompanhará até o início da Idade Média. Assim sendo, partir-se-á da sociedade primitiva, voltada essencialmente para a conservação primária da própria espécie. Em seguida, com a divisão do trabalho entre material e administrativo—o que representou uma forma mais elaborada de enfrentar a prática da sobrevivência da própria espécie—, desenvolveu-se a sociedade na antiguidade.

Na sociedade primitiva, as crianças eram vistas apenas como um membro a mais que tinha de ser forte para continuar vivendo e integrar-se ativamente na tribo. Não existia, assim, uma divisão etária: adulto e criança formavam uma identidade. Dessa maneira, um indivíduo era orientado sob a autoridade dos mais velhos da tribo. Posteriormente, a autoridade passa a ser determinada pela distribuição sócio-política da comunidade. Impõe-se o poder dos administradores e conselheiros dos governos, sendo a vida de cada indivíduo, desde o nascimento, orientada à imagem e semelhança da forma pela qual o governo conduzia seus territórios, qual seja, educando-os dentro de rígidas disposições inquestionáveis, seguindo o curso da hierarquia política de seu nascimento: os escravos, nascidos ou obtidos, sob a condição de animais; os plebeus, filhos do povo, pouco importavam, e, por último, os educados dentro dos desígnios dos que foram conduzidos para governar ou guerrear pelo domínio de novas terras.

Inicialmente seria fácil dizer que a história de todos os animais tem seguido uma trajetória parecida. Seria fácil, mas não correto. Veja-se, por exemplo, o filhote do cachorro que hoje conhecemos, quando amestrado pelo homem, foi se



distanciando do mundo primitivo e agreste; evoluiu e, por vontade do homem e sob a ação intencional dele, conseguiu superar seu estado selvagem tornando-se dócil e obediente. Diferente do que aconteceu com o filho do ser humano. Este, na espécie como um todo, foi se transformando e, como um todo, foi se fazendo e (re) formulando sua vida e sua história, definindo-se e construindo um marco de referência, estabelecendo assim os caminhos e as possíveis projeções a serem seguidas.

Tratando-se da concepção de infância, são significativas as formulações que o homem tem elaborado para si, decorrentes do contexto histórico de referência, o qual delimita o campo de ação quer individual, quer coletivamente. Sem dúvida, falar da concepção de infância na história é falar da concepção que o homem faz de si mesmo e para si, e mais especificamente, falar do homem em contínua transformação, desde sua íntima relação com a natureza, destinado somente a subsistir, vivendo para a defesa de suas necessidades -pensando e atuando ao mesmo tempo-, até quando vislumbrou e ampliou o espaço e as possibilidades de parar para refletir, que o levou a projetar a sociedade que quer construir, segundo as múltiplas determinações do conjunto desta sociedade.

#### QUANDO A VIDA ERA UMA PRÁTICA SÓ <sup>2</sup>

Na sociedade primitiva, o modelo de vida era de uma sociedade sem classes e sem Estado. Nesta sociedade não havia diferenciação entre crianças e adultos, eles constituíam uma só identidade. A sobrevivência da criança, como um membro a mais do grupo, dependia da capacidade de sua progenitora defendê-la, do comprometimento de toda sua tribo para ajudá-la a viver e de quanto mais forte fazia-se para poder continuar com os seus. Nessa sociedade o homem e a natureza são uma só identidade. Pode-se pensar que a energia do mais forte foi a fonte da sobrevivência. A fortaleza da criança era uma vantagem para sua espécie, que assim não se extinguiu. Mas, contraditoriamente, a possibilidade de sobreviverem

---

<sup>2</sup> Para acompanhar a contextualização da história da criança na sociedade primitiva, foram extraídos subsídios da leitura de PONCE, A. (1983) Educación y lucha de clases. 6ª ed., Mexicanos Unidos, México.

muitas crianças era problemática, dada a exigüidade de alimentos. Importava então, que ficassem poucas crianças, porém fortes. Assim, no interior dessa sociedade primitiva, pode-se afirmar que não se pensava na composição social da mesma. O que importava era o atuar contínuo, quer para defender-se, quer para disputar o alimento. Em última instância, o que interessava era atuar para satisfazer as necessidades primárias que eram prioritárias.

Hoje, pode-se conceber essa sociedade dentro de uma vida centrada na prática diária. Nesse sentido, seus membros não eram concebidos dentro de um ideal que os limitasse ou lhes facilitasse a projeção de suas ações. Os homens, de acordo com as forças que desenvolvessem iam se projetando para alcançar tanto o sustento quanto o espaço para o perambular de sua tribo. As crianças, junto com os adultos, iam se criando aos poucos, imitando suas ações e, junto com eles, alcançando estados de maior força.

Pode-se supor que o imperante neste mundo primitivo era o respeito maior para com aqueles que tinham maior iniciativa, criatividade e força. É assim que o homem macho, com sua maior possibilidade de movimentar-se, deixa para os jovens as tarefas mais rudes, como a caça dos animais selvagens e a guerra contra as outras tribos. Os homens mais velhos, junto com as mulheres, assumiam o encargo dos mais novos (as crianças), aos quais eram passadas a cultura da tribo e as experiências, através da transmissão oral e da prática das atividades diárias. A cargo das mulheres, junto com os mais novos, ficava a responsabilidade que requeria menor deslocamento e força, a coleta de frutas e alguns cultivos. As mulheres, os mais novos e os velhos ficavam sempre limitados ao território onde se concentrava a tribo.

A economia da tribo era voltada para a subsistência. Produção, distribuição e consumo eram o denominador comum. A base da educação era fundada na espontânea assimilação do meio selvagem. Os mais novos iam se formando, pouco a pouco, nos moldes dados pela prática do grupo. Assim, as crenças e a prática social eram aprendidas no convívio com o adulto. De fato, o modelo educativo era o que a vida ensinava, sem um projeto expresso ou direcionado. A educação não estava confiada a alguém em especial, mas à vigilância difusa do meio.

Na concepção de mundo dessa sociedade rudimentar, as hierarquias e a divisão social não estavam determinadas pelo modelo econômico, tal como encontramos hoje. Supõe-se que a tribo era um "só tecido com um mesmo fio condutor". Os mais novos eram totalmente ligados à comunidade, sendo parte integrante dela. A organização social fundamentava esta concepção de mundo. As regras sociais influenciavam a coletividade por igual, de forma homogênea e espontânea. A produção era uma tarefa de todos, sendo o aprendizado determinado por ela. Tudo girava ao redor dos interesses e necessidades da tribo, sem instituições ou membros que determinassem o comportamento geral da coletividade.

Em síntese, a educação (dos mais novos) e a concepção da infância, nesse tipo de sociedade, tinha uma função e uma projeção determinada pela prática mais ou menos espontânea e frente à necessidade de sobrevivência de cada um dos membros da tribo. Mediante essa prática, a prole assemelhou-se aos adultos e se desenvolveu como um a mais deles. Poder-se-ia dizer, então, que esse desenvolvimento deu-se com base nas disposições coletivas. A socialização da criança tem lugar através das trocas sociais entre cada um e todos os membros da comunidade, de qualquer idade e sexo: as crianças entre si e com os mais velhos, sem diferenciação por idade, mas pela capacidade de atuar sobre o meio. De acordo com Enguita (1989), o aprendizado desta sociedade, cuja estrutura ampla contemplava todos os membros da tribo por igual, foi adquirido no seio da própria família, sem haver nenhum tipo de especialidade na orientação da criança.

### INÍCIO DA REFLEXÃO E DA REGULAMENTAÇÃO DA PRÁTICA <sup>3</sup>

O homem, em seu processo de transformação frente a seu mundo e a partir de sua prática, desenvolve aos poucos novas destrezas e por sua vez descobre novas formas de enfrentar o seu meio selvagem. Nesse processo, ao descobrir a possibilidade de construir instrumentos para ajudá-lo em seu labor e novas técnicas para facilitar seu trabalho, muda sua forma de vida. Estes instrumentos

---

<sup>3</sup> A identificação das transformações da prática do cotidiano na vida da criança apoia-se em PONCE, op. cit., (1983) e BRANDÃO, C. (1988) O que é educação? 2ª ed., Brasiliense, SP.

não só facilitaram seu trabalho como também possibilitaram a sua emancipação da "ligação umbilical" com a natureza.

A vida era uma prática ininterrupta, sem que houvesse muito espaço para a reflexão. O homem não tinha muito tempo de parar, deter-se a pensar e fazer abstração de sua realidade. No momento em que descobre instrumentos e novas formas de enfrentar o resto da natureza, ele se liberta, podendo parar para começar a refletir mais detidamente, criar sobre sua prática com maior produtividade e enfrentar a natureza de forma a obter maior benefício dela. Sem dúvida, continuava sendo um pensamento pouco elaborado, rude e em função de suas necessidades.

Os novos instrumentos deram à tribo uma margem maior de víveres tanto para comer, quanto para guardar. Este ganho deu-lhes a possibilidade de poder pensar em alimentar mais um membro da família. Com isto, o controle da reprodução dos membros da tribo diminuiu, dando margem ao crescimento em número do grupo, o que, ao propiciar maior participação no trabalho, facilitou também maior produção de alimentos, aumentando o excedente para a tribo.

Da guerra, num primeiro momento, tomou-se as riquezas materiais do vencido. Este era exterminado totalmente, eliminando assim um competidor no acesso ao escasso alimento. Mais à frente, com o excedente de alimentos decorrente da maior produção, tornou-se possível alimentar um maior número de membros do grupo e aumentar o prêmio da conquista, tomando os da tribo contrária na qualidade de escravos, aumentando assim o número de pessoas para fazer o trabalho, facilitando-o. Os prisioneiros de guerra tornavam-se um ganho adicional para a tribo, os quais transformados em escravos e desumanizados eram submetidos e utilizados como qualquer animal domesticado.

Na medida em que a sociedade foi se transformando, pôde-se perceber nela mudanças mais ou menos representativas. A existência de um elemento a mais -o escravo- nesse momento histórico interferiu nessa nova formação social, desenvolvendo outra forma de sociedade. É importante analisar como esse novo elemento impunha-se, sendo introduzido como parte de uma ferramenta. O escravo ajudaria no aumento da produção, mas não como membro da tribo. De fato, sua

subsistência não era imprescindível e somente valorizada de acordo com o produto de seu trabalho. Para tanto, para que isto se cumprisse, era preciso mudar as regras. A tribo, com a necessidade de se organizar para poder administrar as mudanças, teve que se dividir entre os que continuariam no trabalho físico e os que começariam a pensar na organização e administração dessa nova sociedade.

Também, ao considerar o excedente com finalidade de intercâmbio, passou-se a ter em outras tribos possíveis aliados com quem estabelecer laços comerciais, fato que pode ser visto como um primeiro momento de ampliação dos grupos sociais. O trabalho do homem adquiriu, desta forma, um valor não só político, como também social e econômico, na medida que gerava produtos para a troca. Contudo, chegou o momento em que os prisioneiros de guerra -os escravos- aumentaram em proporção maior que os membros da comunidade, assim como a produção deixou de dar conta da manutenção do grupo, dificultando a administração e limitando o intercâmbio que o excedente facilitava.

Neste ponto, gesta-se uma mudança na organização social, com a introdução do germe da propriedade privada. De uma sociedade comunitária e baseada na colaboração e distribuição entre todos os membros da tribo, passa-se a uma organização social baseada na apropriação privada, constituindo-se hereditária a administração e a defesa das terras e do gado. A partir de então, a terra, que era de uso comum, passou a ser propriedade das famílias que a administravam, convertendo-se estas em proprietárias de tudo o que estava sobre a terra que dirigiam.

Instaurou-se o poder do homem sobre o homem, gerando a desigualdade econômico-social entre eles. De um lado, estavam os administradores, organizando a produção, distribuição e defesa, impondo o tipo de cultura -crenças e técnicas que poderiam ser seguidas. No outro lado, encontravam-se os que tinham que obedecer e seguir com plena lealdade ao amo, sendo retribuídos com maior possibilidade de sobrevivência, a depender do esforço feito no trabalho.

Conseqüentemente, a educação se divide em dois níveis segundo o tipo de saber a ser distribuído: os iniciados para o mundo de tal administração e os conduzidos para o trabalho físico, dividido por sua vez, entre os que trabalhavam

e empregavam maiores técnicas e destrezas manuais, e os que empregariam prioritariamente sua força em plena submissão. Neste panorama as novas gerações começaram a ser orientadas para seguir a nova disposição social.

#### O HOMEM INTENCIONALMENTE DEFININDO E DELIMITANDO SUA PRÁTICA <sup>4</sup>

Na medida em que o homem foi avançando na história, foi dando cada vez passos mais acelerados no tempo, em etapas cada vez mais curtas. Mas, no começo, sua história foi marcada por períodos muito longos -como foi a escravidão, que comportou múltiplas particularidades, tanto em nível econômico-social, quanto no plano cultural, político e religioso.

Na escravidão surgiram aos poucos, novas formas assumidas pela sociedade para relacionar-se. Progressivamente, o surgimento de novos e diversificados saberes fortalecia as novas formas de organização social. Assim, a organização sócio-política torna-se mais complexa, dada a divisão do trabalho que aparece por ocasião do acúmulo de riquezas gerado pelo excesso da produção de alimentos. Ampliou-se a oposição entre homens livres e não livres. Os primeiros, por sua vez, dividiram-se entre nobres -administradores e guerreiros, os quais organizavam e resguardavam o novo regime- e os plebeus -que davam conta do trabalho manual mais técnico, excluídos, porém, do comando da organização social. Por outro lado, estavam os escravos que, obtidos como um prêmio a mais da conquista nas guerras, eram tidos dentro de uma condição de completa exploração, outorgando-lhes as tarefas mais rudes, em condições selvagens, com exigências semelhantes às que se requeriam de um animal, impedindo-os de alcançar os benefícios do estágio civilizatório, que até então tinha-se logrado com as novas técnicas.

A divisão dos homens na nova conformação social resultou na mudança da forma de governar a sociedade, passando a ser feita pela administração hereditária, ou seja, de pais para filhos dentro do grupo dos que administravam. A educação também se diferenciou. Começou-se a preparar dois tipos de homens

---

<sup>4</sup> A contextualização, nos começos da delimitação da educação na história do homem, foi acompanhada com MANACORDA (1987), MARX (1973) e PONCE (1983).

em níveis bem distintos: os iniciados -para serem senhores- e os não-iniciados - que formavam o grupo dos súditos. Nota-se o surgimento da desigualdade na educação, tanto nos diferentes níveis sociais quanto no mesmo grupo social. Impõe-se com isto uma forte severidade na condução das novas gerações a partir da repressão, com o uso generalizado dos castigos. Hierarquiza-se a atuação de cada um dos membros do grupo, procurando com isso um tipo diferenciado de participação desde cedo, assegurando sua submissão a partir até da forma de alimentar, vestir, assear e corrigir a criança.

Nessa época, a educação dos filhos dos dirigentes era centrada na obediência, com a qual se garantia o aprendizado baseado na autoridade para poder governar. O pai, rei e pedagogo, determinava os preceitos, sob sua autoridade, a serem ensinados em um reino autocrático. A arte de mandar deriva da arte de obedecer, a subordinação então era uma parte integrante da "inculturação" afirmada pelos castigos. O rigor e o conservadorismo com que se impõem as ordens estabelecem-se como o provedor da educação no máximo do respeito à palavra.

Torna-se imperativo nesse novo modelo de sociedade o fortalecimento da relação de domínio e submissão com senhores e súditos no interior da tribo. Os primeiros apoiaram-se nas crenças, forjando deuses dominadores, fazedores de crentes submissos. Depois de constituída a nova sociedade, a relação de escravidão estabelece-se como um dogma, passando a ser a forma sob a qual esta sociedade continuará a reger-se. Encontram-se aqui as primeiras formas de regulamentar o aprendizado, através desta nova forma de comando da sociedade. Neste ponto, o papel da religião foi fundamental, pois apoiada nos mitos, criou, impôs, difundiu e reforçou as mudanças da velha para a nova forma de conceber o mundo.

Os valores aos poucos foram totalmente afetados. A posição da mulher foi desfavorecida. A filiação materna foi substituída pela paterna. A mulher passou a um segundo plano, ficando encarregada só das funções domésticas, as quais, por sua vez, deixaram de ser sociais, úteis e importantes para a comunidade. A mulher perde a igualdade com o homem, ficando restrita a servir tanto ao marido quanto às crianças. Antes, o convívio era facilmente dissolvido e a filiação era transmitida pela mãe. Neste momento, o matrimônio começou a ser mais estável e em torno do homem, caracterizando a nova sociedade. Esta, por sua vez, assentada na

propriedade do solo, passa a ter como objetivo garantir o direito à herança dos pais para os próprios filhos, nascidos no interior do matrimônio legalizado.

Neste contexto, tanto a educação –em sua primeira forma direcionada de aprendizado– quanto a religião são projetadas para facilitar o encaminhamento e fortalecimento deste novo modelo. Também aparece a religião politeísta, com diversidade de deuses e semideuses. A educação, além de ter um caráter diferenciado e secreto, era imposta sob forte autoridade paterna. Os interesses do grupo são substituídos pelos interesses do soberano e de sua família, dos funcionários e dos magos, dos sacerdotes e dos guerreiros. Aparece o princípio do aparato do Estado, o qual se apoia na educação. Impõe-se a eliminação dos vestígios das tradições dos inimigos; consolida e amplia seu poder a classe superior, assegurando a vida de seus súditos; vigiando atentamente a conformação e submissão do grupo; sancionando e corrigindo quaisquer problemas.

Ressalta-se que, já nessa época, nos níveis superiores, os nobres eram totalmente desligados do trabalho manual ou mercantil –do intercâmbio de produtos. Dessa forma, suas ocupações foram socialmente improdutivas, dedicados ora ao ócio, à administração e à arrecadação da produção ora aos prazeres indiscriminados que tinham a seu alcance. O comércio era deixado em mãos dos escravos de maior confiança e nas dos estrangeiros. O trabalho artesanal, assim como o comércio ou qualquer tipo de trabalho material, em que se ocupavam tanto plebeus como escravos, eram considerados indignos e desprezíveis. A produção e o transporte eram rudimentares, demandavam grande esforço e tinham pouco alcance dado o baixo nível de excedente, restando muito pouco para a troca, prejudicada também pelas dificuldades para percorrer grandes distâncias.

O comércio circunscrevia-se na maioria dos casos ao interior da cidade. Esta, constituída numa fortificação do senhor com toda sua corte, servia à defesa e ao guarnecimento de suas riquezas dos possíveis atacantes e saqueadores. As invenções que facilitavam o trabalho com algum grau de avanço técnico eram pouco reconhecidas, já que dispunha-se da força bruta dos escravos, empregados em grandes quantidades e sem restrições à sua mortalidade. Sempre era possível obter um escravo a mais para substituir o que viesse a faltar.



Dessa forma, o homem escravizado ora levantava as grandes fortalezas ou castelos, que deram início às grandes cidades, ora era o animal que arava a terra, que lutava como fera contra as feras selvagens para divertimento dos senhores, e o meio de transporte sobre o qual viajavam tanto os senhores como suas pesadas cargas. É de se supor que o escravo, desde sua captura, era submetido a uma educação na base do medo e da obrigação decorrentes do trabalho forçado, fora muito poucas exceções, sobretudo no começo, pois para isso foram concebidos: para fazer o trabalho que o senhor não estava disposto a realizar.

Como enfatiza Manacorda (1987), o desenvolvimento da cultura ocidental tem sua influência reconhecida no Egito -fonte e origem das ciências universais-. Percebe-se como esse povo (e posteriormente a influência cristã) marcaram a vida do classicismo Greco-Romano. Essa influência foi-se consolidando e estendeu-se rapidamente por todo ocidente, delineando os diferentes parâmetros da educação da criança desta parte do mundo.

O surgimento das ciências desencadeou uma série de mudanças na estrutura social, aparecendo novas artes e ofícios. No início, pressupõe-se que elas tenham sido transmitidas na base da organização da comunidade por habilidades, e que foram sendo herdadas pelos membros da aldeia. Esta, ao concentrar os problemas da comunidade e, ao ter que resolvê-los no momento em que iam aparecendo, provocam, de modo geral, a reiteração de uma prática e de uma experimentação em novas atividades, definindo novos ofícios. Estes, com o tempo, por sua vez, foram se transformando, até formarem-se os grandes "tirocínios" para o ensino das crianças que iriam ser preparadas nas diferentes profissões como sacerdotes, artesãos, guerreiros e outros. Nota-se como a maior especificidade nas artes e ofícios vai gerando uma condução mais determinada nos mais jovens.

Sobre esse período, assinalam os diferentes autores pesquisados, há dificuldade para conseguir maiores informações. É bom lembrar que o começo da escrita se deu por volta do ano 4000 a.C., e manteve-se por muito tempo como privilégio de poucos senhores ou de quem eles dispunham. Frente ao aprendizado do trabalho agrícola e artesanal, Manacorda (1987), contudo, destaca como os testemunhos figurativos levam a sugerir alguns indicadores da transmissão dos conhecimentos, colocando-a como um fato herdado do pai para o filho. Na literatura

sapiencial e profética encontram-se indícios a respeito do processo de 'inculturação', o qual, para os privilegiados da casta dominante, consistiu na orientação dada aos filhos para a vida política, preparando os futuros governantes para o exercício do poder, introduzindo os seus pares na conduta e na moral dominante.

A escrita era empregada pelos escribas inicialmente para fazer a contabilidade dos bens do rei (o faraó) ou para deixar consignadas suas disposições. Esta surge nas Sociedades-Estado enriquecidas e com poder centralizador. Posteriormente, foi aproveitada pelos poetas para cantarem as coisas da aldeia e de sua gente, e foi utilizada também pelos próprios faraós ou escribas destes para deixar consignadas suas disposições.

Com os ensinamentos de uma forte base moral, começa para as crianças a fase da escola da vida. Os faraós ou os pais ilustres deixaram por escrito seus desígnios nas grandes obras literárias. Também o desenvolvimento da oratória caracterizou e ajudou na difusão das estruturas e conveniências sociais, a partir dos preceitos e regras de conduta e da moral próprios do grupo dominante. Os adultos orientavam seus filhos, fossem de seu próprio sangue ou simplesmente de criação. As crianças eram encarregadas a um senhor de outra casa para ser educada sob sua tutela e absoluta autoridade. O filho, por sua vez, tinha que seguir os conselhos de seu tutor, fosse este um instrutor por profissão, um escriba ou seu próprio pai, como um discípulo inteiramente obediente. A figura do filho começou a ter importância, destacando-se como pai o senhor que conduz a educação dos mais novos. A filiação sanguínea continua não sendo importante. Filho era aquela pessoa a quem se educava e de quem se dispunha em qualquer momento. A paternidade era então promovida pela educação.

Encontram-se exemplos da forma de transmissão dos conhecimentos, na orientação dos filhos, nos escritos de príncipes e escribas, que por sua vez se misturam com a forma de governar. Essas obras convertem-se no meio didático para orientar a criança junto à transmitida de forma oral, reproduzida de geração em geração. Nelas, constata-se a forma autoritária como começou a transmissão intencional dos desígnios dos pais aos filhos, através de lições de moral ou sentenças que determinavam o que e o como fazer nas situações da vida prática.

Cabe frisar a passagem da situação da criança de um estado em que não pertencia a um dono específico (pai ou mãe), em que a tribo absorvia todas as crianças e as educava por igual, na prática da sobrevivência. Depois disso, a orientação das crianças amplia-se com a formação moral e as múltiplas atividades a ser ensinadas, em especial para os filhos dos nobres, convertendo-se em uma educação mais objetivada buscando resultados que favorecessem interesses específicos. Com esta prática começa-se a conceber implicitamente a criança segundo o interesse do tutor. Promove-se então, a educação da criança: de ser coletiva e generalizada para seguir as disposições dos senhores, os quais a particularizaram segundo o status do súdito, seguindo suas necessidades na administração de suas propriedades.

A educação promoveu-se como um meio de imposição e sustentação da ordem existente. Desde essa época, entre 2664 e 2600 a.C., enfatizava-se o ensino da obediência. Para os filhos da nobreza, este era implementado de forma estrita, pois teria que servir posteriormente como o exemplo para sua vida de governante, quando tivessem que exercê-la. Na educação da criança nobre, o importante era o desenvolvimento das habilidades na oratória (educando-a para falar bem), seguida da obediência e por último, tinha-se a contemplação para a admiração e desfrute do belo em contato com a natureza, dirigida em especial à formação da personalidade. Nota-se uma concepção de criança baseada na ética e moral do adulto, que ademais, pretendia a formação de seu futuro substituto de sua atividade, fosse ela determinada ou imposta social ou individualmente.

O filho, além de ser educado na arte da palavra para governar, também, era educado na arte da guerra. Para isto era importante sua preparação física. Assim, o filho do rei, como os filhos da corte do palácio, eram preparados no tirocínio ginástico militar. Junto aos filhos de sangue do rei eram educados no palácio outras crianças, igualmente tratados como filhos do rei, escolhidos por este. Para os súditos, que não teriam cargos diretivos no governo, também foi disposto um tipo de educação (ministrada em um local longe das atividades centrais do palácio), da qual só se tem referência de sua existência, mas não de suas peculiaridades.

Por volta do ano 2190 ao 2040 a.C., com a maior extensão territorial a ser governada, destaca-se uma maior distribuição social, aparecendo os senhores locais com mais independência em relação ao poder real ou faraônico. Surgem novos valores, a arte de governar já não estava centrada somente na arte da palavra, condenada por parte dos novos grupos sociais. Aparece o demagogo, um charlatão mais rústico, sem o refinamento da literatura e que tenta conquistar o poder por meio do desprezo a essa arte. Os governantes, porém, continuam ensinando para seus filhos a importância do discurso, considerado uma arte que os mantinha distantes dos afazeres materiais ligados à produção.

Encontram-se, também, princípios de uma educação mais coletiva, onde em torno de um chefe ou mestre sentavam-se os alunos para receber seus ensinamentos, a serem aprendidos de memória. Junto ao nível da "educação mnemônica"<sup>5</sup> colocou-se a importância da escrita, a qual já estava a serviço da memória histórica, elevando-a de escalão, colocando-a como um elemento importante na formação dos funcionários da administração, que a depender do avanço social conseguido, iriam ser os futuros educadores dos filhos do rei e dos grandes da corte. Assim, aos poucos, foram-se dividindo e especializando os cargos administrativos, o que levou a regularizar o aprendizado dos que se encarregaram destes, sob a autoridade dos grandes senhores. Neste ponto, só se faz referência à educação dos filhos dos senhores e de seus súditos mais próximos, por não se encontrar testemunhos a respeito das outras camadas sociais.

Mais adiante, a partir do império tebano (2040 a 1786 a.C.), faz-se presente o uso do livro-texto, onde a educação ainda não sai do plano familiar, que continua estabelecido dentro de uma comunidade determinada. Entenda-se familiar especialmente pelo fato de ser o homem que se encarregava de um filho próprio ou alheio para educá-lo. Educar um filho era extremamente importante, tendo em vista a necessidade de passar a profissão. O filho era concebido como o futuro portador e, por sua vez, transmissor da herança cultural de seu nível social. Com a profissão do escriba, cada vez mais presente, facilitou-se a ascensão social dos

---

<sup>5</sup> Manacorda refere-se a esta educação como a fotografia de uma relação pedagógica dentro de uma educação repetitiva, a qual foi transmitida autoritariamente, no início de forma oral, dos pais para os filhos. Para a época, o termo filho era usado no âmbito educativo como discípulo, fosse ele filho carnal ou não.

que a seguiam. Assim, junto ao poder da leitura, a escrita começou a superar o poder da oratória. Fatos que anteriormente com as outras profissões, não se tinha alcançado.

A educação foi orientando-se de forma corporativa, na qual em torno dos interesses do senhor impunha-se a forma de educar as novas gerações, a partir da obediência como a base fundamental de todo o aprendizado, seguindo as necessidades e a especialização das novas funções que foram aparecendo. Assim a criança continuou determinada a seguir os interesses dos adultos, para cujo cumprimento era imprescindível o aprendizado da obediência absoluta. Frisa-se que a maior importância do aprendizado da obediência estava em garantir sua transmissão às gerações seguintes.

#### A EDUCAÇÃO ESPECIALIZADA DEFININDO CONCEPÇÕES DE CRIANÇA <sup>6</sup>

A maior consolidação da educação caracteriza uma maior especificidade na relação do adulto com a criança. Percebe-se, então, o surgimento de uma maior definição a respeito da criança, na medida que avança a delimitação da educação. Porém, isto continua no plano do implícito, inscrita na forma prática de conduzir o que se quer da criança.

Uma nova profissão importante aparece. Ao escriba o rei transmite o conhecimento dos costumes e das disposições do palácio e, ao fazê-lo, outorga-lhe a posição de mestre. A hierarquia do novo cargo lhe dá a autoridade para orientar o conhecimento. O mestre converte-se no transformador da sabedoria popular em cultura, ou seja, o recompilador do conhecimento erudito, assimilando normas, conteúdos e formas de transmissão dos rituais para imprimi-los como materiais a serem ensinados de forma mais organizada, tornando mais institucionalizado o espaço da educação.

---

<sup>6</sup> Subsídios extraídos de Manacorda, *Op. cit.*, (1987) seguindo a história da formação da escola como instituição.

O surgimento da figura do mestre todo poderoso substituiu a autoridade do rei no que se refere à educação dentro da escola do palácio. Com isso, o mestre-escriba adquire uma categoria superior frente aos outros profissionais. Muitos pais, diante de tal fato, fizeram de seu filho um escriba, não só leitor de todos os livros escritos, senão escritor de outros. Era grande a ênfase que o pai estabelecia para seu filho frente à profissão de escriba-professor, na medida em que esta dava honra à família, portanto, quem a seguia ficava num plano superior dentro dela. Assim, amar os livros se convertia no fato mais importante, acima do amor à própria mãe. Vê-se com isto não só o interesse que se estabeleceu frente à educação dos filhos num nível individual (na ilusão de ascensão social), mais também a necessidade da formação de educadores, o que faz pensar o surgimento do interesse num educador especializado e de forma mais permanente para garantir e preservar, nos filhos dos nobres, as tradições e o rigor da obediência sob uma forte normatividade entre conselhos e imposições.

O escriba, assim, nasceu favorecido por uma marca de classe, aumentando as diferenças entre as concepções de infância existentes. Distanciam-se ainda mais os que serviam como súditos (entre os quais se encontravam os funcionários de maior ou menor categoria na disputa de lugares intermediários), daqueles que, contrariamente, aprenderam um ofício ou uma arte sem maior reconhecimento nem preparação especializada. Estes, por sua vez, só estavam acima dos submetidos plenamente. Esses últimos, os escravos, em completa obediência até a idade adulta, aprenderam a trabalhar pela força da resignação ou dos castigos, sob o regime do silêncio e determinados a reproduzir ora a condição em que os pais se encontravam, ora a nova que o governante lhes impunha, ainda como simples animais domésticos para fazer o trabalho desprezível.

O senhor dilui aos poucos sua autoridade, criando cargos entre os quais a distribui, descentralizando sua administração, mas sem descuidar seu máximo poder. Tudo o que era possível mediante a educação dada às novas gerações preparadas para governar, às quais não se permitiu contrariar o poder maior. Entenda-se com isto, que só se pensava a criança na medida de sua futura posição como adulto, sem deixar para ela a mínima escolha. Para qualquer atividade o indivíduo era iniciado desde cedo, sem a intermediação de níveis de estudo,

senão na continuação da vida em sociedade, diferenciada então pelas escalas sociais e as novas profissões que se iam conformando.

Como exemplo, pode-se continuar citando a evolução do exercício do escriba, que com as guerras também passou a ter posições privilegiadas, intervindo nas questões militares, convertendo-se no escriba-militar. Para tanto, sendo preparado para o ofício de dar ou transmitir ordens. A escola o prepara em conhecimentos técnicos para falar bem, obrigando-o a adquirir o conhecimento em seu valor exato das coisas, qual uma cópia, que teve que repetir de memória, falando a linguagem dos adultos, aprendendo a imitar as formas sofisticadas dos mestres. Tratava-se de um aprendizado mais intelectual. Os outros funcionários, diferentemente, recebiam um treinamento mais empírico, eram preparados na observação e imitação do trabalho feito pelo adulto, mestre na arte do que fazia, quer tivesse um caráter predominantemente intelectual ou experimental. A educação da criança só era pensada a partir do rigor imposto pela força, dando origem ao ensino baseado no autoritarismo, convertendo a criança em um receptor/repetidor de ordens, de acordo com a vontade do adulto.

Dessa forma, os escolhidos para ocupar posições privilegiadas, como o escriba, tinham que ter a capacidade de falar nos conselhos e para o povo, assim como ter um bom desempenho na educação física, prevendo sua participação na zona de combate, quando teria que enfrentar uma eventualidade ao estar em risco sua vida. Era prioritário o especial atendimento da primeira infância dos sábios, sendo parte importante para seu ensino. A mãe foi comprometida na especialização dos cuidados para com eles, prolongando sua lactância, cuidando de uma boa alimentação, dando atenção às necessidades naturais e de asseio e tudo o que fosse necessário ao seu fortalecimento para resistir no momento de ter que ir para a escola.

Destaca-se um lugar privilegiado onde se recolhe a sabedoria: cria-se a casa dos escritos (biblioteca) e a casa da vida (escola). Tais lugares passam a ser formadores dos sábios, isto é, daqueles que se preparam no conhecimento da tradição dos livros, da sabedoria dos antigos, da cultura até então recopilada. A maior relevância do livro cultua-se na medida que a sabedoria tradicional imprimiu e impôs-se por cima da história pessoal transmitida oralmente. Também a escola

vai aparecendo, cada vez mais, caracterizada como um instituto público separado da família.

Os novos rumos da sociedade estabeleceram uma nova disposição no fortalecimento da educação dos privilegiados. Diante da intensificação das disputas bélicas, substituiu-se a preparação através do conhecimento erudito, que formava os futuros políticos, pela preparação física exigida pela nova condição imposta pela vida na guerra. Assim, o centro da formação da criança converteu-se na preparação físico-desportiva, em especial a natação, o tiro com arco e a equitação, que são levadas a cabo em um lugar especial de ensino para estas artes. Diferente era a situação em que se encontrava a educação do povo, que aprendia os ofícios no mesmo ambiente de trabalho onde conviviam adultos e crianças.

Com o tempo, foram-se juntando as diversas artes em que se deveriam educar os filhos da nobreza, tendo que se preparar e ser bons em ginástica, na arte da música, da escrita, da oratória e também capazes de mandar. Assim, a escola para os nobres começa a prepará-los na cultura geral e na educação física. No caso desta, seu valor já não se centrava só na guerra, mas também na competência esportiva, organizando-se as olimpíadas. Com o começo destas, passasse a levar em conta o divertimento e a competição, outro meio, além do comércio, para estabelecer laços de união com o exterior, diferentes da conquista pela guerra.

Desde essa época -segundo império tebano 1552 a 1069 a.C.- acredita-se que o homem possa melhorar a própria natureza através da educação, único meio pelo qual ele podia libertar-se e proteger-se da fadiga causada pelo trabalho. Decorre daí o valor incalculável atribuído à educação. Manacorda (1987: 49) citando Bresciani, descreve o conselho de um pai para seu filho "não digas: todo homem é segundo sua natureza, ignorante ou sábio ao mesmo tempo... O ensinamento é bom e não cansa". É a partir dessa época que os dirigentes passam a pensar o estudo como a continuação dos privilégios para sua prole, mantendo-a à margem do resto da população. O que pressupõe, já, o maior desprezo pelas classes subalternas, destacando-se a sátira frente ao fazer delas e aos ofícios que elas aprendiam.



Para os de menor posição de poder, pode-se dizer que a preparação desde pequenos foi o caminho para sustentar os privilégios de sua posição, sendo o aprendizado uma forma de distanciarem-se do trabalho braçal, mais rude e de maior sofrimento, sob a pressão e tormentos da vigilância do patrão ou numerosos superiores que os forçavam a trabalhar. Quer dizer, desde que nascia, a criança era concebida na limitação de uma tarefa, que por sua vez, a situava num grupo social delimitado.

A posição de escriba, por exemplo, mostra uma alternativa para os filhos dos cortesãos de status menores. A educação vai negar o ócio para estes, mas não os deixa descer ao nível do trabalho braçal. Aparece, então, pela primeira vez, poder-se-ia dizer, a origem do intelectual, cuja formação desde criança estava atrelada aos castigos que não o deixariam dispersar sua atenção como aprendiz. Cita Bresciani um escriba que ao aconselhar um de seus aprendizes, lhes diz: "não passes o dia na ociosidade ou serás surrado. A orelha da criança fica nas suas costas e ela presta atenção quando é surrada" (Ibid: 51).

As crianças constantemente eram comparadas aos animais selvagens, que deviam ser domesticadas por meio dos castigos. Estes iam desde punições corporais até aquelas de forte teor moral, encontrando-se entre elas a reclusão sob o peso das lições de moral. Segundo levantamento de Bresciani, são repetidos os escritos em que se encontram sentenças como: "mas eu farei que teus pés não vadiem pelas ruas, quando te surrar com chicote de hipopótamo(...). Quando tinha a tua idade, passava o tempo nos grilhões; foram eles que domaram meu corpo..." (Ibid: 51). O adulto assumiu e acabou sendo conseqüente e promotor do método educativo na base do castigo, que terminou incorporando como uma lei irrefutável para a educação de seus futuros sucessores. Sentimento que não deixou de acentuar-se e continuar vigente até hoje.

Ao iniciar-se a educação mais direcionada, a contemplação e o ócio entram numa categoria desprezível; o importante passa a ser a dedicação exclusiva ao trabalho, com a qual se deveria conseguir chegar à perfeição e alcançar a tranqüilidade na sabedoria. Um bom escriba era um exemplo dos resultados de uma instrução madura, que teve passagem pela vida escolar na qual a direcionabilidade e a submissão era o que primava. Exemplos de falas que o confirmam são

múltiplas: "liberaram-me quando a minha mão estava hábil. (...) Não sejas negligente, nem passes um dia na ociosidade, senão, ai de teu corpo! Segue os métodos de teu mestre, ouve seus ensinamentos..." (Ibid: 52). Aparece aqui, o aluno com sua sombra persecutória, o professor; e o símbolo do professor, como o ideal para o aluno.

O fortalecimento das matérias mais técnicas (matemática, geometria, geografia), leva os alunos encaminhados na vida intelectual a responderem à nova cultura técnica. A educação deixa de fundamentar-se principalmente em uma atividade que comporta pressupostos de ideais políticos, para entrar no caminho das especialidades de exemplos práticos a serem aplicados e repetidos nos casos concretos da vida diária, que demandava o universal mundo da corte. Para este era voltado todo o mundo da instrução.

Encontra-se no chamado período demótico (1069 - 333 a.C.) a educação das crianças regida por princípios escolásticos e livrescos mais que sapienciais. A formação do cortesão, que procede dos grupos subalternos, era fortemente baseada na obediência e submissão, adequada aos costumes de seus governantes, preparando-os, portanto, para o mundo da subordinação.

As ordens carregadas do que (não) se tinha que fazer frente aos superiores era o predominante; também reclamava-se honestidade rigorosa frente à profissão, a que era cobrada com o auxílio de crenças em deuses castigadores. Múltiplos exemplos são citados por Manacorda (1987), entre outros o de Ptahhotep, em que diz: "Não fiques comendo pão perante um magnata(...). Não escutes as conversas de um magnata em sua casa e não as espalhes fora para outros(...). Não ofendas a quem é maior do que tu... Deixa que ele te bata, enquanto tua mão fica sobre o peito; deixa que ele te ofenda, enquanto tua boca cala" (Ibid: 56-57, grifos meus). Isto mostra como a educação nasce e continua de forma crescente com uma forte carga de autoritarismo e imposição, de submissão frente à autoridade dos homens que ademais apoiavam-se em autoridades divinas.

Com os gregos encontramos variados testemunhos frente à influência recebida da educação vinda do Egito. Manacorda (1987) comentando Platão, nas referências sobre a educação no Egito, mostra que destacam-se as noções da

aritmética, da geometria e da escrita, baseadas numa didática puerocêntrica e lúdica, em que o jogo e a diversão eram de suma importância para uma instrução dirigida a fazer uma massa de crianças guerreiras em condições de obedecer e dar ordens; e observa que as condições, mas não a forma, de orientar as noções foram fortes na educação da criança grega e duvidosas para as do Egito. Mas é interessante saber que, desde então, já se começava a pensar a educação de forma massiva e levando em conta um princípio lúdico, apesar de não se ter exemplos de sua aplicação.

Em síntese, o autor ressalta como a educação se ia estendendo de acordo com o modelo social de Egito, dentro da divisão por castas da comunidade. Por um lado, encontrava-se o processo de 'inculturação' ético condutivo, dirigido à qualificação ou formação do administrador do Estado. Pelo outro, estavam os que eram formados numa casta mais erudita que técnica, como os sacerdotes, distanciados da esfera prático-empírica, instruindo seus filhos nas letras sagradas e/ou nos conhecimentos científicos. Depois, fala de uma "multidão restante", que se entende como aquela que alcançou o desenvolvimento numa arte ou ofício desde a infância, e que também teve a possibilidade de se instruir na escrita e na leitura no pouco que competia à sua arte, submetida a um processo de 'aculturação' frente aos desígnios e necessidades dos senhores governantes. Por último, encontramos "aqueles que não têm nem arte e nem parte", que foram os excluídos de uma educação mais dirigida tanto em nível técnico-cultural, quanto produtivo; para eles só sobra a reprodução na absoluta submissão ao comportamento dos pais em função das ordens dos amos (Ibid: 61).

Numa forte relação com a educação e a divisão social do Egito, a Grécia vai desenvolver-se e formar o homem grego. Para a preparação dos governantes (dirigentes e guerreiros), havia uma escola, a qual era definida num processo de instrução separado. Para os produtores havia o tirocínio para o trabalho, longe da escola, e na observação e imitação da atividade dos adultos. O terceiro grupo social teve a mesma condição de educação, na exclusão e na submissão absoluta.

É importante também destacar com Manacorda (1987) como já desde a escola pitagórica enfatizava-se conscientemente a divisão da sociedade, estabelecendo e afirmando duas concepções de homem e colocando-as dentro da gama dos fatos

naturais, como se lê em Tarento: "toda sociedade é formada de dominante e dominado: por isso, como terceiro elemento intervém a lei" (Ibid: 63-64). Portanto, a sociedade assume a si mesma como dividida, fato que se configura como um princípio que se estende a tudo, influenciando também, em decorrência, a concepção e educação da criança.

Na medida que a sociedade foi dividindo-se e cada grupo social foi especializando sua forma de realizar suas atividades, a partir de diferentes mudanças como a da educação mais direcionada e que foi afastando-se da prioridade dentro do mundo político para entrar no mundo das ciências e das características particulares dos indivíduos, isto levou a reconhecer ou a determinar nas crianças particularidades que respondessem às novas especificidades que foram sendo impostas.

#### O IDEAL DO HOMEM NA DEMOCRACIA GREGA E A CONSTRUÇÃO DO CIDADÃO <sup>1</sup>

A seguir, com base em Platão (1973), pretende-se ver os ensinamentos e as definições dessa época (século IV a.C.) frente à criança. O próprio livro "A República", apresenta um indício de como era seguida a formação do ideal do homem grego, através dos conselhos em forma de diálogos, que só podiam ser alcançados pela casta governante. Com este livro, que se tomará como exemplo explícito do pensamento desta época, perseguir-se-á por oposição ou confirmação os desígnios frente à concepção do homem e, por conseqüência, da criança. Aclara-se que, não obstante este livro tenha sido escrito por Platão, tendo por referência uma sociedade ideal, reveste-se ele de caráter exemplar, tanto mais que algumas de suas idéias estão presentes, vigentes e atuantes ainda hoje, como será visto no decorrer da exposição. Nessa obra, Platão não só descreve a sociedade ideal, mas o faz transcrevendo e modelando a sociedade real.

---

<sup>1</sup> Acompanhar-se-á o nascimento e construção do ideal do homem livre em PLATÃO (1973), *A República*. (2 vol.), 2ª ed., Clássicos Garnier, DIFEL, SP. Esta obra contém comentários de vários autores, alguns dos quais serão citados neste texto.

Na sociedade grega, na época do fortalecimento das ciências, a beleza e a pompa eram importantes, os velhos eram respeitados pela autoridade de sua sabedoria, e ficavam responsáveis pelos ensinamentos dos valores como o da justiça, ligada ao dizer a verdade e ao devolver a cada um o que lhe era devido (ao pobre, a ignorância; ao rico, a sabedoria). Sustentava assim, que, "o justo não é outra coisa senão o vantajoso ao mais forte" que para as cidades é "o govêrno constituído" (Platão I: 1973, 83-84).

Havia a certeza de que "todo governo, enquanto governo, se propõe unicamente o maior bem do súdito que governa e que lhe incumbe, trate-se de uma cidade ou de um particular" (Ibid: 92). Dessa forma foi pensado o cidadão e, portanto, sua formação desde criança à semelhança da forma de governar, a partir das verdades dos que detêm a autoridade e se sentem batizados por poderes sobrenaturais que os impregnam do poder da justiça, das virtudes e da sabedoria; em oposição ao injusto, que é vicioso e ignorante gerador de contradições e conflitos com os quais se tem que ser severo.

A autoridade, ao respaldar-se na aplicação da justiça, formula leis para impedir que a considerada "natureza dos homens" cometa injustiças e se constitua em infratora, pois ninguém era considerado injusto por vontade própria. Em decorrência, formulam-se leis para aliviar a ambigüidade, junto à permissividade do poder dos deuses, os quais, ante uma súplica e a depender da oferenda, perdoavam ou impunham o castigo que a justiça requeria. Aparece então a justificativa de ter uma lei, assim como um único deus, que oriente a formação do futuro cidadão e facilite a vida do homem em comunidade.

Segundo Platão (1973), por mais que fosse importante que os indivíduos se bastassem por si próprios, as necessidades por satisfazer eram tantas que precisou-se da associação e da vida em comunidade, formando-se assim as cidades. Porém, ao associarem-se, prevaleceu o bem individual sobre o social, o interesse pessoal sobre o da comunidade; em decorrência, a injustiça na cidade. A procura da requerida justiça na cidade, considerada como "um atributo não só do indivíduo, mas também da cidade inteira" (Ibid: 121), entendendo-se "que há mais sabedoria na comunidade que no indivíduo" (Aristóteles, Ibid: 121), levou a estabelecer e fazer prevalecer disposições gerais em nível político-social acima do

individual, dentro do modelo ideal de homem concebido como verdade imanente, não passível de mudanças. Com isso foi garantido a toda a cidade em formação os cuidados para que ela pudesse prevalecer sã. Era importante, também, para todos os associados, assegurar um trabalho onde pudessem empregar-se por um salário que lhes permitisse comer e morrer velhos, podendo deixar para seus filhos o legado de uma vida semelhante à sua.

Seguros de que "a natureza não fêz cada um de nós semelhante ao outro, mas diferente em aptidões e próprio para essa ou aquela função" (Ibid: 124), ao acreditar-se como naturais as diferenças estabelecidas pela condição de classe, deduziam-se os afazeres desempenhados dentro de cada grupo como uma condição igualmente natural, longe de qualquer reconhecimento dos determinantes sócio-políticos e culturais estabelecidos. Por isso, para Platão (1973), a obra "não espera o lazer do obreiro, mas é esse que deve, necessariamente, regular seu tempo de acôrdo com a obra, em vez de diferí-la para seus momentos perdidos" (Ibid: 124). Nesse sentido, -os executores da obra- eram considerados o perfeito complemento das cidades, uma vez que eram partes integrantes das obras que os senhores donos das cidades requeriam.

Ao ser "impossível a um só homem exercer convenientemente vários misteres" (...) "cumprirá engrandecer a cidade (...) e enchê-la de uma multidão de indivíduos que não se encontram nas urbes" (...), carecendo de pedagogos, amas-de-leite, governantas, criadas de quarto, etc (Ibid: 128-130). A cidade também precisou do comércio e do comerciante; e além disso, de seu guardião; da guerra e do guerreiro, para estender seus territórios e pelo "desejo imoderado de enriquecimento" (como comenta Bosanquet, em Platão (1973), Ibid: 129). Foram-se assim tomando atitudes que especificavam a atividade dos homens, conducindo-os a estas a partir da formação dada desde criança em tais afazeres.

Para lograr que a cidade ideal fosse na prática o modelo a seguir, precisou-se do apoio da educação e da severidade do governo, que aplicou toda a força para que a justiça prevalecesse sobre todos seus associados. Com isso, a cidade nasceu sob a forte autoridade dos governantes. Perante tal imagem, foi montado o modelo educativo e a forma de atuar e de pensar dos cidadãos. Em decorrência, escolheram e formaram-se seus personagens como que para uma peça

de teatro, a partir da concepção de homem que ademais se fundamentava nas aptidões naturais com o que se caracterizava cada indivíduo ao nascer. Por exemplo, o ideal dos guardiães e guerreiros era de serem escolhidos dentre os que tinham sentido aguçado, rapidez, força e coragem para enfrentar sem dificuldades o inimigo, o que se pretendia reforçar por meio da educação, a qual era fundamentada na base do fortalecimento do espírito, em sua unidade de corpo e alma, dispondo da ginástica para endurecer o corpo e da música e das fábulas para a harmonia da alma.

Em relação à fábula como meio didático estipularam-se algumas restrições para seu ensinamento. As novas tendências condenam a fábula como mentirosa porque pregava a mistura de muitos deuses, o que era problemático, gerando uma dupla atitude, de erro e acerto sob a mesma designação. Começa-se a afirmar que a existência de um deus ora certo ora errado provocava confusão e que, além de estar montada sobre uma forte base mitológica, podia levar sua mensagem ao engano, dispersando a atenção da criança, já que esta, "não pode discernir o que é alegoria do que não é, e as opiniões que acolhe nesta idade, tornam-se comumente indeléveis e inabaláveis" (Ibid: 138). Por isso, a fábula tinha que apoiar a formação e sustentação do novo ideal de cidadão, promovendo nas crianças as novas idéias do certo, que levasse à virtude, e não à ambivalência nas atitudes ante a vida. Precisou-se então, separar os deuses para que pudessem servir de lição. Entende-se com isto, um começo na definição da criança, partindo da sua negação: considerando o que não era ou não tinha, por seu estado de carência; entre outras, a falta de discernimento e as múltiplas fraquezas.

O antigo caráter educativo de algumas fábulas dentro da multidão de deuses ora permissivos ora repressores, a depender do infrator, foi corrigido. Delimitou-se o número de deuses a um só, representando a bondade, criando-se em contraste a figura do mal; assim o mal era coisa do diabo, e ele ou aqueles como ele tinham que ser punidos, colocando-os num lugar tenebroso e incômodo, nas trevas sob o calor perpétuo: no inferno. Estabeleceu-se, após múltiplas deduções, que o poder de deus era tal que "...os castigados por ele tiraram daí proveito". Como diz Adam, comentando na obra de Platão (1973), "para Platão, a punição é um remédio" (Ibid: 141, grifos meus). O apoio de um bom deus, castigador, que leve à preservação das virtudes, impõe-se. Define-se um deus todo

poderoso, onipotente, criador de todas as coisas boas, o qual dará o sustento a toda lei e toda verdade emitida pelos governantes. Aparece o pai como centro, que se sustenta numa figura toda poderosa, o eixo do poder, detentor de toda verdade. Assim, o pai-monarca governará à imagem e semelhança do pai-deus, como o pai de família governa sua casa. Nota-se como é ampliado o nível da punição, aproveitando tudo o que gera medo e desconforto: a escuridão, o calor, o fogo que queima... Reforça-se o nível da punição moral, contracenando com o nível das afeições naturais. Com isto, constitui-se uma educação a partir de marcos monoteístas, separando o mundo do divino, do humano; o céu, da terra; cria-se a figura máxima da punição: o inferno. Começa-se a deixar para trás o mundo da mitologia preexistente, impõe-se a máxima autoridade para ser modelo em qualquer governo.

#### A EDUCAÇÃO DO HOMEM LIVRE

Segundo Platão, a educação devia formar o homem livre na coragem para não ter medo nem da própria morte. Para tanto, precisava-se do discurso, preparando o homem desde a infância para ser fiel a seus pais e a suas amizades, não temendo "a morte e, no combate, a prefere à derrota e à servidão" (Ibid: 147). Dessa forma, a preparação do guerreiro pautava-se na rejeição de assuntos relativos a temas apavorantes, pois com "toda razão" tinha-se que "...tirar as lamentações aos homens ilustres, deixando-as às mulheres comuns, e aos homens fracos, a fim de que tais fraquezas excitem a indignação dos que pretendemos educar para a guarda do país" (Ibid: 150). Em contraposição, e pela negação da educação do homem livre, encontra-se a educação para os que não deveriam (as mulheres) ou não podiam (os enfraquecidos) ascender ao trono dos poderosos. Segundo o ideal desta sociedade seletiva, estes (os inferiores) foram igualados e só eram importantes na medida que serviam de exemplo do comportamento contrário ao que deveriam seguir os considerados superiores, com o que se pretendeu aumentar a solidificação do poder.

A crença da existência de vários deuses entre os que se contavam as deusas, retratava o que se passava na terra, como era a diluição do poder entre vários senhores, contando-se também com o governo proporcional das mulheres.



Contestada esta situação, a mulher foi retirada da cena como deusa, ficando sem espaço de poder no céu e na terra, acentuando o confronto contra o estabelecido. Assinala-se como melhor a representação de um único deus, -de um único governo, reforçando o poder dos homens e determinando -na terra, à mulher para o mundo da fraqueza, das lágrimas e das lamúrias, inferior ante qualquer homem livre. Privilegiou-se também o poder do Estado, o qual tinha que estar ao serviço da educação e vice-versa.

Tornam-se cada vez mais fortes, na concepção de homem, as diferenças sociais, nas quais distingue-se um tipo de educação. Acentua-se a distância na diferenciação sexual que é inclusive assinalada dentro dos membros do mesmo grupo social. A mulher ficou cada vez mais submetida a um estado de infantilismo, tal que, desta forma passou a ser tratada, o que foi sustentado pela educação. Para o homem livre, pelo contrário, são ampliadas as possibilidades do permitido, na medida que ganhava posições de destaque a partir da seleção e preparação escrupulosa exercida pelo pedótrico <sup>8</sup> após o cuidado e a fortificação da temperança do caráter de seus alunos, como condição principal para seu reinado.

Cuidar-se-ia então zelosamente dos relatos, fábulas e poesias que se permitiriam deixar escutar os guerreiros, para que os mesmos pudessem cumprir uma "boa" função didática. Acreditava-se que em sua imitação corria-se muito risco, se fossem em número excessivo ou não fossem favoráveis para a formação deles, pois "a natureza humana se reduz a partes ainda menores, de modo que o homem não pode imitar bem muitas coisas, ou fazer as próprias coisas que a imitação reproduz" (Ibid: 161).

A ênfase, diante do grande ideal da educação foi dada ao zeloso rigor que se deveria ter com a transmissão desta, tendo em vista a fraqueza da natureza humana. A educação precisava ser resguardada severamente. Destaca-se a presença que ocupa a imitação, sendo necessário utilizá-la de forma que os alunos imitem "as qualidades que lhes convêm adquirir desde a infância: coragem, temperança, santidade, liberalidade e outras virtudes do mesmo gênero; mas não

---

<sup>8</sup> Para os gregos o pedótrico era o pedagogo que se ocupava da parte da higiene, da nutrição e da preparação das melhores condições físicas dos alunos escolhidos, para as posições na direção e defesa do governo.

devem praticar nem saber habilmente imitar a baixeza, nem qualquer dos outros vícios por medo de que, da imitação, colham o fruto da realidade. (...) A imitação se persevera em cultivá-la desde a infância, fixa-se nos hábitos e converte-se numa segunda natureza do corpo, da voz e do espírito" (Ibid: 162, grifos meus).

Seguem-se assim, na continuação da leitura deste texto "A República", muitas passagens em que se enfatiza a importância da imitação na vida do cidadão livre, nas quais também se mostra a concepção que tinham os governantes de seus subalternos em confronto com a imagem que tinham de si mesmos, a forma como preservavam seu grupo, ressaltando o devido cuidado de não imitar aos outros grupos e o tipo de formação que se devia seguir. Os indivíduos são concebidos como seres passíveis de ser domados e modelados desde seu nascimento, tanto no plano físico como moral, resguardando ou projetando rigorosamente sua condição natural e social, segundo a conveniência dos grandes senhores.

Não se admitia "que aqueles dos quais (pretendiam) cuidar e que devem tornar-se homens virtuosos, imitem, eles que são homens, uma mulher jovem ou velha, que (...) gaba-se de sua felicidade, ou se encontra na desgraça, no luto e nas lágrimas; (...) não admitiremos que a imitem doente, apaixonada ou nas dores do parto. (...) Nem, que imitem os escravos, machos ou fêmeas em suas ações servis. (...) Nem, ao que parece os indivíduos maus e covardes (...) que se rebaixam e se ridicularizam uns aos outros (...); nem todas as faltas de que se torna culpada semelhante gente, em atos e palavras (...). Não se deve também acostamá-los a contrafazer a linguagem e a conduta dos loucos; pois é preciso conhecer os loucos e os maus, homens e mulheres, mas não fazer nada do que eles fazem e tampouco imitá-los. (...) Imitarão eles os ferreiros, os demais artesãos, os remadores (...) os mestres de tripulação, e tudo o que se refere a tais ofícios. (...) Há, pois, uma forma de falar e de contar que acompanha o verdadeiro homem de bem, quando tem algo a dizer; há outra, diferente, à qual sempre se liga e se conforma o homem de natureza e educação contrárias" (Ibid: 162-163, grifos meus).

Observa-se a forte marca autoritária que foi encaminhada a educação, baseada na negação e repressão do poder do governante, o que foi reproduzido nos lugares formais de instrução, os quais ocupavam-se da formação da personalidade profissional do aluno. passou-se a prever os comportamentos,

atitudes e atividades da criança implicando na normatização de toda sua vida, estendendo a outros espaços do mundo externo ao institucional; assim ela não se desviaria.

Da análise das formas que vai tomando a educação e da projeção que o homem estabelecesse sobre si próprio, pode-se extrair as diferentes concepções que historicamente vão surgindo. O homem livre projetava-se acima da realidade e cada vez mais perto de estados ideais, cuja preparação teria que estar longe até do sofrimento primitivo e natural -a maternidade, e mais ainda, distante dos prazeres e longe dos outros homens que não fossem seus pares: as mulheres, os escravos e os loucos. Da loucura, podiam ser aceitas as formas que continham verdades e valores admiráveis, as quais tinham-se que identificar para distanciá-las das inaceitáveis. Só podiam-se conhecer um pouco mais os trabalhos que proporcionassem o desenvolvimento da força ou as coisas que fossem úteis para sua formação e desempenho em seus misteres como homens de bem e transcendententes.

O povo era considerado por natureza vulgar, mau, covarde, faltoso, indigno; visão que correspondia ao tipo de vida que se pensava que levava e à educação que o circunscrevia, no limite de uma realidade de inferioridade, na imitação da vida cotidiana, sob padrões rígidos que lhe facilitava vencer a fragilidade do estado natural. Aos escravos, não se lhes permitiu exercer sua condição de seres humanos, ficando designados à condição de serviço, portanto, limitados a aprender somente o relacionado com isto. Acentuou-se, a discriminação social, mantendo ideologicamente divididos os homens, conformando-os de acordo às projeções e conveniências dos governantes.

Na proporção em que a formação cultural e moral dependia dos relatos dos artistas -poetas ou cantores, a partir de suas composições, "o bom discurso, a boa harmonia, a graça, e a euritmia (...) da verdadeira simplicidade de um espírito que alia a bondade à beleza", tornava-se necessário vigiar também os poetas e suas criações "... a fim de que nossos moços, como os habitantes de uma região sadia, aproveitem de tudo o que os cerca, de qualquer lado que lhes venham aos olhos ou aos ouvidos uma influência das belas obras" (Ibid: 173).

Parece então que o indivíduo está na dependência desta formação complementar, extraída do contato com o belo para conseguir pertencer como membro digno e respeitado da sociedade. Conforme Aristóteles, para Platão a educação deve "recriar a alma e dotá-la das qualidades e dos conhecimentos que o filósofo adquiriu por via racional. Estas qualidades e estes conhecimentos devem corrigir o instinto e o sentimento, (...) preparando a criança da maneira mais simples, e mais conforme à beleza, não só para a sua vida de cidadão mas ainda também para esta vida superior do sábio que é a única bem-aventurada neste mundo" (Ibid: 174, grifos meus).

A perfeição do corpo seria reforçada com a ginástica e a experimentação de situações contrastantes e extremas, por exemplo, de frio e de calor, mudança de alimentação e outras, que levaria a criança a fortalecer-se, conseguindo com isso uma saúde avantajada e a força necessária para albergar a alma que conduziria a sua vida de cidadão. Acreditava-se que a criança, do mesmo modo que o animal, tinha, para sobreviver, que nascer forte e, com seu instinto de sobrevivência, fazer-se forte, para superar quaisquer provas de resistência; sem necessidade de cuidados especiais, nem de pais afetuosos ou médicos e juizes hábeis para entender e ajudar a resolver os problemas no momento em que surgissem. A simplicidade era, portanto, o princípio que deveria conduzir a formação da criança, a partir do estabelecimento de uma medicina interna e de uma justiça pessoal que a levaria à auto-conservação. Além disso, a aquisição da virtude da alma tinha que ser alcançada na sabedoria, longe e no desprezo de tudo o que levasse aos prazeres do corpo. É colocada na criança a responsabilidade de sua sobrevivência, para depois os filósofos e poetas cuidarem da sabedoria de sua alma.

O atendimento especial das crianças era considerado como prova de uma educação viciosa e da maior indignidade, administrada à gente do burgo e aos artesãos, formando-os preguiçosos e melindrosos, servindo de mal exemplo. "... Numa cidade bem governada, cada um tem uma tarefa fixa que é obrigado a cumprir, e que ninguém conta o lazer de passar a vida doente e tratando-se. Sentimos o ridículo deste abuso nos artesãos, mas nos ricos e nos pretensos felizes não o sentimos" (Ibid: 181). Assim é cobrada do homem uma resposta diferenciada ante a vida, segundo a sua condição social, fosse rico ou pobre.

Entendia-se também, frente à educação da alma e do corpo, que o aprimoramento de uma sobre a outra, leva bem à moleza ou bem à rudeza, por isso o importante era conseguir o equilíbrio, não devendo dedicar-se com exclusividade à ginástica ou à música. Ademais, a rudeza quando bem dirigida formava a coragem; em seu excesso, degenerava em dureza e mau humor. Por outro lado, a doçura bem dirigida suavizava e ordenava; seu contrário abrandava, caindo na moleza. Portanto, o ideal de um bom guerreiro, cabe dizer também, em geral do cidadão, era reunir as duas naturezas: a coragem e a doçura, conservada a partir da vigilância constante, em qualquer idade e desde criança. Assim, sob o comando e eleição dos anciões, os moços, pela obediência, iriam aperfeiçoar a sua natureza obtendo o devido reconhecimento, na rigorosa seleção que entre os melhores se estabelecia, dos que desde a infância tinham conseguido fortalecer-se, alcançando o prestígio e a confiança absoluta para ocupar quaisquer cargos.

Aparece, em decorrência, a necessidade de hierarquização, pela competência, num mesmo ramo de atuação, distinguindo-se os melhores a partir dos méritos obtidos, ficando os mesmos dentro dos primeiros degraus e incentivando com isto a competição, precavendo-se, no entanto, para não gerar ambições que corrompessem. Era importante a competência acima do nível social ou do lugar que ocupasse a pessoa no nascimento. Privilegiava-se portanto, os méritos e as destrezas adquiridas com esforço na aprendizagem.

A educação da criança converte-se em uma preocupação tal que, por meio desta, tinha-se que melhorar e orientar sua natureza, garantindo a retidão do futuro cidadão. A base da educação infantil encontrou-se atrelada à conformação da cidade, sendo a educação controlada, supervisionada e organizada na projeção da atividade futura do indivíduo, o qual tinha que seguir as regras pré-estabelecidas, preservando-se dos possíveis problemas que traria a incorporação de novos pressupostos por acreditar-se que estes colocariam em risco o equilíbrio natural. A formulação do ideal de criança estava na base da educação. Considerando "que o impulso dado pela educação determina tudo o que segue" (Ibid: 204), a vida do adulto não precisava ser legislada, uma vez que a educação da criança era baseada no doutrinação de um deus todo poderoso que, por si mesma, garantia a conservação das leis.

Pode-se dizer que a concepção de criança estava embutida no tipo de educação que era dada, impregnada de padrões fixos e rígidos, expostos na forma de leis divinas consideradas como únicas e invariáveis, na medida em que só deus pode fazer leis. O homem colocou-se com isto num plano totalmente inferior e intermediário. Logo, só as leis de deus podiam assegurar a salvaguarda dos homens e forjar sua temperança, levando-os ao conhecimento de si próprios e da justiça para a cidade, traços da verdadeira virtude. Assim, o homem idealiza um modelo de vida, de existência e o diviniza, colocando-o fora de si, mas o impunha para si em forma de lei onipotente, divina e externa a si, para logo reger-se por ela, sem questionamentos.

Com isto, a alma que alberga as virtudes é dividida em duas partes: a superior, que expressa o domínio sobre si mesma e, a inferior, determinada pelas más influências e a má educação, ou seja, pelo social. Quanto mais se afasta o comando do superior sobre o inferior, mais se encontram as grandes características que identificam o homem de baixa categoria e carente de temperança, sendo estes as crianças, as mulheres, os servidores e a turba, impulsados em especial pelas paixões, prazeres e penas, limitados em educação, ou seja, do desenvolvimento do raciocínio que a inteligência mobiliza.

Nota-se nos múltiplos relatos das discussões estabelecidas por Platão, como, ao padronizar-se os comportamentos dos indivíduos em grandes classificações, segundo o nível social, sexual e de maturidade, impôs-se ainda mais a separação entre os nobres e os de baixa categoria; as mulheres e os homens, os mais jovens e os adultos. Todos catalogados de tal forma que seu estado não lhes permitia sair da caracterização preexistente, devendo atuar sob a condição determinada pela circunstância do nascimento e sustentada dentro das possibilidades mais ou menos generalizadas dos modelos educativos.

Nesse quadro, na mistura do ideal e da descrição dos preceitos da realidade, encontra-se explicitamente a preocupação com a educação das crianças, dos chefes e guerreiros, pedindo-se para "dizer que espécie de comunidade se estabelecerá entre os nossos guardiães no que tange aos filhos e às mulheres e qual será a primeira educação ministrada à infância neste período intermediário que vai do nascimento à educação propriamente dita" (Ibid: livro II, 6-7).

Como se percebe, já nessa época começa a haver uma preocupação com a educação da elite, porém, sua formação continua na base da resolução das preocupações imediatas, que diziam respeito à vida político-econômica dos adultos. Estes consideravam as crianças como aquelas que tinham que ser conduzidas, convertendo-as, "de alguma forma, nos guardiães de um rebanho", (Ibid: livro II, 8), o que implicava impor-lhes regras correspondentes a esta atividade. A mulher cabia a função de cooperar na guarda da cidade porém, não se cogitou dar-lhe uma educação mais especializada. Da preocupação sobre se a educação para a mulher devia ser igual à do homem, concluiu-se que os dois sexos não poderiam ser preparados para as mesmas tarefas; assim, "cada um devia ocupar-se unicamente da tarefa própria à sua natureza", contudo, exigiu-se da mulher tudo aquilo que a necessidade do momento demandou (Ibid: 11).

A natureza humana, por tradição, tinha sido separada e diferenciada. A condição da mulher caía em desvantagem, cada vez mais. Sustentava-se que as ocupações das pessoas eram fatos determinados pela natureza, tornando-se inquestionáveis. Todavia, tinha-se dúvidas quanto à inferioridade da mulher frente à natureza do homem, mas não lhe foi concedido um lugar privilegiado. Esta, então, foi condicionada aos trabalhos domésticos e em completa submissão ao homem, sendo igualada a uma criança e, portanto, educada para ser desde criança completamente dócil e dependente da autoridade.

Entretanto, surgem algumas exceções que podem ser consideradas como ambivalentes. Concebe-se que a mulher é mais fraca que o homem, se bem que os dois gozavam da mesma natureza quanto às aptidões, logo, a mulher do guardião podia com ele proteger a cidade; sendo que o guardião tinha que escolher mulheres semelhantes a si próprio. Outrossim, a coragem do homem preparado para ser o amo difere da mulher, que tem uma coragem subordinada.

Encontra-se em Platão (1973), também, um modelo diferente de família, onde a mulher não pertencia em particular a um determinado homem e os filhos, portanto, não eram os filhos do casal, mas do grupo ou comunidade de guardiães. Assim, nenhum conhecia seu pai específico e vice-versa, garantindo-se com isto a fidelidade a um grupo, a uma casta, à cidade e não a um indivíduo, a um pai, no caso da criança. O pai, por sua vez, não ficava dependendo afetivamente de

um filho, podendo lhe cobrar o cumprimento das leis, com maior amplitude, àquele que educava.

Em relação aos filhos, tem-se a crença na superação da espécie mediante a união de homens e mulheres do mesmo escol, cuidando dedicadamente de sua sobrevivência. Pelo contrário, aos filhos dos indivíduos tidos como inferiores não importava criá-los. A perfeição da comunidade baseava-se na convivência dos superiores, com a qual se diminuía qualquer possibilidade de discórdia, reduzindo-se os problemas a solucionar. Importava, por conseguinte, que os guerreiros engendrassem filhos para reproduzir a espécie dos fortes, com aptidões que preenchessem as necessidades da cidade. Como nos diz Luzuriaga (1990: 53), "a educação, para ele (Platão), começa antes do nascimento, com a eugenia e com a regulamentação dos matrimônios", onde não importava sacrificar até a vida de um menino que não nascesse robusto.

Destarte, a vida das crianças não era importante, a menos que tivessem uma finalidade no seu futuro de adultos, na conservação tanto da espécie tida como superior, quanto das classes subalternas. Entretanto, "é preciso criar os filhos dos primeiros e não dos segundos, se quisermos que o rebanho atinja a mais alta perfeição" (Platão, II, 1973: 21). Tais medidas deviam ser ocultas para não criar discórdias, garantindo o máximo de utilidade; assim, para os guerreiros, quanto maiores serviços tivessem prestado -sendo célebres combatentes- maior liberdade de ação lhes era concedida.

As crianças, ao nascerem, eram entregues a pessoas encarregadas de cuidar delas, sendo desde cedo desligadas da relação filial, dentro do grupo fechado. As crianças com problemas físicos ou mentais eram escondidas ou mortas. A morte era permitida também em lares de muitos filhos; limitando a super-procriação, cuidando assim da super-população. O nascimento tinha que ser aprovado socialmente e abençoado pelos sacerdotes; do contrário, se os pais concebesssem ou ocultassem um filho eram repudiados. Os homens bons tinham que fazer filhos melhores. Os homens trabalhadores tinham que fazer filhos úteis. Condena-se, desde então, trazer ao mundo um filho sem a permissão social e sem a devida autorização institucional. A criança era um ser importante, sempre e



quando socialmente fosse permitido; do contrário, a sociedade não se comprometia com a sua sustentação, ainda menos a dar-lhe um nome reconhecido.

A hierarquização dentro da família vai se delineando cada vez mais, estabelecendo-se níveis: o filho, os pais, os avós. As crianças que nasciam na mesma época na cidade chamavam-se de irmãos. Tudo isso deu origem à proibição dos contratos de matrimônio entre as crianças que eram consideradas da mesma família. Logo, proíbe-se o casamento entre filhos de um mesmo grupo familiar. Estabelece-se no relacionamento entre gerações princípios, diferenças e maiores limitações para os iguais, numa mesma faixa etária. O incesto começa a preocupar, assim como a reprodução massiva e, portanto, a super-população. Por isso, sentiu-se a necessidade de uma maior legislação, reafirmada e imposta por meio de uma educação mais severa. Esta, ao transmitir-se desde cedo, fazia com que as crianças a seguissem, evitando sua transgressão. Tanto as leis impostas como divinas, quanto as dos homens foram rigorosamente vigiadas, ocasionando, no caso de infração, severos castigos, até impor-se o respeito, a obediência e a solicitude.

Os governantes começam a legalizar a união dos casais, a dar permissão quanto ao número de filhos e estabelecer o que tinha que ser feito com eles, estipulando como deveriam ser educados. Procede-se a discriminar as uniões e os filhos na dependência de seu reconhecimento legal. O matrimônio e os filhos continuam sendo um bem comunal e não individual, desta vez de forma legalizada. A posse das riquezas e dos filhos pertencia ao grupo familiar e eram administrados pelo homem mais idoso, a quem era outorgada a característica do mais justo, e quem podia até punir com toda a permissão para conservar o temor e o respeito aos mais velhos, impondo e preservando assim sua autoridade.

Com o crescimento das cidades, estas se dividem em pequenas comunidades. As dos guardiães, foi organizada com homens e mulheres que conviviam junto aos filhos, quando estes estavam no período de receber a educação. Esta comunidade foi a mais privilegiada por ocupar-se da guarda de toda a cidade. A educação dos filhos dos guardiães estava fundamentada num processo de observação aos pais, para ao imitarem ir aprendendo, desde o mais cedo possível, sua profissão. Ao contrário, os pobres foram tidos como indivíduos carentes de qualquer possibilidade, a tal ponto que sua inferioridade era ressaltada como um privilégio,

pois, não tendo que superar sua ignorância, ficavam isentos dos "aborrecimentos que as pessoas experimentam em criar os filhos, em acumular fortuna, e que resulta na obrigação, em que se vêem para tanto, de manter escravos" (Ibid: 31). Por isso, a educação do pobre não importou e dessa maneira, omitiu-se até de mencionar sobre sua atuação, considerando-o, em geral, como um ser disforme, carente de importância e só comparável com os primitivos.

Para os ricos, os filhos resultavam em uma preocupação. Os pobres foram dispensados deste comprometimento, na medida em que não lhes era exigida uma instrução especializada para a realização de suas tarefas, sendo concebidos por seus opostos, como ironicamente se lê, "privilegiados" por só terem que cuidar de sua sobrevivência. Pelo contrário, a educação dos filósofos foi tida no plano da maior importância, a qual estabelecia-se desde os primeiros anos de vida da criança designada para governar e incluía até os cuidados especiais do corpo do futuro político, de quem se exigia excelente forma física, assim como eram contemplados os cuidados com o espírito.

Para os gregos, a educação era uma arte pela qual se reforçava a faculdade de aprender que cada nobre possuía, e com a qual se procuravam os meios mais fáceis para operar a conversão da alma, levando-a para a boa direção e distinguindo dois momentos: no primeiro, a preocupação era desenvolver os dons naturais da criança por meio da prática que gerava o hábito, levando-se a amar a virtude antes de conhecê-la; no segundo, importava levar a prática ao plano racional, até adentrar-se no método científico.

Adverte-se que no ideal da educação da criança era importante seguir passos sem forçar a sua natureza. propunha-se, para tanto, eleger entre os melhores, os que iriam ser introduzidos no caminho da ciência, sendo importante em sua educação não forçar seu espírito com castigos, pelo contrário, devia-se procurar o melhor meio como o da brincadeira, deixando assim, a vontade sua natureza e sua alma para aprender com a maior liberdade possível, embora tivesse que obrigar seu corpo a desenvolver-se. Não obstante, tudo isso ficou para o mundo grego no campo do ideal, conforme Manacorda (1987) o coloca.

As virtudes como a obediência, a temperança e a justiça, são propostas na educação da criança, para cuidar e conduzir o corpo e a alma, sempre no fortalecimento da beleza das crianças eleitas, privilegiando sua formação da liberdade sem o emprego da força, mas no exercício da razão, e do desenvolvimento do mundo das ciências. Vê-se através do grande ideal que foram as idéias de Platão (1973), como para a época, a forma de se pensar a criança estava condicionada a uma forte carga de discriminação, cuja educação privilegiava àqueles aos quais se transmitiria a forma de sustentar e projetar o ideal do homem grego -o homem livre.

Retomando o discurso de Aristóteles, em Oliveira (1989) e Badinter (1985), ele promoveu a autoridade exercida com total legitimidade pelo pai, vital para manter a ordem hierárquica, a qual era consagrada pela cidade, sendo esta a comunidade política por excelência, sobpor estava a família e as relações individuais sob o grande pai, o monarca. Assim, os restantes foram considerados como escravos; entretanto, no caso da mulher e da criança, a estas se reconhecia ter alma, portanto, tinham capacidade de deliberação; porém, à mulher, embora reconhecida sua capacidade de deliberação, não se admitia ter autoridade plena para exercê-la; no caso do filho do cidadão, este era considerado um ser humano, mas potencialmente livre, imperfeito e em processo de formação. O escravo propriamente dito era um ser para uso e abuso de toda a família, pois nela não se reconhecia capacidade nenhuma.

Destaca-se ainda o fato da criança participar da condição de comando em projeção, isto dependendo de seu sexo e do lugar que ocupasse dentro da família, para exercer os cargos de poder. Assim, a condição de mando ia se projetando dentro do requerido no ideal de cidadão. Entretanto, Aristóteles, que também advogou essa formulação, insiste em que se deve levar em conta sua desejável funcionalidade dentro da cidade, ideal esse que foi se estendendo pela Itália e posteriormente por todo mundo, como se verá mais adiante.

Voltando a Manacorda (1987), encontramos em sua análise em relação à divisão da educação do homem grego, como essa situação não foi tranqüila, debatendo-se entre os que continuavam pensando as virtudes como naturais, aperfeiçoadas pela educação, limitadas ao âmbito da própria classe e os que

defendiam que a educação deveria voltar-se também para o povo. Dessa forma, através da educação, começa-se a lutar por novos espaços, afirmando-se que as virtudes são aprendidas. Percebe-se como se foram formando os primeiros sistemas de ensino sob as diferentes concepções, nas quais os mais jovens deveriam ser educados. Como diz Brandão (1988: 37), a "educação que houve em Atenas e Esparta foi praticada entre todos, nos exercícios coletivos da vida, em todos os cantos" da comunidade, como já vimos na descrição do homem arcaico. Mas com o enriquecimento da "polis" grega, as estruturas de oposição diferenciadas entre livres e escravos, nobres e plebeus, apressa a discriminação da educação.

Estabelece-se em Grécia a educação dirigida para a elite, na qual, num primeiro momento, o importante foi formar o guerreiro, apoiando-se para isso na pederastia, caracterizada pela reunião de um grupo de jovens orientados por um educador, fundamentada "através de trocas interpessoais, de relações físicas e simbolicamente afetivas entre as pessoas", considerando-o como o modelo mais puro de educação para o homem livre. Logo, segue-se a paidéia, que entendia a "formação harmônica do homem para a vida da 'polis', através do desenvolvimento de todo o corpo e toda a consciência", em que a criança passou a depender do mestre-escola, fora de sua casa, ficando cada vez mais na presença de estranhos. Assim, a educação do homem livre foi se convertendo em uma obrigação, não havendo preocupação com a criança, mas com a imposição desse modelo (Ibid: 38).

Igualmente em Ponce (1983) encontra-se que a criação da moeda, facilitadora dos intercâmbios e o aperfeiçoamento da navegação, permitiu novos espaços para conquistar e/ou aumentar o comércio, o que levou a gerar maior número de compradores e de devedores. Também aumentou o empobrecimento das famílias, que tiveram que pagar suas dívidas, muitas das vezes com a vida de seus filhos, quando não da própria, sendo escravizados. Com isso, aumentou o número de escravos que já não eram unicamente estrangeiros, senão do próprio território e inclusive com uma boa instrução.

Dessa forma, as riquezas foram adquiridas com a guerra, com o endividamento e com a herança, as quais ficaram a cargo do filho da preferência do pai ou, em geral, do filho (homem) mais velho. Na inexistência de um herdeiro, o Estado se encarregava de administrá-las. Estabeleceu-se assim, uma forma de

resguardar o patrimônio total de uma casa, determinando-se a indissolubilidade da família através da administração da economia familiar em mãos de um só membro desta, evitando com isso, o perigo de esfacelamento das riquezas na distribuição da herança, parcelada entre todos os filhos, o que desprotegeria a unidade. Pelo contrário, assegurou-se a continuidade da linhagem com a propriedade conjunta, como o observou Ariès (1981: 234).

A educação dos filhos era uma obrigação para com o Estado, devendo-os preparar para o serviço na guerra, na expansão e na defesa do território. Na formação dos guerreiros incluiu-se a prática do homossexualismo, para estreitar os laços de companheirismo entre os guerreiros. As crianças deformadas eram imoladas, já que não poderiam prestar serviço algum. Também, assinala-se o aspecto rude na educação infantil, na qual o paidotriba -o golpeador- da criança era o encarregado de criar sua força. Só a partir de uma idade mais avançada, por volta da juventude, o Estado passou a tomar conta da formação desta, com o que o jovem efebo passou a ser dirigido pela efébia, que era a instituição do Estado encarregada do aperfeiçoamento do ensino militar de forma mais direta e presente.

A rigidez, então, foi a principal característica da educação dessa época, em que tanto era punido o pai que a descuidava quanto a criança, a qual era sempre vigiada, seja pelo mestre que lhe impunha os diversos saberes nas aulas coletivas, seja pelo pedagogo (o escravo) que a conduzia à escola, para garantir seu comportamento, evitando qualquer desvio do mesmo. Os encarregados do ensino também eram rigorosamente seguidos. O mestre tinha que inculcar no aluno, com prioridade, o amor à pátria, aos deuses e às instituições. O ensino aos pobres foi circunscrito à aquisição de normas de trabalho, que se constituíram em um saber chamado pelos gregos de técne, a qual, em sua forma mais rústica, esteve a cargo do trabalhador manual, livre ou escravo, no campo da agricultura ou do comércio.

Intensifica-se o desenvolvimento do comércio marítimo provocado pelo acúmulo de riquezas e o aparecimento de uma nova casta de importância, fora da hegemonia dos que possuíam a terra; qual seja, a dos comerciantes, armadores e industriais. Outras transformações de maior destaque se fazem presentes, passando da noção de dever à do bem estar, da crença religiosa ao ceticismo burlão. O

interesse comum cede lugar ao interesse do indivíduo; começou-se a valorizar e, inclusive, a premiar os criadores de novas técnicas que favorecem o Estado.

O escravo, submetido pela intimidação a partir do terror frente à morte e aos castigos, ao ficar enfraquecido, deixou de ser rentável para o senhor continuar retendo-o sob seu domínio. Por isso, mudou-se o trato para com ele, preferindo-se vender-lhe a liberdade, convertendo-o num lucrativo negócio. O escravo liberto juntou-se ao comerciante ou ao pequeno proprietário, dedicando-se ao comércio ou explorando a profissão em que fora treinado pelo senhor. Nota-se como a instrução de algumas profissões nasceu na dependência e de forma servil, sob a carga da autoridade.

Os sofistas ao afirmarem que "o homem é a medida das coisas" (Ponce, 1983: 71), expressam uma necessidade de mudança, correspondente aos interesses dos novos personagens que, apoiados em sua ascensão econômica, lutam por melhores posições na cena social. Para o novo homem era preciso uma nova educação; o ideal pedagógico que os proprietários de terras tinham concebido e imposto não podia seguir predominando. Contudo, frente à tradição dominante, os sofistas se propuseram, não apenas, ministrar os conhecimentos que a vida prática requeria, mas secularizar a conduta, tornando-a independente da religião, abrindo espaço para as ciências nascentes.

A dicotomia aprofundava-se. Ao contrário dos aristocratas como Platão que defendiam a capacidade de pensar para uma minoria exígua, Sócrates -o artesão, propunha o diálogo através do qual ensinar-se-ia a extrair conclusões, afirmando o pensamento reflexivo para os homens sem maiores distinções. Muda o objetivo da educação. A preocupação com a guerra é substituída pela reflexão sobre como melhorar o bem estar do homem, tanto em nível individual quanto social, no campo dos negócios e nos assuntos da política.

Estabelece-se a polêmica no interior da escola. Por um lado, os que promovem o rigor com a disciplina, vendo nela o fator capaz de controlar o caos, e por outro, há os que pedem uma escola mais humana, mais alegre e menos rígida. A escola passa a ser contestada, em especial pelos filhos dos comerciantes e dos industriais enriquecidos, que ao terem que ir à escola, negavam-se a

assistir as aulas como se fossem para um quartel. Substituí-se o costume de encaminhar as crianças, dirigidas pelo pedagogo, em completa ordem. O pedagogo as juntava e as enfileirava às outras que encontrava no caminho, fazendo-as dirigir-se com passo firme e os olhos baixos em rígida formação. Pelo contrário, com a nova ordem, permitiu-se maior flexibilidade, podendo as crianças caminharem em separado, rindo e admirando a paisagem.

O Estado atemorizado pelas mudanças monta um forte esquema de controle para que as novas idéias não se difundissem. Nas escolas, diante dos novos métodos de ensino, acusados de serem conduzidos com excessiva liberdade pelos mestres, exigiu-se a vigilância estrita destes, para que não se impusessem, afastando assim as crianças desta influência. Em palavras de Aristóteles se lê que "a escravidão estava na natureza das coisas" (Ibid: 80), justificando-se, conseqüentemente, a resistência ao novo.

Outros exemplos citados por Manacorda (1987: 108) mostram o extremo do rigor na educação, a tal ponto que, o que hoje consideramos como esportivo e ligado ao divertimento, na época entrava como parte da orientação da criança, no campo da obediência e da obrigação. Os que seguiam uma vida decorosa, para a época, eram obrigados a ocupar-se da caça com cães, assim como da equitação, da ginástica e da filosofia. A difusão da educação física tornou extensivas as olimpíadas para os adolescentes, que foram uma competição restrita aos adultos. Permitindo-se com isso algumas modificações na condução da educação, com um sentido mais pessoal e um objetivo direcionado com relação à atividade própria da criança.

## O DECLÍNIO DO IDEAL E AS NOVAS TENDÊNCIAS ORIENTANDO A VIDA DO HOMEM

Nessa luta entre a preservação do existente e a procura de reconhecimento e de novos espaços de poder, portanto de reorientação da sociedade, houve muitas resistências, porém ocorreram mudanças nas concepções de mundo e de homem, logo, criança.

A asseveração de Plauto sobre os romanos, "os pais em primeiro lugar são os artesãos de seus filhos, aqueles que lhes dão as bases" (Manacorda, 1987, *Ibid*: 115), descreve como eles foram mais estritos que os gregos nas exigências com a educação, a qual foi uma tarefa mais doméstica, fundamentada, portanto, na prática, onde o pai era encarregado dela, adestrando seu filho de acordo com as necessidades ou ofícios que ele bem entendesse como pai. Mostra-se como "a autonomia da educação paterna era uma lei do Estado: o pai é patrão e artesão de seu filho. De fato, a antiga monarquia romana era uma república de 'patres', patrícios ou donos da terra e das 'familiae', isto é, dos núcleos rurais, dos quais faziam parte sob o mesmo título as mulheres, os filhos, os escravos, os animais e qualquer outro bem. Nestas 'familiae' a 'pátrio potestas' era, também na educação, o poder supremo que, não obstante o forte senso do Estado, tão característico da tradição romana, situa-se fora de qualquer intervenção estatal. O próprio 'pater' é a 'pátria': a antiga lei das Doze Tábuas, do início da república até a metade do século V a.C., permite, entre outras coisas, que o pai mate os filhos anormais, prenda, flagele e condene aos trabalhos agrícolas forçados, venda ou mate filhos rebeldes, mesmo quando, já adultos, ocupam cargos públicos..." (*Ibid*: 116-117).

No transcorrer do tema, Manacorda (1987) alerta para vários aspectos e assinala algumas deduções. Inicialmente destaca como as discussões e críticas, de alguns autores da época <sup>9</sup> (século IV a.C.), surgiram referindo-se ao tipo de educação familiar proposto, o qual somente centrou-se na educação dos grupos dominantes, desconhecendo os outros grupos. Para os romanos, a autoridade do homem-pai foi a imperante e decisiva, assimilando-se à autoridade do Estado até confundir-se com esta, com a qual, se supõe, encontrava-se em completa concordância para poder ter tal poder. Cabe alertar também que, quando se fala de uma educação mais orientada nessa época, trata-se da educação do filho-homem. Para a mulher, inicialmente, não foi pensada uma educação especializada, deixando-a no nível da servidão ou de uma coisa, qual uma prenda a mais do senhor. Pelo contrário, aos filhos homens o pai lhes ensinava as letras, o direito e as leis, o que lhes concedia autoridade, preparando-os para ocuparem seu próprio cargo.

---

<sup>9</sup> Refere-se o autor a Plutarco; Políbio em Cícero; Plauto e outros, os quais compõem as referências do tema. *Op. cit.*, (1987).



Segundo Tácito, "antigamente, cada filho, nascido de uma casta genitora, era educado não no aposento de uma nutriz mercenária, mas no seio da própria mãe, cujo mérito principal era cuidar da casa e educar os filhos. No pior dos casos, escolhia-se no parentesco uma mulher de idade, a fim de confiar cada criança da própria família aos seus cuidados prudentes e irrepreensíveis. ... E sua severa disciplina visava que a natureza de cada um, espontânea e não corrompida pela malícia, se dedicasse desde cedo, com toda sua força, a atividades decorosas..." (Ibid: 118). Entende-se com Manacorda (1987), que a importância do papel da mulher-mãe na educação dos filhos foi reconhecida na época, porém tal fato não eliminou seu papel de servilismo e inferioridade, até em sua própria classe superior. À mulher-mãe, como corrobora Quintiliano, foi atribuída "a tarefa de ensinar aos filhos os primeiros elementos do falar e do escrever". Pode-se dizer que a mulher teve um papel importante, no entanto seu labor não passou de um encargo mecânico, limitada a usar a linguagem que ela reconhecia e, para a parte da escrita, a repetir traços de letras móveis feitas em marfim ou osso, como anota o autor (Ibid: 118).

A algumas das meninas, segundo Juvenal, também lhes eram ensinadas, nessa época, as primeiras letras do alfabeto. Assim como algumas eram preparadas para atuarem como nutrizs mercenárias, encarregando-se das crianças de sua família, o que lhes deu autoridade e prestígio, como o exemplifica Tácito, no "culto das Nutrizs Augustas" (Ibid, 118-119). O papel da mulher frente ao do homem era totalmente secundário e muito pouco apreciado, apenas segundo a utilidade prestada ao homem. Outrossim, para essa época, é necessário salientar os avanços importantes nesse quadro, pois, pela primeira vez, aparece uma profissão reconhecida para ela, na formação da criança, com prestígio social, além de mais independente da do homem, sem ser apêndice como na de guardião. Também, é importante ressaltar o alcance obtido pela menina ao ser lhe permitido a identificação do alfabeto, quer dizer, pela primeira vez, é tomada uma atitude frente a ela e à sua educação de forma mais direcionada.

Ao estabelecer a importância do papel da mulher romana na educação familiar, encontra-se que ela como mãe ou nutriz mercenária, foi quem se encarregou da tutela das crianças que cresciam em sua casa, juntando filhos e contemporâneos nos jogos e as primeiras lições. Por volta dos seis anos, a criança

ficava mais diretamente sob a tutela do pai, com quem aprendia os primeiros rudimentos do saber, as tradições familiares e pátrias, no caso de não ter-os aprendido através da mãe. Depois, o menino era adestrada nos exercícios físico-militares, para finalmente encontrar-se com uma educação mais dirigida por especialistas. No entanto, o pai continua acompanhando-a de perto, garantindo, assim, que tanto o filho como o instrutor respondessem a suas expectativas.

Um quadro indicativo do anteriormente afirmado é assinalado por Manacorda (1987), na descrição que faz do sarcófago de M. Cornélio Estácio, que se encontra no museu de Louvre, no qual também destacam-se uma das primeiras representações que se tem da vida, a qual mostra "a mãe que amamenta a criança enquanto o pai assiste, em atitude pensativa e afetuosa: a seguir o pai com o filhinho nos braços; depois o pai que treina o filho nos jogos viris; enfim, o pai ouvindo o filho declamando um texto" (Ibid: 119-120). A cobrança sobre o pai perante a educação de seus filhos foi muito forte. O texto de Juvenal também o descreve quando diz que será "um bem para ele (o pai) ter dado um cidadão à pátria e ao povo, se ele for um cidadão devoto à pátria, útil nos campos e capaz de realizar empreendimentos de paz e de guerra" (Ibid: 120). O pai era o responsável pela sua progeneritura, porém tinha que ser um bom mestre, guia de seus filhos dentro do fazer e do pensar.

Desde o início da era cristã, começa-se a perceber marcadas diferenças. Entre outras, como bem o enfatiza Luzuriaga (1990), estabelece-se a concepção de homem como um produto de uma divindade, donde, portanto, todos seriam iguais por natureza e a vida terrena careceria de importância, sendo só um momento de preparação, uma passagem para a vida depois da morte, propondo-se uma radical mudança de valores. Nessa época da gestação do cristianismo primitivo, também encontram-se pessoas especializadas em pensar sobre a educação dos filhos, com a pretensão de ajudar a aliviar a tensão dos pais. Assim, elas se encarregaram de deixar consignadas suas idéias em livros como o de Terêncio, "Catus, sive de liberis educandis", hoje quase perdido por completo (Manacorda, 1987: 120).

Nonius, ao referir-se ao começo da formação da vida da criança, em relação à multiplicidade de rituais que giravam em torno dela nos primeiros anos de sua vida, em que a colocavam sob a tutela de uma das variadas divindades, destaca

como isto era um obstáculo para sua formação, tendo em vista que era o temor que perturbava sua vida espiritual, onde, pelo contrário, precisava-se garantir para ela o maior bem-estar possível. Coloca-se também, como o exemplo de crianças rebeldes e corruptas podem corromper todo um grupo. Estabelece-se a história da maçã podre, apodrecendo todo o grupo, dentro do ensino coletivo, crenças que geraram maiores esquemas no rigor e na prevenção deste, taxando as crianças infratoras com apelidos de forte teor depreciativo, portanto separando-as do grupo dos bons alunos. Importando cuidar tanto da formação vinda do divino, quanto das influências terrenas.

Ressalta-se com Manacorda (1987), como os romanos, com seu tipo de educação, feita no seio familiar e pela própria família, avançaram no reconhecimento da criança. Isto não quer dizer que tenha-se erradicado a visão utilitarista com que até o momento se projetou sua vida. Porém, colocou-se maior atenção em algumas particularidades de sua educação, a partir de como se ia orientando a sociedade, posicionando-se de forma mais explícita sobre o que se queria e entendia sobre ela. Aparecem vários personagens e disposições autoritárias tomando conta da vida da criança, o que destaca o autor com "'fórmula puerilitatis', isto é, os graus da infância com seus assistentes adultos: 'a parteira traz à luz, a nutriz cria, o pedagogo educa, o mestre ensina'" (Ibid: 120-121).

Outras costumes impõem-se na formação da classe alta, orientada pelos chamados escravos profissionais, "personagens históricos, que representam a educação antiga e, ao mesmo tempo, fomenta a educação nova". Tratou-se de gregos cultos que, escravizados em Roma, tornaram-se encarregados da educação, não sem o devido protesto de alguns, por ser uma educação dada por um estranho à família: um escravo. Vários exemplos se seguem, entre outros o de Catão, que rejeitou este tipo de profissional para sua família, mas que o aceitou para os filhos de outros. Já Tácito rejeitou esse tipo de preceptor por entender impossível deixar em mãos de um escravo "tarefa tão séria", enquanto Péricles o aceitou, confiando a educação de Alcebíades por parte de um escravo, Zópiro, o trácio (Ibid: 121-122).

Recapitulando com Enguita (1989) sustenta-se que a principal característica da educação, nessa época, residia na forma direta como se dava a participação das crianças nas atividades dos adultos, sem a mediação de uma instituição ou mestre de escola mais especializado. O mestre tinha no início um papel marginal e restritivo a uns poucos alunos privilegiados. Outro ponto a ressaltar é a desvinculação dos romanos frente ao ideal da educação grega, o qual os influenciou muito pouco.

#### APONTANDO PARA A IDENTIFICAÇÃO DAS CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA

Richard e Lyman (1982) como Luzuriaga (1990) apontam a Quintiliano como o primeiro a afirmar que as crianças não nasciam naturalmente fortes e sadias, precisando de cuidados especiais, reconhecendo que sua capacidade de crescimento era um dom adquirido com o nascimento e não uma questão de genialidade, como era colocado. Para ele, a educação começava na primeira infância, no interior da família, ressaltando que nesta educação doméstica deveria-se ter o máximo cuidado com o ambiente que rodeia a criança. Citado por Luzuriaga (1990: 67), ele explica que "'naturalmente conservamos o que aprendemos nos primeiros anos, como as vasilhas novas o primeiro perfume do licor que receberam'. Nesta primeira idade o menino há de aprender em forma de jogo, 'para que não aborreça o estudo quem ainda não lhe tem afeição'". Como se lê, idéias bem avançadas foram aparecendo no auxílio da criança desde essa época. Porém, em muito pouco penetraram no pensamento pedagógico da sua época.

Segundo Luzuriaga (1990: 63), na época imperial, caracterizada pela "universalização da cultura romana e, em particular, da língua latina...", também, conhecida como época patrística. Foi veiculada a cultura romana através da escola em razão da influência dos padres da Igreja. Nesse período, ocorre uma ampliação da pirâmide social, o que possibilitou encontrar dados a respeito das crianças das classes menos favorecidas, diferente dos dados anteriores a Constantino, que só se referiam ao comportamento dos pais das crianças abastadas.

Os autores destacam como o fator sócio-econômico primava em relação à sobrevivência das crianças; o adultério, por exemplo, preocupou às classes superiores, muito mais pelo aumento na taxa de natalidade, que pela má situação das crianças nascidas fora do matrimônio. Assim mesmo, só se colocou o interesse no filho do escravo em função da reativação da agricultura que continuava sustentando as bases de uma economia sólida. Porém, com isto, começa a expressar-se a necessidade de levar mais em conta as crianças.

Descrevem também como a marca do cristianismo foi tal que, as crianças viveram uma vida de múltiplas ambivalências, contradições e inconseqüências. Nos primeiros tempos desse período, por primeira vez, a vida da criança em relação às funções corporais do nascimento e da primeira infância é descrita com variedade de detalhes. Analisa-se que provavelmente esse interesse advinha da necessidade dos padres da Igreja de "explicar teologicamente a natureza do parto virginal e a infância humana do Messias", ao seguir os comentários de Tertuliano, entre outros: "Certamente Cristo amou ao homem, ao homem que se forma no ventre, em meio da imundície e sai ao mundo através das partes púlicas, o homem que há de passar pela indignidade de ser uma criança de peito... Ao amar o homem amou sua maneira de nascer... Refez nosso nascimento mediante um novo nascimento celestial..." (Ibid: 106-107, grifos meus). Pode-se pensar também na necessidade da Igreja de fortalecer suas posições de poder que estava perdendo, com isto, seus representantes, ao entender a importância de conseguir o comando massivo da educação das crianças, aproveitou que os pais nem o Estado estavam interessados em assumir tal responsabilidade.

Com os discursos e amparados na presença do mártir redentor e da mãe da humanidade, a Igreja, se faz onipotente e mãe protetora de todos os homens, pregando e impondo seu pensamento até deixá-lo em primeiro plano. Por outro lado, contrariamente ao discurso de ter crianças que são benzas de Deus e de tratá-las de forma diferente como cristo o fez, pedindo por isto, maior aproximação delas aos adultos, onde mediá-se o amor, houve dentro dos padres da Igreja - representantes na terra do Pai Todo Poderoso, aqueles que preferiram fugir para o deserto a ter que arcar com os cuidados de uma família. Isso deu origem às comunidades religiosas celibatares. Com isto, distanciaram-se da responsabilidade de ser pais de filhos próprios; sendo que, após garantida sua desvinculação do

sagrado sacramento do matrimônio e de filhos que governar, sentiram-se com toda a autoridade de orientar as relações paterno-filiais, como meros observadores e regedores em que se tornaram.

Posterior à confirmação da vida do ascetismo dos que ingressavam nos mosteiros, adiciona-se a preocupação da Igreja com o acúmulo de seus cofres, estabelecendo a institucionalização do celibato. Após isto, começa-se a pensar e normatizar com maior rigor sobre as crianças integradas nas comunidades religiosas, coartando-se-lhes a possibilidade de voltar a suas famílias, desde que nascidas num matrimônio abençoado, o que lhes garantia sua pureza para ser aceitas na comunidade. Tudo isso representava para esta, fora de um membro a mais, o aumento considerável dos cofres, pois, junto ao candidato ingressava toda sua dote.

Destarte, os padres da Igreja autorizam-se para criar disposições normatizadoras e gerir sobre a vida das crianças. Como exemplo temos a São João Crisóstomo, num discurso que pronunciou em Antióquia, no ano 388, sobre "a vanglória e a maneira reta de educar aos filhos", cujo tema principal foi a responsabilidade dos pais para com os filhos frente à sua educação moral, apresentando também dados sobre as atitudes que se teriam que tomar frente às crianças pequenas, sendo que, os pais deveriam educar seus filhos na virtude; assim: "se se inculcam na alma os bons preceitos quando ainda é tenra, ninguém poderá apagá-los quando se tenham consolidado, como sucede com o selo na cera. A criança está ainda tremendo, se mostra temerosa e intimidada no olhar, na fala e tudo o mais. Faz o uso devido dos começos de sua vida. Tú serás o primeiro beneficiado se tiveres um bom filho, e depois Deus. Trabalharas para tí" (Ibid: 109, grifo meu).

Ressaltam os autores como na educação das crianças "é notável que o primeiro a beneficiar-se seja o pai, inclusive antes que Deus. Mas as crianças nascem com capacidade para se desenvolver, e a responsabilidade da boa criação do filho recai no pai. A criança não deve receber demasiados golpes nem açoites, para que não chegue a dar-lhes menos importância ou menosprezá-los. Mais efetivas são as ameaças e as promessas". Noutra citação

lê-se que "nossa humana natureza tem necessidade de indulgência" (Ibid: 110).<sup>10</sup> Supoe-se que o clero priorizou o fortalecimento dos vínculos com as personalidades terrenas, devido a que elas --os pais- eram os que iam a manter sua posição na terra, emcarregando-lhes seus filhos.

O pai, à semelhança do Deus todo poderoso e rei universal, estabeleceu-se como núcleo familiar, sendo colocado para governar a sua família; fechando-se o grupo familiar em torno da filiação sanguínea, socialmente reconhecida. Isto leva a pensar também que a Igreja, ao não poder lutar contra as autoridades constituídas, optou por juntar-se a elas suavizando seu discurso; por outro lado, ao não ser de seu interesse favorecer as crianças, pois estas eram só um meio para garantir a continuidade dos privilégios que lhe outorgava o poder, faz as devidas concessões junto aos adultos através das crianças. Então, propôs-se acalmar os ânimos e favorecer-se com a conquista do espaço relacionado à educação das crianças.

Aparecem diferentes disposições devidamente detalhadas, descrevendo o comportamento que deveriam seguir os pais com seus filhos, para que estes, por sua vez, à imagem e semelhança do pai bom, os seguissem e transmitissem às futuras gerações. Tudo isto, foi montado sob os pressupostos de absoluta verdade, e de forma inquestionável, o que, tangencialmente ou na aparência favoreceu a criança. Diminuiu proporcionalmente os maltratos às crianças com o apelo à indulgência. Contudo, na verdade só era o reconhecimento que, a maior agressividade gerava uma cadeia de respostas violentas. Embora a convivência com a agressividade fosse um fato natural na vida corrente das pessoas, começou a ser questionada, pois estava convirtendo-se num problema na convivência familiar e social.

Procuraram e conseguiram-se saídas para acalmar a batalha campal entre adultos e crianças -seja pai-filhos, professores-alunos; ou como o expressou Manacorda (1987), a "sádica severidade" que existia com as crianças, as quais, por sua vez, criaram respostas agressivas, nas que se havia semeado o ódio, e no caso da criança-aluno: aberração, aborrecimento e indisciplina diante do saber, sendo

---

<sup>10</sup> Notas que foram tomadas pelos autores de, M.L.W.LAISTNER (1951) "Christianity and Pagan Culture in the Later Roman Empire".

um fato rotineiro, a tal ponto, que as crianças representavam-se como "um asno condenado a fazer girar uma máquina, cujo lema era 'trabalha burrinho, como tenho trabalhado eu; te fará bem'" (Ibid: 141-144).

Conforme Badinter (1985) destaca, a luta entre pais e filhos era tal que, no sacramento da confissão eram expostas questões relacionadas ao ódio e ao desejo da morte dos pais por parte dos filhos e, em geral, entre pais e filhos, a ponto de instituir-se o quarto mandamento como lei divina do Decálogo: "Pai e mãe honrarás, para que vivas longamente" (Ibid: 37). O amor e a honra dos pais era pouco natural, tendo-se que impor por lei, sob a recompensa divina ou a punição exemplar, até com a morte. Nos ditamens bíblicos aparece a ênfase obrigando à submissão, por exemplo, na Epístola aos efésios, segundo São Paulo, "...Vós, filhos, sede obedientes a vossos pais no Senhor... obedeci a vossos senhores segundo a carne, com temor e tremor, na sinceridade de vosso coração, como a cristo" (Ibid: 35-36). Como este, muitos exemplos vao aparecendo na literatura cristã, carregada de ambivalências, que prioritariamente, desfavoreciam a criança.

O mundo cristão, na necessidade de orientar a criança nos seus preceitos, apoia-se nas idéias de Santo Agostinho,<sup>11</sup> quem em toda sua vasta obra, conseguiu, não só refletir sobre o homem e a moral de sua época, mais também, sobre sua própria vida. O santo, criticando sua própria formação e extrapolando suas conclusões ao sentir a necessidade de mudança, pronunciou-se frente ao sadismo na relação adulto-criança; não sem ter sido influenciado pelas múltiplas contradições da época, que permearam também seu pensamento.

Como descreve Manacorda (1987), Santo Agostinho lamentava-se da escola à qual foi encaminhado para aprender, na que recebeu castigos por ações que os adultos realizavam comumente, mas que nas crianças eram reprovadas. Ditos castigos, que ninguém desaprovava, nem mesmo os próprios pais, os quais ficavam sempre do lado da escola, pois "ninguém se compadece das crianças ou dos

---

<sup>11</sup> Destaca-se o pensamento de Santo Agostinho (n. 354) sobre a criança, como de transição e contradição, mas por não exemplificar as origens de uma época na forma de conceber a criança, não foi consultada sua obra, como fonte principal. Para o aprofundamento de seu pensamento no que se refere a esta ambivalência, consultar do autor, entre outros, *Confissões*. 11ª ed., Editorial A. I., Porto, 1984.



adultos ou dos dois" (Ibid: 144). Também recusou a aprendizagem carregada do uso da memória, da sacralidade, e dos excessos na forma mecânica de aprender os números e as letras. Destaca-se esta reflexão porque apresenta o início do reconhecimento do adulto sobre sua própria vida quando criança, sobre a atuação dos adultos com as crianças e em particular sobre a educação dada às crianças.

Richard e Lyman (1982) sublinham como para Santo Agostinho, "a família verdadeira não é a natural", em que pese a forte ligação que ele tinha com sua mãe, pois para ele o importante era fazer valer a lealdade da "família que ajuda à pessoa a nascer de novo", quer dizer, ajudar à pessoa a seguir vivendo. Instaura-se com isto, uma abertura na relação paterno-filial importante, na medida que era um valor que se carecia (Ibid: 110-111, grifos meus).

Para Santo Agostinho, conforme citação dos autores, "'não devemos ter relações que dependam do nascimento e da morte... Nosso verdadeiro ser não é o corpo'. (...) 'É impossível que haja podido criar-se sem motivo suficiente nenhum homem, da mesma forma que nenhuma folha de nenhuma árvore se cria inutilmente'". Sustenta-se, com isso, o repúdio contra os velhos costumes populares, que não se preocupavam com a morte e a barbárie que aplicavam às crianças, o que Santo Agostinho lamentava, afirmando a certeza "que todas as crianças incluindo a criança de peito têm seu lugar no plano divino". Ele propõe então, o batizado destas crianças, acreditando que ao entrarem na fé, fariam os adultos refletirem sobre sua própria fé e os levariam a ajudarem suas crianças a viverem de novo. O interesse no aumento da fé era grande, o qual, ajudou no momento de refletir sobre a criança (Ibid: 111). Porém, gerou-se um pensamento bastante ambivalente e maniqueísta, carregado desse mundo do bem e do mal em que a criança terminou mais desorientada e presa ao medo.

Ele entendeu também que, as crianças não nasciam inocentes, considerando-as egoístas e cobiçosas, porém, ainda sem oportunidades de pecar, elas eram educáveis. Assim, não deveriam ser deixadas imunes ao sofrimento, o qual tinham que aprender desde cedo, "pois Deus faz surgir o bem do mal aparente" (Ibid: 112). Outro ponto importante no pensamento do Santo foi o realce da figura da mãe, retirada do anonimato e elevada à figura central frente ao cuidado dos filhos;

protestando a autoridade paterna, invertendo o quadro pela figura materna como principal orientadora, colocada como centro e imagem do poder em todas as instituições. Assim, a mãe Igreja, imprimiu a fé; a mãe Pátria, o bom governo e a mãe de família o eixo frente a seus filhos. A Igreja então, aumenta suas normas, amparando aos que com maior rigor as seguiam, pelo contrário, regramenta castigos para quem fugia de suas exigências.

Como o ressalta Luzuriaga (1990: 76), para este Santo "tudo (era) posto ao serviço da salvação. O decisivo porém, é a formação da vontade. Por isso, diz: 'Não há esperar das crianças inteligência, nem tampouco aspirar a ela; o primeiro é, objetivamente a consciência, a disciplina; subjetivamente, a obediência'". As mudanças se fizeram presentes junto à reformulação das velhas idéias, tornando-as novas; tudo isso não foi mais que parte da resistência às mudanças, portanto deram-lhes cara nova segundo as conveniências, imprimindo uma marca de contradições, em que se misturavam e confundiam os poucos avanços com a atualização do existente. Assim também, Santo Agostinho comporta fortes imagens negativas frente à concepção de criança.

Segundo Badinter (1985), a criança amedronta, pois no decorrer dos séculos (e até nos dias atuais, em que se encontram significativas mudanças para as crianças), "a filosofia e a teologia manifestavam verdadeiro medo da infância. Velhas reminiscências, mas também novas teorias (o) corroboram". Assim, com o fortalecimento do cristianismo, Santo Agostinho, entre outros, descreve uma concepção patética da infância, em que "logo que nasce, a criança é símbolo da força do mal, um ser imperfeito esmagado pelo peso do pecado original", explicitando longamente o que entende por 'pecado da infância', descrevendo "o filho do homem, ignorante, apaixonado e caprichoso: 'se o deixássemos fazer o que lhe agrada, não há crime em que não se precipitaria'" e como o criticara Snyders,<sup>12</sup> para ele "a infância é o mais forte testemunho de uma condenação lançada contra a totalidade dos homens, pois ela evidência como a natureza humana corrompida se precipita para o mal" (Ibid: 54-55). Pensamentos que em muito revigoram os de Platão e Aristóteles.

---

<sup>12</sup> Citado em BADINTER, Elisabeth (1985: 55). Um amor conquistado. O mito do amor materno. 3ª ed., Nova Fronteira, RJ.

Continuando com as críticas resenhadas da autora, destaca-se como Santo Agostinho acusava a criança dos maiores pecados e a condenava segundo as normas dos adultos; "o pecado de uma criança em nada difere ao pecado de seu pai. Nenhuma diferença de natureza, apenas de grau, entre os dois.... Opondo a imperfeição infantil à perfeição a que todo adulto deve tender. A infância não somente não tem nenhum valor, nem especificidade, como é o indício de nossa corrupção, o que nos condena e do que devemos nos livrar. A redenção passa, portanto, pela luta contra a infância, ou seja, a anulação de um estado negativo e corrompido"; cujo trabalho de recuperação seria penoso, justificando-se assim, os castigos sobre ela. Santo Agostinho, diferiu de Jesus, não acreditando na inocência da infância (Ibid: 55-56, grifos meus). A nova moral sublinha o entendimento de que a criança traz a marca do mal, sendo que a correção de sua natureza só poderia ser feita a partir do cerceamento de sua maldade, liberando-a da origem maligna. Nota-se assim como Santo Agostinho divide a responsabilidade da imperfeição da criança com os adultos, porém de antemão a contempla como um ser perverso.

A ênfase sobre o amor que se deveria professar às crianças, resultou no primeiro apelo por uma nova atitude para com elas, embora se tenha levado muito tempo na sua difusão e ainda mais de forma extensiva. Inverteu-se a ordem ressaltando a importância da criança na projeção de sua vida como adulto de bem, educando-a, para corrigir suas deformações congênicas. Começa-se a pensar na criança para chegar ao adulto. Voltou-se a valorizar uma relação familiar mais aberta, onde não primara a filiação sanguínea, desta vez, com uma grande diferença: a mediação do afeto entre pais e filhos, que revive-se o filho todo o tempo. Com isto, começa-se a abrir um caminho para pensar e projetar mais explicitamente o que deveria ser uma criança. Todavia esta abordagem é feita diferenciando ou contrapondo-a pela via da caracterização negativa, escusando assim, a tolerância das leis que continuam a permitir o maltrato das crianças.

Richard e Lyman (1982) na sua síntese da passagem da vida de maior barbárie para uma vida religiosa dentro do cristianismo mais atuante -do ano 200 ao 800, afirmam como isso não fez desaparecer o obscurantismo na vida das crianças, mas possivelmente deu lugar a perspectivas menos sombrias. O mundo das novas idéias que se foi impondo dentro dos grandes pensadores da época,

influenciou muito lentamente, senão pouco, na vida cotidiana das pessoas e em particular na do povo. O saber continuava resguardado por uma língua particular, e estranha à maioria, dentro dos grandes conventos, ao serviço dos detentores do poder.

Até aqui falou-se da superação da relação adulto-criança como uma unidade indiferenciada. Como o corroborou Ariès (1981), a velha sociedade tradicional dava à criança uma duração de vida reduzida a seu período mais frágil, em total dependência do adulto, logo, ao ser misturada com os adultos, tinha que compartilhar de seus trabalhos e jogos, desconhecendo-se uma periodização da vida fixa como hoje se tem. Só a partir dessa relação inicial é que se pôde estabelecer a compreensão das concepções que implicitamente foram orientando a vida da criança.

Assim, partindo de estados primitivos, em que a prática doméstica diária determinava as relações, dentro do paradigma da desigualdade por natureza, foi possível chegar a estados idealizados de conceber a criança, para posteriormente encontrar a formulação da igualdade de todos, ainda que só alcançável após a vida terrena, na hora da união com o criador supremo, segundo os méritos estabelecidos na terra. Mostrar-se-á, a seguir, o processo em que a sociedade se projeta na busca de novas práticas, portanto, de novas formas de pensar sua essência, na transformação de sua existência.

## CAPÍTULO II

### IDENTIFICAÇÃO DE PRINCÍPIOS DIFERENCIADORES ORIENTANDO A VIDA DA CRIANÇA

Como o expressa DeMause (1982: 16), "tem-se que fazer um grande esforço mental para lembrar continuamente que as crianças têm estado sempre presentes em grande número na Antigüidade" (grifos meus). Acompanhar esta afirmação não é difícil. Até aqui falou-se da criança em sua projeção de homem privilegiado da classe poderosa, pois, as outras classes sociais foram deixadas no anonimato, sendo que a referência a elas só pode ser feita mediante a extrapolação por meio da dedução de aspectos que se encontram implícitos nos textos da época. Contudo, ressaltam-se as diferentes particularidades da forma de criação a que se tem submetido a criança, partindo das poucas testemunhas que, têm conseguido diversos historiadores.

De acordo com o esforço realizado por DeMause et alii (1982), encontra-se a periodização <sup>13</sup> de algumas formas de relacionamento ou, mais especificamente,

---

<sup>13</sup> Na pesquisa feita por DeMause et alii (1982), *Historia de la Infancia*. Alianza Universidad, Madrid, os autores buscam analisar historicamente a relação pai-filho, estabelecendo uma periodização em que consideram diferentes situações que se ressaltaram por ser as mais comuns num determinado período, tal qual foi o infanticídio, compreendido desde a Antigüidade até o século IV; o abandono, o rigor na lactância, no enfaixamento, na disciplina e no abuso sexual, do século IV ao século XIII; o período da ambivalência, do século XIV ao XVII; a instrução, a socialização e a colaboração das instituições a favor da criança, a partir do século XVIII.

Os autores advertem que tal periodização das formas que encontraram os adultos para lidar com as crianças, oscilaram dentro de um grande descomprometimento, de fortes esquemas repressivos, ou de um alto grau de ambivalência, ou por último, da origem da consciência que se despertou para

de comportamento do adulto em relação à sobrevivência da criança. Formas que foram mantidas na Antigüidade como fatos naturais, tanto a nível individual quanto social. Mas, de acordo com o grau de consciência ou maturidade a partir das necessidades que a sociedade teve, este suposto estado natural foi sendo questionado, até se conseguir desmistificar e legislar com maior rigor sobre o comportamento dos adultos e, posteriormente, frente à vida da criança, temas estes que ajudaram a entender a passagem do mundo místico-natural da antigüidade, para um mundo do pecado, do rigor religioso e da moralidade que passou a acompanhar a sociedade moderna.

Pretende-se então, com ajuda de diferentes exemplos extraídos dos autores consultados, rastrear os começos do desdobramento da barbárie para um mundo radicalmente moralista com relação à vida da criança. Isto é, a passagem de um mundo de respostas práticas na solução de problemas imediatos, que se repetiam naturalmente como verdades inalteráveis. Após, entra-se no discurso da correção de algumas leviandades da chamada maldade humana. Recaim sobre as crianças tais efeitos de correção, por serem consideradas más por natureza, resultando, então, em propostas de moralização para sua existência, tanto no decorrer da Idade Média quanto na modernidade, que é até onde avançará este estudo.

---

*entender a criança e favorecer seu processo de socialização. Tudo isso foi estabelecido para indicar um começo ou um predomínio dentro de uma característica marcante, localizada em cada uma das diferentes épocas. Alertam que se deve admitir que estas características têm seguido distintos caminhos, de acordo com a época que se estude, "dado que até hoje existem pessoas que matam, batem e utilizam sexualmente as crianças", entre outros problemas, seguindo formas e instintos primitivos de solucioná-los. Também contempla-se as diferenças tanto de classe quanto culturais, entre outras, ao estudar os fatos (Ibid: 88).*

*Considera-se, portanto, que esta periodização é importante para este estudo, pois ajudará a complementar a análise do surgimento das diferentes concepções de criança.*

## RECONHECIMENTO DE CARACTERÍSTICAS DE BARBÁRIE NA VIDA DA CRIANÇA

Diversos exemplos mostram como o estado de barbárie sobre a vida das crianças ajudou na solução dos problemas imediatos, que era o que importava. O reconhecimento e crítica de tal estado localiza-se por volta de meados da Idade Média, propondo-se mudanças por parte do clero e de intelectuais da época, os quais procuram sua erradicação, para que deixasse de ser um fato natural do dia-a-dia das pessoas. Isso será acompanhado de forma detalhada ao especificar os principais fatos motivadores das críticas.

### O Infanticídio

Entende-se por infanticídio o desejo e/ou necessidade de matar as crianças. Esta era uma prática normal permitida por lei e aprovada socialmente na Antigüidade. Na Idade Média, o infanticídio dos filhos legítimos reduziu-se, continuando, entretanto, a morte da maioria dos filhos assinalados como ilegítimos. De acordo com Ariès (1981: 10), "a criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato", daí que sua morte não importava, menos ainda era entristecedora, pois, logo outra criança a substituiria. Acredita-se que o sentimento entre os cônjuges não existia e muito menos entre os pais e os filhos que as vezes não chegavam a conhecer-se. O afeto filial não era importante ou necessário ao equilíbrio da família, pois a troca de afeto era compartilhada fora desta.

Resulta importante sublinhar a situação da morte das crianças de forma semi-inconsciente e tida como natural, pois, de fato, os pais e a sociedade como um todo, ao não querer conservá-las, por considerá-las como seres de pouca importância, encaravam sua morte como um fenômeno natural, longe do desejo, da necessidade ou da capacidade de ajudar na sua sobrevivência. As crianças estiveram rodeadas de uma atmosfera ambivalente de morte para algumas e a esperança da sobrevivência para outras. Acreditava-se nos exorcismos, purificações e amuletos mágicos necessários para afugentar as múltiplas fontes mortíferas que supostamente as cercavam. As crianças que eram poupadas, também podiam passar pela prática da sodomia, levadas a uma morte em vida. Segundo DeMause (1982), no caso das meninas, por serem muito pouco valorizadas, sua

morte era mais promovida. Como exemplo, tem-se o caso das instruções de Hilarião a sua esposa Alis (I a. C.) "se, como pode suceder, dás a luz um filho, se é varão conserva-o; se é mulher, abandona-a" (Ibid: 48). Conseqüência disto, foi notável o desequilíbrio entre os gêneros, com predomínio da população masculina, fato característico no ocidente até o início da Idade Média.

O infanticídio era tão comum que não havia nenhuma lei que o proibisse, não havendo nada de mal em praticá-lo. A opinião pública era conivente com ele, praticado inclusive pelos abastados. Tampouco os grandes filósofos se pronunciaram contrários a isto. Porém, em alguns casos isolados houve oposição, visto o elevado índice da mortalidade infantil. O próprio Políbio, ao pronunciar-se sobre a despopulação da Grécia, atribuiu-a ao comportamento dos homens que "têm caído em tal estado de presunção, avareza e indolência que não querem casar-se, ou se o fazem, não querem criar os filhos que vierem a nascer, ou no mais, pelo geral, só um o dois..." (Ibid: 49). Com dificuldade as famílias queriam ter no máximo dois filhos.

Várias culturas o praticaram até como um ritual, recebendo diferentes denominações: O filicídio, expressão utilizada por Rheingold em sua tese, em que trata sobre "o sacrifício à mãe dos pais" (Ibid: 51), praticado pelos celtas na Irlanda, os galegos, os escandinavos, os egípcios, os fenícios, entre outros. O emparedar as crianças (colocá-las nas paredes) ou enterrá-las nos cimentos, edifícios ou pontes para reforçar a estrutura era freqüente. A cantiga de roda "A ponte está quebrada...", representa o sacrifício à deusa do rio, no momento em que se pega a criança no final do jogo (Ibid: 51), sacrifício que se oferecia com a vida das crianças, afogando-os no rio, como oferenda a ela.

Até o século IV não se verificou nenhuma mudança no sentido da conservação dos filhos. Matar as crianças foi objeto de legislação só no ano 374, quando foi estabelecida sua proibição, sob pena capital. Porém, a Igreja só se preocupava com a pureza da alma dos pais, sem estender tal preocupação às crianças, ficando elas, portanto, qual objetos utilizáveis e/ou descartáveis. Ariès (1981) assinala que na Idade Média, até o fim do século XVII, o infanticídio foi tolerado, sendo secretamente praticado. E diante da severidade das novas leis para punir quem o praticasse, era encoberto sob a forma de um acidente. Não era



costume fazer algo para salvar ou conservar as crianças. J. L. Flandrin analisou como a prática médica e higiênica não foi o fator determinante na diminuição da mortalidade infantil, ele atribui tal redução ao fato das "pessoas pararem de deixar morrer ou de ajudar a morrer as crianças que não queriam conservar". Pensamento que foi confirmado por Pe Gy (Ibid: 17).

Nessa civilização do segredo, "o fato de ajudar a natureza a fazer desaparecer criaturas tampouco dotadas de um ser suficiente não era confessado, mas tampouco era considerado com vergonha. Fazia parte das coisas moralmente neutras, condenadas pela ética da Igreja e do Estado, porém praticadas em segredo, numa semiconsciência, no limite da vontade, do esquecimento e da falta de jeito" (Ibid: 17). São traços culturais que chamam a atenção, mas que para muitos contextos estiveram e estão dentro da naturalidade ou até da necessidade, como única saída a vários conflitos que levam a tais respostas. Só até a mudança de atitude, por tanto da forma de pensar e resolver os problemas em que se circunscreve a criança, se superou a predominância do fato.

Segundo McLaughlin (1982), na Inglaterra por exemplo, como já anteriormente havia ocorrido em outros países, a início do século XII, se legislou sobre a morte das crianças, castigando a pessoa que a ocasionasse (nutriz mercenária ou mestre), com a mesma pena que se outorgava a quem matava um adulto. Leis que, como sempre, afetavam com todo seu rigor muito mais aos pobres, os que não tinham forma de evadir os problemas da miséria. Não obstante, o infanticídio continuou sendo vantajoso para a grande maioria que o praticava.

Acredita-se que o infanticídio tenha sido esporadicamente castigado em épocas anteriores ao século XVI, mas não se encontra muita evidência do fato. A morte infantil, nas mãos das nutrizas mercenárias era justificada, na medida que sempre se encontrava uma boa explicação para escusar tal fato, como a de ser uma vingança por parte de um deus que cobrava sacrifícios para espiar a maldade humana. Somente a partir do século XVII, surgem, de forma mais enfática, críticas às mães por sua indiferença frente a morte de seus filhos enviados às nutrizas mercenárias. São levantadas estatísticas com números altíssimos de crianças mortas nas casas das nutrizas, por diversos motivos, porém as denúncias alarmantes das

mortes e deformações causadas às crianças não levavam à erradicação da prática do cuidado destas por um terceiro.

A partir do século XVIII, destaca DeMause (1982), resulta inquestionável, em todos os países da Europa, o elevado número de crianças, tanto mortas quanto abandonadas. Estas eram recolhidas nos asilos, em tal número, que estes logo ficavam sem espaço para acolhê-las; por isso, foi tal o acúmulo que em 1890 via-se, com freqüência, crianças mortas pelas ruas das cidades. Em fins do século XIX, Louis Adamic, citado em DeMause (1982: 54-55), faz referência a uma aldeia de nutrizes infanticidas, situada no leste da Europa, onde as mães emcaminhavam a suas crianças à morte, as quais eram submetidas ao frio após um banho quente ou a outros métodos que afetassem a sua saúde, e cuja conseqüência era a morte.

### O Abandono

Richard e Lyman (1982: 92) apesar de reconhecerem a dificuldade de lidar com dados, que não deixam de ser limitados, sobre tudo no que se refere ao comum da população, encontraram porém, mediante o contraste com dados de períodos de maior informação, algumas propostas de mudança para os fatos como o infanticídio e o abandono, no período compreendido entre a época clássica e o início da Idade Média. Para eles, nesse período "a infância não apresenta interesse por si mesma". Por isto, acreditam que em épocas de precária esperança de vida ou de pouca mão de obra, as crianças foram conservadas para usufruir dos benefícios delas obtidos. Entendem, também, que com a incorporação de tribos bárbaras ao mundo civilizado ocorreu uma diminuição dos abusos cometidos com as crianças. Várias explicações foram dadas, como a de supor que a disputa por maiores espaços de atuação dessas tribos, em um território longe do seu, tornavam-nas menos violentas, o que pode leva-los a estabelecer outros comportamentos.

Múltiplas hipóteses podem ser levantadas na busca de explicação das mudanças. Certamente a econômica parece ser a predominante, o que se somava a toda uma prática de vida dentro de um momento de apropriação cultural muito forte, levando, inclusive, aos abastados a ter tal atitude, onde a discussão sobre a própria vida não era corrente. Segundo DeMause (1982), no ano 442, após o

Concílio de Vaison, a proliferação das crianças abandonadas alertou a Igreja. No ano de 787, Dateo de Milán fundou o primeiro asilo para estas crianças. As crianças abandonadas que eram recolhidas nos hospícios ao sobreviver lhes era ensinado um ofício para serem empregadas depois, em favor de seus benfeitores, ou simplesmente eram obrigadas a servir como criados desde cedo na própria instituição sem importar a idade.

A forma de abandono mais extrema e antiga consistiu na venda direta dos filhos. Na Antigüidade, esta venda era legal, provavelmente em várias nações. Teodoro, no século XII decretou a limitação da venda dos filhos menores de sete anos. Em muitas regiões, a venda de crianças continuou até o início da Idade Moderna. Outra forma de abandono foi a utilização das crianças como reféns políticos ou como garantia de pagamento. Portanto, foi difícil diferenciar o costume de enviar os filhos ao serviço de outros nobres como pajens ou criados, dos que se utilizavam como reféns em garantia de um acordo. Motivação parecida sustentava o costume de enviar as crianças a outras famílias, que as retinham para educá-las até os dezessete anos, depois do que podiam voltar ao lar. Costume ao que parece generalizado em todas as camadas sociais.

No século XVI começa-se a aceitar nos filhos a posse de uma alma. Com isso, os pais, para não se sentirem condenados pelas próprias ações no caso da morte das crianças as abandonavam, indireta ou diretamente, entregando-as a uma nutriz mercenária, internando-as num mosteiro ou num convento, cedendo-as a outra família em adoção, enviando-as à casa de outro nobre como criados ou reféns, ou mantendo-as no lar igualmente abandonadas. Da mesma forma que na Antigüidade, as crianças continuam a serem consideradas portadoras de maldade; portanto, era necessário açoitá-las, até conseguir sua conversão quando não morriam antes.

Era notável o abandono que surgiu na França urbana do século XVII, generalizado no século seguinte, para o qual eram apontadas várias justificativas, tanto econômico-sociais quanto demográficas. Via de exemplo, destaca-se com Badinter (1985: 68), nos dados levantados pelo Tenente de Polícia Lenoar, para prestar informação à rainha da Hungria, em 1780, em Paris, "em cada grupo de 21 mil crianças que nascem anualmente (numa população de oitocentos a novecentos mil habitantes), menos de mil são amamentadas pelas mães, mil são amamentadas

por uma ama a domicílio" e as outras eram levadas à casa de uma ama mercenária, que pelo geral vivia muito distante, que até superavam-se as fronteiras territoriais do próprio país.

Colocou-se outra possível explicação no nível sentimental. A dificuldade de assumir a dor que produzia a perda de um membro da família, visto o alto número de crianças mortas, levou a optar por afastar a criança o mais rápido possível para não criar nenhum vínculo com ela. Argumento que não tem muita força para Badinter (1985), levando-a a pressupor que era mais uma atitude de preservação do instinto de vida dos pais acima do instinto maternal. Pelo exposto, vê-se como ainda não se tinha uma concepção de criança que a favorecesse e pelo contrário, era predominante o desprezo pelo aspecto humano desta, só importando ao adulto o prazer dos bens materiais que pudesse acumular.

O Estado e a Igreja reconhecem a carga de agressividade existente para com as crianças e culpam em alto grau a educação. Contudo, não era fácil a mudança dos costumes, por mais que eles estivessem de acordo na erradicação dos múltiplos problemas como o infanticídio e o abandono, promulgando e até reeditando leis para eliminá-los. Assim, colocou-se a identificação e a solução dos mesmos como se fosse só um problema político-cultural para ser erradicado a partir dos discursos, ignorando sua forte base social e marcada conotação econômica.

Segundo DeMause (1982), até o século XVIII, a maioria dos pais pudessem ou não pagar uma nutriz mercenária, confiavam seus filhos a estas no momento de nascer. Os pais preferiam o endividamento a ter que encarregar-se, por si mesmos, da alimentação e cuidados de sua criança. A mulher que amamentava seu próprio filho era considerada suja e indigna, sendo repudiada pela sociedade e, em particular, ameaçada por seu marido, que chegava ao extremo de negar-se a comer, até que não renunciasse a este "repugnante hábito" (Ibid: 52). Prioritariamente, as crianças de pais parcialmente abastados, passavam seus primeiros anos na casa de uma nutriz mercenária, voltando ao lar para permanecer sob os cuidados de outros serventes, saindo da casa paterna com a idade de sete anos, para servir como criados, aprender um ofício ou ir à escola. Sabe-se que os pais economicamente bem situados viam as crianças por um tempo mínimo. Assim

sendo, o abandono institucionalizado na forma de entrega dos filhos a outras pessoas, em particular às nutrizes mercenárias, foi muito freqüente até o século XIX.

### Enfaixamento, Crueldade e Superstição

Como assinala DeMause (1982), outro fator de crueldade para com as crianças era a forma de vesti-las desde bebês, colocando-lhes cueiros fortemente apertados, prendendo todos seus membros, impossibilitando-lhes de qualquer movimento. No caso da criança sobreviver a isso, livrada de seus cueiros (faixas de tecido com que se enrolava o corpo do bebê), era ainda submetida a diversas limitações em seus movimentos, como o ato de atá-la a uma cadeira, coluna, etc, de forma a impedi-la de engatinhar, e, também impondo-lhe o uso de andadores para obrigá-la a caminhar mais rapidamente. À criança maior, ajustava-se o corpo com espartilhos que eram impostos aos dois sexos, ou faixas de madeira, osso ou ferro, prendendo seu corpo, obrigando a ter a posição física que a época exigia. Tal vestimenta teve seu auge nos séculos XVII a XIX, mais que na Idade Média. Outra prática comum foi o uso de roupas leves para que a criança fosse fortalecendo e acostumando o corpo às diferentes temperaturas e, ao mesmo tempo, facilitava-se o castigo com maior severidade.

Era tal o desconhecimento da criança, que ela foi envolvida numa série de crenças, como alternativa de resposta, ante a ignorância de um melhor comportamento frente a ela. Identificava-se as crianças com seus excrementos, a ponto de serem os recém-nascidos chamados pelo nome: "ecrême". A palavra latina "merda" deu origem à palavra "merdeux" que em francês era criança pequena. O desprezo pelas crianças e a superstição em torno delas, foi em tal proporção, que inclusive se acreditava que suas fezes se misturavam com o leite da mãe, por isso, impunha-se a prática de purgar as crianças antes de dar-lhes de mamar, para proteger a quem as amamentasse. Também examinava-se a urina da criança para saber do seu estado espiritual.

Antes do século XVII, a preocupação com o controle do esfíncter não existia, pois a prática de enfaixar a criança encobria o problema, sendo apenas preciso, depois, cuidar dos ferimentos produzidos pelo tempo em que a criança

havia permanecido enfaixada, sem ser trocada nem asseada. O controle do esfíncter, por isso, só se tornou problema a partir do século XVIII, envolvendo-se de uma forte repressão emocional, após a proibição do excesso de enfaixamento e a reclamação por maior asseio para com as crianças. Apenas no século XIX coloca-se a preocupação pela educação higiênica da criança. Contrariamente, no final desse século, verificou-se a exigência do máximo de limpeza para com as crianças, impedindo-as de se sujarem e de permanecerem em lugares sujos. Assim, a criança sai de uma situação extrema para outra, mas sempre dentro do maior rigor, sob a pressão de uma autoridade fortemente opressora.

Os métodos de castigo eram altamente cruéis antes do século XVIII, ficando registrados na literatura sem nenhuma reprovação, por mais que acarretassem até a morte. Século por século, as crianças depois, quando adultas, repetiam tal comportamento para com seus filhos, sem conseguir mudar este tipo de relacionamento. O desprezo pela condição da criança desconheceu a benevolência e a busca de maior clareza sobre suas necessidades para orientá-la e encaminhá-la diferentemente. O importante era ensinar-lhes a temer a vara e a chorar logo, identificando o mundo sob o prisma do horror, em constante dor.

Por não encontrar-se vestígios de crianças enfaixadas que tivessem sido surradas, DeMause (1982) supôs que o domínio sobre elas era garantido a partir do modo pelo qual eram vestidas (enfaixadas). Assim, só se batia nas crianças quando eram liberadas das roupas, criando-se com isto um forte condicionamento à autoridade da vara. O próprio Rousseau foi partícipe desta estratégia; ele a suavizava, afirmando que não se deveria bater muito forte, porém a receitava para ser seguida com freqüência, inclusive desde os primeiros dias de vida.

Somente no Renascimento novas idéias vão surgir, aconselhando maior moderação com estes métodos, modernizando-se as formas de castigo. Algumas tentativas de moderação nos castigos corporais datam do século XVII, mas somente no século XVIII é que a redução se torna mais notória. As primeiras biografias de crianças educadas sem ser fisicamente submetidas, datam de 1690 a 1750. O castigo corporal como norma começa a desaparecer muito mais adiante, por volta do século XIX, permanecendo em alguns países que se resistiram a deixar esta tradição, como foi o caso de Alemanha. Rapidamente especializam-se ou aparecem os devidos

substitutos como o castigo moral ou psíquico, através do temor a fetiches, ao pecado, à reprovação social e outros.

Acompanhando a análise dos pesquisadores, nota-se uma mudança de atitude para com a criança. Na antigüidade não se ocultavam os fatos resultantes do comportamento dos adultos. Era comum maltratar as crianças até em público, o que era tido como corretivo e educativo, portanto considerado como normal e necessário. Ante as críticas nascentes perante a elevada agressividade para com as crianças, optou-se por mostrar um comportamento ideal para com estas que, por mais que não se conseguisse assumir na prática, tal comportamento era descrito dentro de uma grande e maravilhosa fantasia, bem distante da realidade.

#### Comportamento Sexual e Concepções de Infância

Ao abordar em particular o tema da sexualidade e o comportamento dos adultos frente à criança, os autores destacam a dificuldade de seguir este estudo, já que, ainda hoje, muitas informações permanecem retidas, sem que se possa ter acesso a elas, nas grandes bibliotecas e museus da Europa. No pouco que se sabe da Antigüidade, o abuso sexual às crianças aparece como parte do cotidiano, pois carecia de importância e, portanto, não era merecedor de repúdio. Tal fato, ao parecer, outrora, era mais freqüente que na atualidade ou, pelo menos, pode-se supor que as críticas iniciadas pelo cristianismo levou a redigir variadas disposições, as quais ao questionar tais abusos tornou-os passíveis de serem condenados, e diminuídos.

Segundo Platão (1973), aos homens que demonstraram seu valor na luta, podia permitir-se relações que lhes dessem satisfação, admitindo-se estabelecer relações com qualquer menino formoso que encontrassem. Por isto, Aristóteles entendia que a homossexualidade se tornava habitual naqueles que se tinha abusado desde a infância. Ele propõe a independência da tutela dos pais sobre os próprios filhos. Isto era uma das fortes diferenças entre ele e Platão. Aristóteles objetava contra o relacionamento que tinham os adultos para com suas próprias crianças, discutindo a posse sexual dos pais sobre seus próprios filhos, o que lhe parecia uma relação de extrema indecência.

Em múltiplas representações de quadros eróticos encontram-se cenas de jogos com as crianças. Tudo o que leva a pensar como na realidade foi bastante comum a utilização sexual das crianças. Entre os judeus havia uma lei que estabelecia a proibição do relacionamento com meninos a partir dos nove anos, mas ao que parece, não se preocupavam com as crianças menores. Encontra-se, entre alguns comentários, a observação de Plutarco sobre o uso da medalha de ouro no pescoço dos meninos para que os homens distinguissem com quem podiam ter relações sexuais. DeMause (1982), ao refletir sobre a probabilidade dos abusos sexuais com crianças em idades mais precoces -menores de onze ou doze anos, acredita que estas crianças eram utilizadas pelos pedagogos e mestres na Antigüidade, relatando algumas situações que dão a entender como os mestres de escola e os professores dos ginásios abusavam de seus alunos. Mas isto não ocorria apenas com os meninos, também são encontrados relatos de como as meninas eram violentadas, inclusive em presença de mulheres adultas, as quais consentiam com tal abuso.

A castração das crianças era outra das práticas comuns, por entendê-la favorecedora da relação sexual com os adultos, uma vez que acreditava-se que as crianças castradas davam maior prazer. Tal operação era realizada em qualquer idade da criança. Domiciano promulgou uma lei proibindo a castração das crianças destinadas aos bordéis. Há também outras proibições como a de Constantino a respeito. No entanto, tal prática se estendeu rapidamente, a tal ponto que os nobres castravam seus filhos para facilitar-lhes sua carreira política. Também se castravam as crianças para curá-las de algum mal. Outra crença motivadora da castração era a de que os testículos possuíam poderes mágicos, motivo pelo qual se procurava convencer os pais a permitirem tal atuação com seus filhos. Os escravos também eram castrados para convertê-los nos grandes eunucos que serviam de guarda das virgens ou esposas dos senhores, quando estes se ausentavam.

Segundo Ariès (1981), vários momentos mostram como se deu a evolução na vida da criança. Em Relação à vida sexual, foi natural a aceleração da criança para a vida adulta. Na medida que foi uma "prática familiar de associar as crianças às brincadeiras sexuais dos adultos, fazia parte do costume da época e não chocava o senso comum" (Ibid: 128). Das crianças podia-se dispor, de forma que seus



matrimônios eram arranjados de acordo com as conveniências e favores que isso trazia. Muitas vezes, nos primeiros anos de suas vidas, eram forçadas a formalizar o matrimônio, acelerando ainda mais seu processo de desenvolvimento para alcançar seu estado adulto.

Uma das explicações para tal comportamento atribui-se, segundo o autor, à crença de que a criança impúbere era alheia e indiferente à sexualidade. Portanto, qualquer comportamento alusivo ao tema não iria afetar seu espírito. Também existia a crença que a inocência da criança se manteria acima de qualquer possibilidade de mancha, isto no caso dos que acreditavam na existência da inocência da criança. Ademais, "porque ainda não existia o sentimento de que as referências aos assuntos sexuais, mesmo que despojadas na prática de segundas intenções equívocas, pudessem macular a inocência infantil" (Ibid: 132).

Pelo exposto, entende-se que as crianças eram consideradas como seres assexuados, já que as manifestações sexuais não as atingiriam. Só no desenvolvimento de seu estado adulto se teria em conta tal instinto. Portanto, não importaria a liberdade que fosse dada ao adulto para sua satisfação. Nota-se que há uma consonância entre a qualificação da criança e o tratamento que era atribuído. Assim, até quando a criança foi vista como um simples animal, sem alma, não importou sua sobrevivência. Igualmente, quando vista como um ser inocente, não se considerou seu potencial sexual, por isso, podia ser utilizada sem nenhuma culpa por parte do adulto.

Promulgaram-se algumas leis para tratar de reduzir o abuso sexual das crianças, sobretudo, dos escolares, pelo que se determinou a castração dos mestres ou dos professores que incorressem em tal delito. O pensamento de Quintiliano, que em muito esteve adiantado para sua época, projetou à criança com grande clareza, convertendo-se no maior defensor de sua causa. Se preocupou em alertar os pais para que resguardassem seus filhos de tantas penúrias, opondo-se à prática dos castigos corporais, sobretudo, por acreditar que era por meio destes que os mestres atemorizavam as crianças, e, assim, conseguiam utilizá-las como queriam.

Pode-se distinguir frente à moral alguns efeitos contraditórios, por um lado, as considerações do cristianismo, que especialmente se manifestou sobre as atitudes tidas de desejo sexual por parte das crianças, as quais eram reprimidas com severos castigos, por outro lado, permaneciam socialmente as práticas de homossexualismo, sobretudo entre meninos e a prostituição das meninas era fomentada a ponto de se poder contratar um serviço de aluguel de meninos ou meninas como meio de satisfação para os adultos. A utilização das crianças para tais fins variou segundo a região e a época. Assim, onde a lei não permitia o homossexualismo entre as crianças livres, os homens livres tinham escravos para sua satisfação, sendo uma conduta tão natural, que os próprios filhos não tinham motivo de estranheza ao encontrar seu pai na cama com um menino, que não podia evitar essa condição, uma vez que era propriedade do senhor, que o possuía e dele se utilizava indiscriminadamente. Os pais eram coniventes com estas práticas, ocorrendo casos de pais que, ao terem um filho de reputada beleza, não tinham problema em vendê-lo, por mais que fosse livre e que se encontrasse em uma posição abastada, sendo que a criança não se podia negar a tal atitude, pois seria punida de forma brutal por desobediência, já que pertencia por completo a seus pais.

O cristianismo introduz o novo conceito de inocência da criança. As palavras pregadas por Cristo: "ser como as crianças", foram interpretadas, na época, como uma referência à criança enquanto ser incontaminado, puro, sem conhecimento carnal. Na Idade Média acreditava-se que as crianças ignoravam toda noção de prazer e dor, o que é refutado por DeMause (1982: 82) para quem, esse novo conceito de inocência, servia de justificativa dos adultos para desculpar o abuso sobre as crianças, não reconhecendo a situação de agressividade imposta sobre elas.

Com o império da era cristã, uma nova concepção foi se estabelecendo aos poucos. Reconhecido o estado de pureza, a criança passou a ser bem-aventurada, digna dos céus e de mais atenção na terra. Por volta de 1405, proibiu-se a nudez dos adultos diante das crianças, pelo temor de que tal situação provocasse pensamentos indevidos nelas. Uma dupla moral foi introduzida na vida da criança, o antigo contrastando com o novo. Regras de moral eram estabelecidas em confronto com a crença de tudo ter uma base natural. Aos poucos foram

introduzidos sentimentos preconceituosos de vergonha frente ao corpo, e de pecados de pensamento e incitação à luxúria. Nota-se um início de preocupação sobre o que poderia ser mal ou benéfico para a criança, gerando inquietude sobre a sua sexualidade. Tudo isto esteve ligado a interesses de poder que garantiam ao clero um maior espaço de intervenção social.

O Renascimento marcou um grande momento de mudanças, com o posicionamento contrário às atitudes de manipulação das crianças com fins sexuais. Prática que não só foi individual ou de algumas pessoas -como foi a atitude tomada pela ama de cria de Luiz XIII, ao ensiná-lo a não permitir que outros brincassem com seu sexo, levando-o a impedir como um dever, que abusassem dele. Também ressalta-se a mudança na literatura, no que transmitia a arte e os discursos dos moralistas da época.

Desde o século XV, a preocupação com a liberdade do comportamento dos adultos diante das crianças, em especial, no tocante à sexualidade, gerou protestos. Gerson, estabeleceu um manual de comportamento ético-moral com observações e recomendações para adultos e crianças. Seu objetivo principal, ao estudar a sexualidade da criança, foi ajudar os confessores na repressão desta, destacando que "a criança não era originariamente consciente de sua culpa(...)". Isso seria a consequência da corrupção original: 'ex corruptione naturae'" (Ibid: 133). Este estudo que se dirigiu para orientar o comportamento de todas as classes sociais, pois este era tido como generalizado, sem nenhuma diferença. A maior moralização não deixou de ser recomendado, porém, isto só foi levada em conta nos séculos posteriores.

A preocupação de reprimir a sexualidade, até este momento inexistente, gerou um novo pensamento. Ainda estava longe, porém, a visão generalizada da criança inocente que deveria ser protegida, mas enfatizava-se a necessidade de preservá-la dos perigos, resumindo uma série de premissas do que se deveria fazer para evitar que se corrompesse. Era censurado, entre outros comportamentos, a coabitação das crianças entre si e com os adultos, nas camas ou nos lugares escondidos, proibido, também, as brincadeiras que envolvessem jogos tidos como sexuais, ainda que aparentemente inocentes, pois tinha que se

preservar a todo custo a prudência e o pudor. Tudo isso não passou de um ideal que, só mais tarde, converteu-se na doutrina que regeria a moral exigida.

No século XVI, os educadores movimentaram-se dentro dos limites mais próximos às formulações de Gerson, porém, ainda prevalecia a liberdade de linguagem dos adultos, com todo o colorido grotesco de palavra e obra, tido como natural das épocas anteriores. No final desse século, uma mudança radical se efetuou. Certos educadores impuseram suas concepções e seus escrúpulos, não tolerando comportamentos que figurassem como duvidosos. Proibiu-se, assim, leituras de textos que afetassem a nova moral, ou do contrário, censurava-se nesses livros os trechos indevidos, mutilando toda obra imprópria. Vai se definindo, aos poucos, um novo comportamento e o surgimento de um outro sentimento para com as crianças.

Destaca-se a atitude das comunidades religiosas, as que estabeleceram uma vigilância constante, de dia e de noite sobre as crianças, colocando-as num insuportável confinamento, descrito pelos inúmeros testemunhos de crianças que estiveram sempre sob a presença de um instrutor, que vigiava até seus possíveis maus pensamentos, o menor relacionamento com os colegas ou os adultos e quaisquer infrações, estando sempre amedrontadas com castigos tanto morais quanto corporais. O comportamento da criança passa do anonimato, quanto ao interesse social, sendo útil ou ignorado, a depender das necessidades dos senhores, a ser um possível constante infrator da boa moral em surgimento, recaindo sobre ela todas as conseqüências das mudanças.

A campanha contra o abuso sexual das crianças foi crescendo e estendendo-se pelos diferentes países durante o século XVII, tomando um rumo totalmente novo no século XVIII quando pais, médicos e autoridades religiosas começaram a pregar e castigar severamente as crianças com qualquer prenúncio de iniciação sexual. Impõe-se maior rigidez na normatização da sexualidade infantil. Atribui-se à criança a responsabilidade de qualquer suposta perversão sexual. Também foi imposto aos adultos punições mais rigorosas pelos abusos cometidos contra estas.

A utilização das crianças não desapareceu após o século XVIII, ficando generalizada entre criados, outros adultos e adolescentes. Entre pais e filhos deixou de ser tão comum. Mas, segundo DeMause (1982), os pais não tomaram medidas mais severas contra os criados, mesmo no caso de comportamentos abusivos e da constatação da situação indevida com seus filhos. Estes seguiam dormindo no mesmo quarto com os criados, os quais continuavam aproveitando-se da situação, visto a ampla liberdade que tinham.

Numerosos moralistas fizeram campanhas para por fim à promiscuidade, afirmando que os criados, e sobretudo se eram jovens, seduziam as crianças sob seus cuidados. Nas histórias de bruxaria encontram-se referências a um número crescente de crianças dadas como possuídas, pelo simples fato de terem convulsões ou acordarem relatando os sonhos dos quais despertavam aterrorizadas, sentindo-se perseguidas constantemente, narrando a possessão sexual que um demônio lhes impunha. Fatos que ocasionaram, muitas das vezes, o mutismo, a perda da memória e até a morte nessas crianças. Outro tema levantado foi a multiplicidade de retardo físico ocasionado nas crianças por falta de cuidados especiais, pela severidade com que eram tratadas e pelas roupas que lhes eram impostas.

Tudo mostra como a vida da criança foi envolvida num meio de manipulação, sendo pensada a partir das vantagens que os adultos poderiam extrair dela. Isto levou a que os efeitos das mudanças, diante as normas que se estabeleciam, fossem muito lentas na prática, por enfrentarem uma vivência fortemente enraizada. A atitude de total desinibição e ausência de reserva diante das crianças, o hábito de brincar com seu sexo, foi tradicionalmente arraigado, só sendo modificado a partir das grandes reformas morais, tanto cristãs e protestantes quanto leigas, que disciplinaram a sociedade burguesa do século XVIII, e principalmente das disposições imprimidas na França e na Inglaterra no século XIX.

Nesse século, chegou-se ao extremo de colocar problemas, mitos e enfermidades catastróficas para amedrontar a criança frente a sua sexualidade. Considera-se por exemplo, o estado de desenvolvimento da criança (a menstruação na menina), como uma condenação desde o pecado original causada pelos primeiros

pais, a qual teria que ser carregada pela criança por toda sua vida. O menino, por sua vez, era submetido à circuncisão, praticada de forma primitiva, prevendo possíveis tentações com a proximidade ao pecado, envolvendo assim a criança em um mito de perversão constante. Contudo, registra-se que, só tais disposições de repressão e amedrontamento foram as que conseguiram irradiar-se, por maior lentidão do processo no favorecimento à criança, visto que, o comportamento dos adultos não foi submetido a maior censura ou correção. Este período pode ser caracterizado como de transição na história da definição frente à vida da criança, como se destacará mais na frente.

Em decorrência da crítica ao infanticídio, ao abandono e à sexualidade da criança, pode-se supor que estes foram os primeiros temas que alertaram para prestar maior atenção à particularidade da vida da criança, sendo por isto, ressaltados e colocados com maior destaque e dentro da evolução histórica que os autores descreveram.

#### A BUSCA DE NOVOS CAMINHOS NA TRANSFORMAÇÃO DO HOMEM MEDIEVAL

Os itens anteriormente assinalados, mereceram particular destaque devido à importância do reconhecimento destas características como marcas perversas para a vida da criança, o que levou a saída da esfera do tido como natural, para a observação dos efeitos sociais sobre esta. Também iniciou-se o surgimento da diferenciação que se foi estabelecendo na separação dos estados ora de criança, ora de adulto. Assim sendo, será deste processo diferenciador que se tratará a seguir.

Ao voltar no tempo para traçar os começos do mundo feudal, observa Luzuriaga (1990) que "com a irrupção dos povos bárbaros, germânicos no império romano, no século V, submerge-se a cultura clássica". Com isso, o mundo ocidental, prioritariamente entre os anos 600 a 850, ficou na chamada "idade escura". No início da Idade Média, a educação continuou nas escolas e os mosteiros da educação cristã primitiva, os quais, ao se desenvolverem, formalizaram a institucionalização da educação, primando nesta o social e moral sobre o natural

e terreno, progredindo assim rapidamente a educação dos mosteiros e conventos das diversas ordens religiosas, onde o essencial era a vida ético-moral, ficando reduzido o aspecto intelectual e educacional. Esta educação priorizou a formação dos monges, que ingressavam desde crianças, "aos seis ou sete anos, como 'pueri oblati', e ía até os catorze ou quinze anos. Iniciavam-os na leitura e escrita, nos trabalhos agrícolas e artísticos, na cópia de manuscritos e no conhecimento das Sagradas Escrituras". Como disse Dilthey, desta educação "'deve-se abandonar a idéia de que o Estado eclesiástico haja posto os povos na posse de conhecimentos superiores'" (Ibid: 79-81).

Manacorda (1987), referindo-se ao processo de transmissão cultural, diz que "provavelmente a evolução histórica foi do escravo pedagogo e mestre na própria 'família' ao escravo mestre das crianças de várias 'familiae' e, enfim, ao escravo 'libertus' que ensina na sua própria escola". Assim como na Grécia, em Roma os escravos-pedagogos não conheciam o idioma de seu amo, pelo que ensinaram tanto sua língua quanto sua cultura. Com tal processo de 'aculturação', a educação na sociedade romana apresentou perdas e ganhos; ensinar converteu-se num ofício exercido primeiramente pelos servos dentro da família, e depois pelos libertos na escola (Ibid: 122-123).

Como diz Brandão (1988: 50) sobre os romanos, os pais tinham a responsabilidade de acompanhar a educação de seus filhos, fossem eles de qualquer classe social, ricos ou pobres. Nessa sociedade, ressaltou-se a educação para e pelo trabalho, omitindo-se a educação do cidadão só para o ócio. Impôs-se, pelo contrário, uma aprendizagem desde o lar dirigida pelos mais velhos, na base da preservação dos valores morais dentro da capacitação na prática de um ofício. Porém, segundo Ponce (1973), na medida do acúmulo em maior número de escravos, o antagonismo entre trabalho e ócio assemelhou-se ao da Grécia. Em Roma, como em outros povos, a educação pública para a primeira infância demorou a chegar.

A maior diferenciação social estabeleceu-se, sem dúvida, com tipos e níveis separados de educação, e com um modelo para cada classe da nova sociedade, senhores e servos, escravos e libertos. Ao gerar-se a venda do saber e, com ela, o comércio do ensino como uma mercadoria a mais, criaram-se as primeiras escolas. Encontra-se o que se pode chamar de escola-lar, na qual o senhor ou o escravo

mais velho adestrava os escravos mais moços nas novas tarefas. Também havia as oficinas de trabalho, freqüentadas pelos filhos dos escravos, servos e trabalhadores artesãos. Os proprietários arruinados tiveram, por sua vez, que aprender dos escravos o valor do trabalho que outrora desprezaram. Os comerciantes bem sucedidos, ao começar a ter ascensão social e a serem reconhecidos na política, procuraram com a educação própria e a de seus filhos conseguir os cargos até agora vedados para eles. Nesse momento, surge a educação escolar particular e paga pela necessidade das famílias menos ricas que não podiam ter um instrutor privado para seus filhos. Para isso, reuniram-se e a custearam de forma conjunta, pagando a um escravo liberto, ou a um velho soldado, ou a um proprietário arruinado, para que fizesse as vezes de instrutor. Pode-se dizer que tal situação gerou o nascimento do profissional e da instrução mais explícita para as camadas médias.

A escola livresca destinou-se aos futuros senhores, os quais tinham que se preparar desde o berço na oratória. A importância da oratória para a educação do aristocrata aumentou quando a aristocracia financeira passou a predominar sobre a aristocracia agrária-guerreira. Os guerreiros também foram substituídos pela criação de um exército permanente. Enquanto a retórica era ensinada em grego, uma língua de pouco alcance, não houveram problemas, mas no momento em que começou a popularizar-se o latim, os governantes quiseram fechar as escolas, o que não ocorreu devido à força dos homens de negócios, os quais as tinham criado para seu benefício. Aparecem assim várias escolas públicas a pedido dos comerciantes, pois resultava-lhes muito caro pagar as escolas privadas.

A divisão da escola latina foi orientada, primeiramente, para a formação nas primeiras letras, o que se fez desde a idade de sete anos, nas escolas-loja, que a cidade condicionou para formar um grupo maior de alunos sob a direção do chamado "ludimagister". Aos doze anos, eles podiam freqüentar a escola do "grammáticus", e com os dezesseis a do leitor ou ensino reitoral. Os reitores ministravam a seus alunos tudo o que os fortificasse na retórica para que, depois, pudessem sustentar-se na burocracia do governo. Em Roma, o Estado deu ao mestre liberdade para instruir, mas não de doutrinar, existindo um censor na escola encarregado do exame da vida e dos costumes tanto dos alunos quanto dos mestres. Com o tempo, divide-se o ensino em primário e superior. O primeiro



continuaría sendo pago, isto é, privado, "livre", porém, submetido a toda classe de competição, e ao qual podia recorrer qualquer um que pudesse pagar, de qualquer idade, estendendo-se a indefinição na mistura dos alunos, adultos e crianças; o superior, subsidiado pelo Estado, era, portanto, público. Isto assinala como foi institucionalizando-se a forma de pensar a criança, através da forma de educá-la, imprimindo-se maiores esforços na delimitação e criação de um modelo de ensino mais ou menos generalizado, de acordo com as condições de classe do aluno, afastando-o, cada vez mais, da educação doméstica.

A escola italiana tal qual a grega, se expandiu sobre todos os territórios conquistados por Roma na Europa, Ásia e norte da África. Na companhia do conquistador militar e religioso, estava o educador, ocupando um papel de grande importância perante os dominados, já que, a educação convertia-se na arma mais efetiva para "domar" e conseguir a submissão dos conquistados, facilitando a expansão do novo colonizador. Os grandes impérios eixo, na medida em que se foram fortalecendo tanto no plano econômico, científico quanto militar, impuseram aos outros sua cultura, sua ideologia, isto é, sua forma de pensar e de atuar – por extensão, sua forma de dirigir e de educar a criança –, procurando garantir sua projeção como dominadores.

Contudo, isto não aconteceu sem conflitos. Primeiro, deve-se considerar a efetiva resistência do povo a ser governado, e em segundo lugar, os problemas de 'aculturação' que foram aparecendo pelo caminho. Por exemplo, o problema da língua, que resultou em relacionamentos difíceis e confusos na medida em que, em muitos casos, o povo conquistado e escravizado também foi conquistador e impôs sua cultura como foi a relação entre Grécia e Roma. Os romanos desprezaram o aprendizado das novas profissões, deixando-as de lado nas mãos dos escravos, os conquistados. Em decorrência, estabeleceu-se um processo complexo de 'aculturação' na convivência e imposição –do dominador; submissão –do dominado; apropriação do novo pelo dominador-dominado e transformação do dominado-dominador.

Em Ponce (1983: 102-131) destaca-se como os escravos foram-se transformando cada vez mais em um custo, tirando assim o benefício que outrora traziam. A sociedade então, começou a desinteressar-se pela acumulação deles. As

grandes extensões de terra foram subdivididas em parcelas confiadas a colonos livres, que pagavam ao dono uma percentagem fixa de sua produção anual. Dessa forma, o escravo, objeto do amor e a quem tinha que garantir sua subsistência, é substituído pelo servo e o vilão. O primeiro, descendente do escravo, ficou como ele, totalmente a serviço do senhor e sem poder abandoná-lo. O segundo, descendente do colono, que não se endividou, foi mais livre e teve maior autoridade sobre seu trabalho. O senhor, por sua parte, dono da terra e dos instrumentos de trabalho, tirou proveito deste novo tipo de relação, já sem ter que manter o escravo, pois o servo tinha que manter-se por sua conta.

A medida que se vai caracterizando esta nova sociedade, três tipos de personagens ressaltam-se: os "bellatores" ou guerreiros de carreira; os "oratores" ou religiosos não muito poderosos e os "laboratores" ou variados tipos de trabalhadores com grande mobilidade social. Em algumas regiões, se fez cada vez mais forte a Igreja, enquanto em outras não se diferenciava do Estado. O clero cristão, já desde esta época, proclamou a igualdade de uns e outros ante Deus, deixando de lado os problemas terrenos, como os padecimentos dos escravos ou novos servos, que seriam compensados na eternidade.

Com a mobilidade da moeda, o clero conseguiu ser o acumulador da civilização monetária, o que lhe favoreceu no estabelecimento de múltiplos negócios, que eram realizados em nome de Deus. Deus então converteu-se no grande embargador dos bens tanto do Estado quanto dos devedores particulares, sendo também, o herdeiro absoluto das riquezas de seus confrades, convertendo-se rapidamente no controlador da economia feudal, organizando pela primeira vez um sistema econômico estável.

O desaparecimento das escolas pagãs no século sétimo acelerou a conversão dos mosteiros nas primeiras escolas primárias medievais, que se dividiram em "escolas para oblatos", encarregadas de instruir os futuros religiosos, e, as destinadas à instrução do baixo povo, as quais, igualmente, foram apropriadas pelo clero, que somente doutrinou o camponês. Portanto, aquele que tinha interesse em estudar, desde que não fosse servo, podia ingressar nos mosteiros, isolando-se do mundo restante.

Na medida em que se instalou o celibato, elevou-se uma barreira entre a cultura do clero e a ignorância das massas. Com o tempo, foram criadas, paralelamente, as escolas chamadas externas -nome dado a estas por não serem monacais, as que se constituíram em verdadeiros centros de rigor disciplinar, onde eram retidos os alunos por muitos anos como internos. Dessa forma, o clero possuiu a hegemonia tanto econômico-social quanto educacional, sustentada na base da disciplina, da organização e do trabalho em comum dentro da comunidade religiosa, a qual procurou estar o mais longe possível da violência que imperava nessa época do mundo feudal e do individualismo dos imperadores.

O sistema de ensino, regido pelo clero para os nobres, era tão rigoroso que a criança era obrigada a aprender a ler em latim sem compreender uma palavra. Enfatizava-se também, o ensino da gramática, da retórica, da dialética e da redação. No término dessa preparação, os alunos conseguiam ocupar-se nos altos cargos de conselheiros, juristas, secretários e dialéticos no palácio, cargos que eram muito bem pagos pelos imperadores e reconhecidos socialmente dentro da corte. Os pais, não estando interessados na continuação de tal formação para seus filhos, os retiravam depois para o mundo cavaleiresco, por estarem mais preocupados com a formação dos "bellatores" -guerreiros profissionais. Assim, os nobres, tinham a guerra como seu negócio e consideravam a escrita como coisa de mulheres, embora alguns soubessem ler.

Segundo Luzuriaga (1990), encontra-se na educação secular, a educação cavaleiresca, formadora do cavaleiro, livre de qualquer trabalho econômico, sendo preparado para servir ao príncipe do Estado, na maior fidelidade e obediência, dentro do maior valor e coragem para enfrentar em armas o inimigo nas guerras e proteger seu povo. Não interessando seu desenvolvimento intelectual, mas o cumprimento cortês da palavra de honra, da glória guerreira, da disciplina militar por cima da vantagem pessoal. Tal educação, foi dirigida mediante sucessivas iniciações: primeiro, sob os cuidados da mãe; logo dos cinco a seis anos era encaminhado ao serviço da corte ou de um amigo do senhor-pai, como pajem, principalmente das damas do palácio; aos quatorze ou quinze anos, acompanhava o cavaleiro à guerra, aos torneios e à caça como escudeiro; aos vinte e um, após o tempo de preparação, era armado pela igreja o cavaleiro, como um "bravo e leal" guerreiro.

Com isto, sob a bênção divina, o cavaleiro cuidava da guerra, trazendo as riquezas e ampliando os territórios, enquanto o clero encarregava-se de formar os futuros administradores dos bens terrenos. Também, era parte importante da educação do nobre guerreiro os adornos, tal como saber jogar xadrez; a formação espiritual que consistia aprender a recitar grandes versos e orações, saber música e canto, leitura e escritura e o desenvolvimento de destrezas físicas, corporais como as de esgrima, natação, equitação, o manejo do arco e a caça, cuja preparação culminava nos torneios onde se demonstrava em público sua habilidade e valor. Tinha-se também, como parte desta formação a exaltação da mulher, a qual continuou sendo orientada na administração doméstica e, ademais, no cultivo do canto, da poesia e da música. Não obstante, a menina da nobreza começa a ser pensada como um adorno para ser grata aos olhos de seus homens, tendo que cultivá-la nas artes que a adornassem.

Aparecem novas profissões exercidas pelos nobres, para o que permitiu-se que seu exercício fosse pago. Pode-se localizar nesse momento a origem de uma forma diferente de ver o trabalho, reconhecendo-o com um valor diferenciado, e já não com um valor de uso, mas com um pagamento por serviços prestados. A criança então, podia ser instruída numa profissão, com a qual conseguiria seu sustento, longe do mundo da guerra, do labor na terra, da dependência da herança paterna, como o descreve Ponce (1983).

Segundo Ariès (1981),<sup>14</sup> a partir da Idade Média, estabeleceu-se uma grande mudança efetuada pela educação. A aprendizagem esteve centrado no saber fazer, saber viver, todavia sem a distinção de uma periodização etária para a identificação da criança. O aprendizado para essa época foi na base de forçar as crianças a viverem perto dos adultos o maior tempo possível para que os imitassem, como se descreve na organização dos divertimentos, o que levava as crianças a aprenderem a ser adultos mais rapidamente, ao mesmo tempo que trabalhavam e se divertiam. Segundo Flandrim, a criança era tida "como um homem

---

<sup>14</sup> ARIÈS, Ph. (1981) *História social da criança e da família*. 2ª ed. Zahar, RJ. Nesta obra encontra-se pela primeira vez a reflexão sobre a não existência das idades da vida. O autor em seu estudo sobre a criança e a família a partir da Idade Média mostra o grau de indefinição existente entre os estados de infância e de adulto que se estende até o século XIX. Pesquisa que em muito auxiliou este estudo.

em escala reduzida", determinado pelo sentimento enquanto sua natureza (como homem), mas não por sua existência (como criança). A criança, complementa Ariès (1981), "era portanto diferente do homem, más apenas no tamanho e na força, enquanto as outras características permaneciam iguais", como se mostra nas representações artísticas, em que as crianças foram desenhadas com características de adultos, até com músculos desenvolvidos (Ibid: 14).

Frente à educação mais intelectual segundo Luzuriaga (1990) descreve, existiu um oásis com a educação palatina que, por volta dos séculos VIII e IX, a mando dos monarcas: Carlos Magno -após o comando da unificação de quase toda Europa e Alfredo o Grande -na Inglaterra, preocupados com a deficiência cultural da educação religiosa, trataram de elevá-la. Instauraram-se escolas nos palácios, onde se ensinaram todas as ciências e as artes e, para os mais adiantados, o estudo dos clássicos, o latim e o grego. Também promoveram a educação do povo. O próprio Carlos Magno deu início à educação secular estatal, pela necessidade de funcionários instruídos, ordenando por decreto a abertura de escolas em todas as paróquias, para que as crianças pudessem aprender as letras, sendo que os senhores teriam que manter os filhos nestas até serem totalmente instruídos, contratando professores e inspetores para garantir sua efetivação. Empresa que lamentavelmente não conseguiu prosperar.

#### CRENÇAS, IDEAIS E CONVENIÊNCIAS DETERMINANDO A REALIDADE DA CRIANÇA

Ponce (1983) assinala como até o século X, as cidades eram muito miseráveis, os habitantes em sua maioria eram artesãos e domésticos a serviço dos senhores. A partir do século XI, o aprimoramento na técnica favoreceu o desenvolvimento do comércio, em consequência das cidades. Os senhores eram donos das cidades ou burgos, os quais eram abastecidos pelos camponeses junto com os artesãos, os quais surtiavam os palácios com os produtos das propriedades de seus senhores no campo e o processamento das matérias primas sob suas ordens.

Ao entrar o dinheiro em circulação, o senhor considera vantajoso permitir a seus artesãos trabalharem para terceiros, mediante retribuições econômicas, autorizando além disso, que em sua fortaleza entrassem e saíssem mercadores. Com isso, a cidade se tornou um centro de grande intercâmbio comercial, dando-se o salto da abertura dos castelos para o comércio de mercadorias, cujos habitantes terminaram por preferir a vida pacífica da urbe, à rural da nobreza guerreira. Os servos e os colonos, aproveitando o comércio entre as cidades, encontraram uma forma de tornarem independentes do poderio do senhor, pagando em dinheiro pelas suas dívidas, diminuindo cada vez mais a força destes. Deu-se assim, tanto no campo como na cidade, sublevações, que obrigaram os senhores a reconhecerem as limitações de seus poderes, dando lugar a uma nova realidade.

Em relação à vida das crianças os padres da Igreja fomentaram a compaixão por elas, afirmando que nelas existia alma e que eram importantes para Deus, além disso, apelaram para estabelecer nos pais, o sentimento de utilidade que as crianças poderiam trazer para eles. Confere-se com Richard e Lyman (1982), diante a proposição de amar as crianças, que já desde essa época, entendia-se que para a afloração deste sentimento precisava-se da intervenção do aprendizado que desse uma conotação diferente de criança; liberando-a de ser relacionada com as criaturas inferiores, como os animais, e, elevando-a ao estado de ser humano, feito através de seu reconhecimento de ter alma. Porém, isto não passava de ser uma declaração de intenção, num contexto onde todos queriam extrair proveito da mínima situação.

A Igreja, como parte de sua campanha moralizadora, tratou de regulamentar sobre o aborto, com compreensão e tolerância, pois entendia que este era um problema fortemente assumido como única alternativa frente à desigualdade, à discriminação social e ao controle da natalidade. Portanto, tratou de ensinar às mulheres o novo comportamento para com as crianças, salientando que estas "são menos capazes que os adultos pelo que é preciso 'fortalecê-las' para ensiná-las a comportarem-se de acordo com a moral", recomendando uma admoestação diferente para crianças e adultos. Nota-se dentro desta proposta um começo na diferenciação do comportamento entre criança e adulto, mas ainda não se denota uma diferença no tocante às idades de vida (Ibid: 117). Também fundaram-se

alguns asilos, onde se recolhiam as crianças abandonadas. Contudo, a situação destas melhorava muito lentamente.

Outro ponto a ressaltar das contradições levantadas por Richard e Lyman (1982) durante toda a metade da Idade Média, foram os relatos de pais, presumivelmente fantasiosos, descrevendo seu amor e orgulho pelos filhos, dos quais esperavam que se convertessem ora em verdadeiros heróis ora em futuros santos, e de filhos, condenando os pais por não tê-los favorecido, livrando-os das torturas recebidas nos lugares onde foram encaminhados para serem educados. Encontra-se que, a fantasia dos pais foi maior que o apoio destes para que na realidade os filhos pudessem conseguir o êxito desejado. A criança, todavia, continua a ser pensada como um ser débil, que facilmente pode conduzir-se pelo mal (cair em tentação) e, portanto, corromper-se com maior rapidez, do que se estivesse protegida sob vigilância constante. Propõe-se então, a prevenção antes que a correção, deixando de lado o modelo da correção como educação única.

McLaughlin (1982), apontando o novo tipo de sociedade em germinação, comenta como as mudanças não ocorriam regularmente, tendo estas se acentuado nos séculos seguintes ao século XI. Os novos movimentos religiosos imprimiram uma vida cristã para todos os segmentos da sociedade, introduzindo-as nas crianças com o batizado. A mortalidade infantil continuava com uma estatística aproximada de duas por cada três crianças e uma esperança de vida até os 30 anos, ficando as crianças que sobreviviam rapidamente órfãs, de um ou dos dois pais, sendo muito pequenas ainda. Quadro que só se reverteu nos séculos posteriores, com o aumento dos conhecimentos médicos sobre as enfermidades infantis e com o fim das pestes que assolavam os territórios, o que, provavelmente, contribuiu para o novo sentimento maternal em relação à criança.

O autor alerta para levar em conta que os testemunhos de como foi tratada a criança são dos adultos, e, por isso, deve-se considerar os marcos de referência em que os mesmos foram baseados. No mundo medieval não se tinha espaço para as crianças. Assim, no momento da concepção, os pequenos eram envolvidos numa série de superstições e idéias, segundo as quais, as mães gestantes eram marcadas pela penúria ou a fortuna de ter concebido um filho em dias bons ou proibidos. Superada esta etapa, após o nascimento, vinha outro problema: a sobrevivência

do recém nascido, que iria depender da qualidade do leite de quem o amamentasse. Prática que se quis imputar nas próprias mães, como se verifica em alguns testemunhos encontrados em documentos da época, onde se ensinava às mães a amamentarem os filhos, e com isto, ajudarem a estabelecer um contato mais próximo com eles, erradicando o costume de ter que conseguir uma substituta. Porém a segunda alternativa era a mais cômoda, permitindo o aumento da gravidez em intervalos mais curtos, o que favorecia a multiplicação dos filhos, que foi, segundo Russell "um fator condicionante da expansão demográfica" (Ibid: 146).

Afirmava-se, dentro das crenças populares mantidas pela Igreja, que o número de herdeiros estava em relação explícita com as bênçãos que a mãe terra e o Pai Deus outorgavam à família. Afirmção colocada fora da realidade cotidiana daqueles para quem se pregava: os pobres, que eram os mais afetados nesse quadro de desigualdade, pois, uma criança a mais significava um problema. Para os pais de filhos ilegítimos, retardados mentais e desvalidos (considerados engendros do demônio, tidos como seres desprezíveis, quando não eram eliminados, escondidos ou tidos como seres de divertimento) os filhos eram uma carga muito pesada.

O estabelecimento da alma bem-aventurada na morte dos adultos, foi representada de forma idealizada na imagem de uma criança nua ou enrolada em cueiros. Representação que esteve bem longe da verdadeira situação que, na realidade, era vivida pela criança na época, aparecendo muito pouco sua figura real. Fatos que levam a pensar que, o adulto ao tomar consciência da precipitação de sua morte e com as fortes críticas que iam aparecendo a respeito, levou-o a consagrá-la como um ser puro. Por isso, presumivelmente, a criança tornou-se igualada a uma alma pura, que partia diretamente para o céu, facilitando ao adulto o descomprometimento com o nascente sentimento de culpa que envolvia a morte da mesma.

Os moralistas, ao observar e pensar mais detidamente sobre a criança, passam a considerar que ela possui intelecto, o qual precisa ser desenvolvido para a salvação de sua alma. Porém, continuam as reações frente à concretização na prática de posições mais favoráveis às crianças. As leis tampouco as favoreciam. A vida de miséria era gritante. Nas províncias pobres, os pais vendiam ou



penhoravam os filhos. Ante o fato de que as crianças podiam ser tranqüilamente abandonadas, o Estado, pressionado pela Igreja, impôs algumas leis, nas quais os pais que declarassem a impossibilidade de criar o filho antes dele nascer, podiam obter um auxílio em roupas e alimentos para que o conservassem, pois, supostamente, era o motivo econômico que os levava a tal situação. A Igreja permitiu às pessoas muito pobres vender seus filhos, contanto que não fôsse para prostituí-los nem para que os deixassem morrer ou os entregassem aos pagãos. Os judeus, por sua vez, preferiram a morte de seus filhos a vendê-los aos cristãos, porém, não se importavam em alugá-los ou emprestá-los como qualquer outra mercadoria.

Continuava o ditame de preferir a sobrevivência do filho homem e em especial, o filho maior, que posteriormente se encarregaria de ajudar na administração dos negócios do pai, da herança ou da manutenção da família. As crianças eram obrigadas pelos pais a se casarem quando eles dispusessem, e com quem eles determinassem. Com o tempo as autoridades eclesiásticas proibiram o matrimônio entre crianças, com a presunção de surtir algum efeito, mas, isto não deixou de persistir. Os pais, antes de morrer, deixavam em seus testamentos as disposições necessárias sobre o que dever-se-ia fazer com seus filhos: aqueles que ficariam em casa cuidando dos negócios ou de qualquer outra atividade, os que seriam mandados aos conventos a seguir a vida religiosa e os que seriam distribuídos para prestar serviços em casa dos familiares ou amigos, visando, além da preparação para o ensino militar, o fortalecimento das alianças entre familiares e feudos. Os filhos, concebidos fora do matrimônio, eram terrivelmente condenados, não podendo estabelecer um matrimônio "honroso", nem ter direito a herdar bem algum ou melhorar sua posição social na maturidade, ficando o Estado com os bens de seus pais, motivo pelo qual, pode-se pressupor que os representantes do Estado não tinham interesse em legislar a favor destas crianças.

A educação continuava sendo um bem precioso que os pais queriam para seus filhos, a qual lhes era imposta sem importar o sofrimento ocasionado com as imposições de clausura, que os impedia até de momentos mínimos para a distração. Como as escolas dos mosteiros não eram suficientes pelo tamanho da demanda, a educação passa a mãos dos monges, pertencentes ao clero secular, montando escolas nas catedrais, desenvolvidas a partir do século XI, Mas, tanto nos

mosteiros como nas outras escolas, a preocupação não era com a instrução, mais sim, com a catequese ensinando o amor a Deus. Tais escolas tornaram-se famosas pela formação de crianças cantoras, contudo, descuidaram da formação integral das mesmas. Além de ser o orgulho dos que as ensinavam, pois, tal educação era destacada acima da que recebiam os monarcas, os pais também sentiam-se seguros por ter a certeza de contribuir para o bem-estar de seus filhos, integrando-os com outros nobres, o que lhes parecia ser a salvação destes.

Insiste-se na adaptação da educação, na compreensão paterna para com a individualidade das crianças e em levar em conta seu temperamento e atitude. Reprova-se, também, a reclusão das crianças nos mosteiros sem nenhuma vocação para estar nesses lugares. A influência dos reformistas, favoreceu a queda do número de crianças que entravam nos mosteiros, embora contra a resistência dos que continuaram insistindo na rudeza como meio educativo para 'moldar' as crianças desde pequenas, as quais, se pensavam endireitar, do contrário, ficariam torcidas para sempre. Muitos mosteiros mudaram de política e estabeleceram que só receberiam em suas comunidades jovens maiores de dezoito anos de idade. Tudo isso deu aos filhos das famílias nobres, maiores oportunidades e liberdade.

A ciência continuava avançando, a filosofia seguia refletindo sobre a essência e a existência do homem, contudo o povo só via soluções e formas de enfrentar os problemas a partir de mitos ou do que a prática e o senso comum ditasse. A ciência e a filosofia não conseguiam descer para penetrar na realidade do povo nem formular uma linguagem clara que ajudasse a explicar e solucionar seus problemas. Vários aspectos continuam assinalando uma sociedade altamente contraditória. A Igreja segue priorizando no aumento da natalidade, entretanto, prossegue a mortalidade infantil, não só produzida pela falta dos avanços médicos, quanto pelos infanticídios, que continuavam sendo cotidianos e, em sua maioria, das meninas da zona rural. Fato que se explica pela crença de ser um bom meio de controle da natalidade, desta forma as mães ficavam livres para amamentar outras crianças, o que lhes era mais rentável. A prorrogação dos parâmetros de barbárie não deixam de entrar em conflito com as novas tendências sociais, aprofundando a complexidade social, submersa em mitos e ideais que a impossibilitavam de reconhecer-se facilmente, ficando alheia da existência cruel em que eram mantidas as crianças.

O estado de letargia mística afundada na miséria sócio-econômica durou muito tempo, porém, a promoção do novo fazia-se prioritário, para mitigar tanta crueldade. Juntaram-se as pessoas mais esclarecidas ao redor dos problemas das crianças, promovendo mudanças mais radicais, fora do deslocamento de um mito por outro, e das vontades políticas que cuidaram sempre do fortalecimento do poder. Luta-se assim, contra os que pertenciam ao status mais altos da hierarquia da Igreja, que ao não contemplar a realidade social dos mais desfavorecidos, em muito alimentaram a forte desigualdade social através do conformismo e do submetimento que pregavam.

O emprego da rudeza foi questionado inicialmente por volta do século XI, em que muitos monges, sustentados em suas próprias experiências da sua infância, pedem sua atenuação. Santo Emerano, defende "a moderação da correção dos jovens, e com palavras mais que com golpes" (Ibid: 185). Santo Anselmo (1033-1109) manifestou as deficiências do sistema, defendendo um tratamento mais humano na criação das crianças, destacando o destrutivo da "opressão imprudente" sobre a personalidade das crianças, pois, "não vendo em vossa atitude para com elas amor ou piedade, boa vontade ou ternura alguma, no futuro não crerão em vossa bondade, senão que pensarão que todos vossos atos são ditados pelo ódio e a malícia contra elas; não tendo sido formados na verdadeira caridade para com ninguém, de modo que olharam a todos com suspeita e inveja" (Ibid: 187).

Outro dos efeitos positivos das novas medidas para com as crianças foi o reconhecimento e consciência da "entidade própria da infância como etapa de vida, com suas necessidades e capacidades peculiares" (Ibid: 188), abrindo-se para elas novas perspectivas até em relação a formas de comer e de vestir. Assim, fora e dentro dos mosteiros alivia-se a vida da criança. Não entanto, os mosteiros perdem o poder a ponto de serem obrigados a receber crianças tidas como desprezíveis; as disformes ou com problemas físicos e os filhos apontados como bastardos, entre outras.

Ao povo, também, chegaram as novas idéias, tomando força desde finais do século XI e no XII, expandindo-se por meio das artes como a pintura, a literatura e a representação teatral. Com premência se enfatizava na infância de Jesus e o

significado do Natal, a adoração dos Magos e a matança dos inocentes. Sendo este último tema representado com truculenta dramatização, concluindo-o com a apresentação de mães solícitas. Con isto se apelava para mudanças das atitudes para com os filhos. Da mesma forma, múltiplos esforços renovaram a participação da criança nos sacramentos: batizado, confirmação, eucaristia, com instruções diferentes para as crianças pequenas, para os adolescentes e os maiores.

As exigências da vida militar, preocupada por essa época do meio milênio, com as grandes cruzadas e peregrinações a terras longínquas, contribuiu "para criar, como sugere Herlihy<sup>15</sup>, 'um mundo feminino no lar'" (Ibid: 195). A posição da mulher da nobreza frente à administração das casas feudais, ocupou um lugar de importância, tendo que cuidar e dispôr do lar e dos filhos. O cuidado dos filhos por parte da mãe, pode-se entender como um ponto a mais na continuação da administração familiar. As mães, provenientes de famílias nobres, ao apoiar-se nas nutrizes mercenárias, conseguiram com isto, dar conta das crianças da casa e do estado contínuo de gravidez, aumentando-se consideravelmente o número de filhos. Este pode ter sido, um dos prováveis motivos para que as mães não se esforçassem em manter um verdadeiro vínculo maternal, ou seja, de afeto filial com seus filhos. Assim, os primeiros anos da vida da criança estiveram dominados por figuras femininas. A presença paterna passou a ser insignificante ou negativa. A vida em família quase não existiu e era instável, já que as crianças eram, desde cedo, separadas da mãe para serem vinculadas à vida militar ou eclesiástica, e os pais saíam continuamente para participar das guerras, uma após a outra.

Por volta do século XII, surge uma maior explicitação do comportamento das classes menos favorecidas para com seus filhos. O sofrimento do filho do camponês passou a ser questionado, o qual não era menor, agravado pelos dispositivos das regras de moral e superstições que o perseguiram em suas tarefas da vida diária, porém, descreve-se como a educação dos filhos dos dois sexos. A educação dos camponeses abastados era mais indulgente que a dos filhos dos nobres. Estas importantes revelações mostram os avanços que se iam ocorrendo na vida das crianças, pelo menos ao explicitar o comportamento dos adultos para com elas.

---

<sup>15</sup> Os autores que a continuação serão citados neste item, foram objeto de estudo na obra de Mc LAUGHLIN (1982), M. M. "Supervivientes y sustitutos: hijos y padres S. IX al S. XIII". *Em* DeMause, et alii (org.) Op. cit. (1982).

Indicava-se que já não era um estado natural e irrefutável o relacionamento adulto-criança, o qual assinalava uma maior consciência da existência da criança como um ser que deveria ser tratado até afetivamente. É assim que, a partir do século XII, foi possível a identificação das diferentes posições que se tinha frente às concepções que iam aparecendo sobre a criança; a vivência da prática instaurada no dia-a-dia, foi sintetizada gestando uma reflexão teórica.

Pronunciamentos cada vez mais fortes fazem-se presentes. As contradições aprofundam-se e as instituições começam a sentir o peso das críticas, levando os dirigentes a resistir. À Igreja, critica-se o seguimento de uma educação baseada unicamente na formação moral, descuidando a parte intelectual. Esta reage aumentando os esforços em fazer grandes aliados, através da educação das crianças, sintetizando suas propostas educativas e promovendo a sistematização do ensino, que não deixou de ter um forte teor catequético.

O aumento da instrução, assim como de conhecimentos médicos e pediátricos, favoreceu a difusão de novos valores e atitudes para com as crianças menores. Aparece a literatura especializada que tratou de parâmetros mais definidos sobre a primeira infância. Assim, pode ser citado o caso do clérigo Bartolomé, o Inglês, que numa das primeiras e mais influente enciclopédia popular, descreveu com o maior rigor para a época "a constituição física, as qualidades afetivas e os hábitos das crianças" definindo "a primeira infância como a etapa da vida da brincadeira e lúdica", sendo que os 'pueri' (crianças), carregam tal definição por sua 'pureza' o que se verifica em seu desenvolvimento físico imaturo, tornando seus órgãos incapazes de manter relações sexuais nessa idade e longe de sentir vergonha por sua nudez. Com tudo, ainda considera-se as crianças como falsas e enganadoras, apesar da sua inocência, necessitando, por isso, de correção e instrução. Para ele as meninas são "mais dóceis, mais cuidadosas, mais modestas e tímidas e mais engraçadas", por issi, as mães as preferem (Ibid: 197-198).

Segundo o filósofo judeu Maimónides, o amor dos pais para os filhos só se desenvolve na relação contínua destes, o que se consegue estabelecer com o transcorrer do tempo em que o pai vai se acostumando ao filho quando sua imagem cresce. Propõe pela primeira vez uma relação de amor para com as

crianças, a partir do aprendizado na interação adulto-criança, pais-filhos. Observa-se a mudança na concepção da criança, deixando de ser pensada como um ser perverso, só corrigível por meio da força, para ser pensada como um ser educável e que não precisava de tanta severidade na sua orientação, pelo contrário, reconhecendo nela necessidades próprias para seu desenvolvimento. Este padre caracterizou, assim, o comportamento dos pais para com os filhos nesta primeira etapa, porém, desaconselhava o excesso de afeto e indulgência para com eles, não permitindo-lhes fazer tudo o que quisessem, corrigindo-os desde pequenos, "primeiro com palavras, após, se fosse preciso, com açoites e em último extremo com a 'reclusão'" (Ibid: 200-201). Ele destacava a severidade que se deveria ter na vigilância da possível criança infratora para que não caísse no roubo, na violência ou na blasfêmia.

Vincent de Beauvais, seguindo aos outros clérigos e em particular, por pedido da rainha Margarita, redigiu um tratado sobre "a educação dos filhos dos nobres", escrito entre 1247-1249. Recomenda que às meninas se ensine a ler, escrever e as artes femininas, afirmando que tais atividades as manteriam afastadas de "pensamentos ociosos e nocivos". Além disso, sustenta que as crianças dos dois sexos deveriam ser instruídas sobre os deveres e as responsabilidades da vida no matrimônio. Beauvais, juntamente com seu contemporâneo, o médico Aldobrandino de Siena, seguindo os preceitos de Sorano, enfatizam sobre os cuidados materiais que deveriam ser dados às crianças, idéias que já estavam sendo introduzidas e aceitas nos círculos de pessoas cultas. Beauvais, sintetizando as idéias da época, propõe um regime para o cuidado das crianças: "banhos freqüentes, (...) uma alimentação cuidadosa e suficientes horas de brincadeira. (...)". Aldobrandino, a quem a condessa Beatris de Savoya pediu para escrever sobre o tema em seu tratado, acrescentou que à criança "deve dar-se o que pede e deve evitar-se o que lhe desagrade. Quando aos seis anos comece a ir à escola deve ensinar-se lentamente e sem forçá-la, deixando-lhe muito tempo para o sonho e para a distração. (...)". Beauvais por sua vez "propunha a moderação na instrução e na disciplina", sendo que o ideal formulado por todos foi "ensinar sem castigo corporal". Pierre Dubois, avançando as idéias de Beauvais, propõe que às meninas se desse a mesma educação que aos meninos, com ênfase em conhecimentos tanto médicos quanto cirúrgicos (Ibid: 198-199, grifos

meus). Ensinaamentos que para a época era difícil acompanhar por seu caráter inovador.

Começa timidamente a aparecer as etapas da infância que são identificadas a partir de situações observadas nas mudanças de comportamento da criança. Leva-se em conta quer a infância até o desmame, quer o tempo em que a criança não consegue comunicar-se com uma fala mais clara, e após, a "pueritia", a partir de quando ela podia aprender a ler e escrever, e assim por diante. As idades da vida vão aparecendo junto às diversas disposições do que cumpria fazer a criança em cada etapa atingida. Segundo Aldobrandino, aos sete anos "deve obrigar-se a adquirir bons hábitos e deve cuidar-se que não lhe ocorra nada que a irrite excessivamente, ou que a faça amadurecer demasiado rápido" (Ibid: 199). O afeto se impõe exigindo um espaço maior para a vida da criança. Novara destaca três grandes qualidades da criança: "ama e reconhece à pessoa que a alimenta, mostra complacência e afeto àqueles que brincam com ela e inspira um carinho e uma simpatia naturais nos que dela cuidam" (Ibid: 200). Nota-se um princípio de maior aproximação e observação da criança.

As proposições dos laicos também se fizeram presentes. Novara, ao interessar-se pela participação prática da criança nobre, dentro das duas profissões "honoráveis" que podia seguir, o sacerdócio ou a cavalaria, sustentava que estas deveriam ser orientadas desde cedo e sob a direção de um instrutor, já que os pais, como pessoas ocupadas, tinham seu tempo limitado em outras atividades mais importantes, acima de cuidar e orientar as crianças. Portanto, os mestres deveriam ser capacitados para ensinar rudimentos de cortesia e conhecimentos gerais. "Quanto às meninas, havia que inculcar-lhes desde o primeiro momento uma virtude que era suficiente para elas, a obediência, pois Deus queria que as mulheres permanecessem sempre submetidas". Para elas não era preciso o ensinamento da leitura, a menos que fossem entrar nos conventos; apenas era suficiente "que aprendessem a cozer e a tecer", e sempre era importante que se lhes mantivesse a custódia de sua castidade (Ibid: 201, grifos meus).

Estas duas preocupações sobre a educação da nobreza complementam-se, sendo que o clero, atendendo os pedidos da alta aristocracia e favorável à

educação cristã da criança (homem ou mulher), dispunha-se ele mesmo, a pensá-la com maior atenção, tirando a devida vantagem disto ao converter as crianças em grandes aliadas, inclusive depois de se tornarem adultos. Os laicos, representantes diretos dos pais de família, ao estarem a favor de que um terceiro tomasse conta da orientação de seus filhos, desde o mais cedo possível, deixaram ao clero a total responsabilidade pela educação. Entretanto, eles se ocupavam da administração de seus assuntos particulares ou de governo.

Como assinala Badinter (1985: 42), estabeleceu-se o poder mediador da Igreja e do Estado. A Igreja, interferindo no governo doméstico, diretamente sobre o poder do pai e do filho, sustentando-se na idéia de que o filho sendo "repositório divino" deveria fazer dele, um bom cristão a todo custo. Nos séculos XII e XIII, enfatiza que os pais não podiam dispor dos filhos, nem desembaraçar-se deles a vontade, condenando o aborto, o abandono e o infanticídio. O Estado, de acordo com sua conveniência, favoreceu as ações que reclamavam maior intervenção, como a emissão de leis diante da crueldade para com as crianças, tomando medidas coercitivas. Mas, dada a miséria das maiorias e a profunda convivência com a situação, tolerou o abandono para limitar a mortalidade infantil. Deve-se reconhecer como as conveniências da maioria ajudaram na identificação e/ou superação de muitas crenças que iam marcando a vida da criança, substituindo-as por novas idéias.

Ponce (1983) ressalta mudanças significativas apresentadas na sociedade como um todo neste período. A expansão demográfica era crescente, duplicando-se a população de Europa Ocidental, no final do século XIII. O aumento da produtividade gerou maior acumulação de capital e o fomento e desenvolvimento de uma sociedade mais urbana, em contínuo crescimento, porém, em conflito com a ainda enraizada sociedade agrária. Fatos estes que, sem dúvida, geraram pressões sobre o dia-a-dia das pessoas, proporcionando opções que favoreceram um grau de abertura para aceitar as mudanças. A dupla moral existente, tanto no comportamento dentro de um mesmo grupo social quanto entre os distintos grupos, foi diferenciando cada vez mais as ações e as exigências que se iam cobrando das crianças.



DO CLAUSTRO MATERNO AO CLAUSTRO SOCIAL  
E RELIGIOSO

O fim da Idade Média traz o renascer da cultura, dando passo à modernidade, apresentando-se uma nova fase. Verifica-se a saída do isolamento dos castelos e mosteiros, o desenvolvimento da Cidade-Estado aprimora-se com uma minoria diretora e uma burguesia enérgica. Amplia-se as relações comerciais e políticas com um espírito mais cosmopolita, favorecidas com o descobrimento de novos mundos. Como diz Luzuriaga (1990), a Renascença traz para a Itália do século XIV-XV, um elevado nível cultural, tornando-a a mais culta de toda Europa. Destaca-se que isto não foi privilégio de todos, ficando excluída a massa do povo, porém, indiretamente, foram influenciados pelo elevado desenvolvimento artístico. A minoria cortesã recebeu toda a vantagem da educação humanista nascente, longe das escolas, com um forte caráter erudito, onde se privilegiava o desenvolvimento físico, estético e intelectual, sendo importante tanto o domínio do idioma materno quanto o latim. Destaca-se então a formação do cortesão, da qual autores como Castiglione (1478-1529) com sua obra "O Cortesão", deixou consignado minuciosamente as qualidades exigidas do homem mundano, ficando de lado a formação moral, privilegiada pela Idade Média.

Segundo Ariès (1981) descreve, a estrutura das casas foram voltadas para a privacidade, com cômodos independentes, diferentes dos palácios florentinos dos séculos XII a XIV. Nestes palácios, foi prioridade a torre para a defesa, a "loggia" que dava à rua, empregada nas reuniões tanto sociais, culturais e de negócios, quanto, para assistir a vida pública da comunidade, como um grande palco de espetáculos. A vida pública continuava e perpassava a vida familiar e, a contrário, uma era continuação da outra. Deram-se exceções motivadas pela crise econômico-política dos grupos familiares, que os levou a refugiar-se nas torres. No século XV, os palácios florentinos tiveram que modificar suas construções, fechando portas e janelas para os estranhos, desaparecendo as lojas e colocando distância às impertinências e barulho da rua, reservando-se para o grupo familiar relativamente pequeno.

Conforme registra Badinter (1985), ganhos e perdas foram se estabelecendo consecutivamente, desde meados do século XII em relação à concepção de infância.

O reconhecimento do casamento dos filhos sem o consentimento dos pais das moças e rapazes, aos onze e treze anos de idade, respectivamente, criou na época alguns problemas. A bigamia, os raptos de moças e o casamento socialmente dispar subverte o poder do pai, o que levou posteriormente, no século XVI, no Concílio de Trento, a instituir o casamento ante uma autoridade e, de novo, a exigir o consentimento do pai. O Estado, menos liberal que a Igreja, por edito de Henrique II, em 1556, deserdava os cônjuges que não tivessem autoridade dos pais para se casarem. Por decreto de Henrique III, em 1579, o casamento contrário da vontade do pai, foi considerado rapto, condenando a pena de morte ao raptor. São estes fatos que mostram como o direito paterno, não conseguia ser desvinculado da clássica definição de propriedade sobre os filhos, e menos ainda que houvesse algum dever dos pais para com os filhos.

Aos poucos a escola substituiu o ensino familiar. A criança, uma vez mais, separada dos adultos, foi enclausurada como os loucos, os pobres e as prostitutas, sendo escolarizada em nome do grande movimento de moralização que a Igreja e o Estado instituíram, com o apoio das famílias instruídas. No final do século XIV, se viam alguns dos frutos do encaminhamento das novas disposições, com gerações formadas dentro delas, a cujos pais foram cobrados a mudança. Em alguns escritos se encontra, segundo o tipo de educação para com os filhos, a punição a que seria submetido o pai por maus tratos para com eles, mas isso não passou de uma simples intenção, pois, para uma criança conseguir comprovar tal situação, teria que voltar de seu túmulo.

Segundo DeMause (1982), os séculos XIV ao XVII podem ser caracterizados como uma etapa da maior ambivalência em relação à vida da criança. A criança era considerada um objeto maleável, capaz de ser moldado como um pedaço de barro ou madeira, a quem tinha que se dar forma. A partir desta concepção, aparece uma enorme proliferação de manuais para tal fim, numa crescente ambivalência. Surge o grande culto à criança, nas figuras de Jesus e da mãe solícita, a Virgem Maria, ao mesmo tempo que se encontra a realidade evidenciando fatos de grande barbárie para com elas.

A falta de referências para auxiliar a orientação da criança era notável, porém, esforços significativos encontram-se presentes nos pedagogos como

Vittorino da Feltre (1378-1446), o mais famoso mestre da época, e nos médicos, como os italianos, que foram os primeiros em escrever tratados sobre a maneira de conduzir as enfermidades das crianças, embora só tivessem conseguido acumular o saber popular da antigüidade. Isto constituiu um dos primeiros intentos de sistematização do pensamento existente, isto é, uma descrição aprofundada sobre a infância, cuja difusão foi possível com a invenção da imprensa. Acredita Bruce (1982), que isto foi o início na busca da definição sobre as diferenças da criança em relação ao adulto. Também, os horrores das pestes levaram a sensibilizar em grande número a população adulta, frente ao drama da máxima mortalidade das crianças, sendo talvez o começo da relação mais afetiva adulto-criança.

No final da Idade Média, entre os séculos XIV e início do século XVI, a presença de uma nova categoria social conformando a classe média, compreendendo mercadores e outros profissionais, estabeleceu outra forma de tratar as crianças. Bruce (1982), em seu estudo da Itália urbana desta época, assinala a necessidade de expressão destes trabalhadores, objetivo que só alcançaram com a maneira de educar e controlar a vida de seus filhos. Estas crianças, após o nascimento, eram conduzidas nos braços da nutriz de leite ao banho, e logo ao batizado na capela, semelhante a um ritual preestabelecido. Posteriormente, a nutriz de leite, em geral uma camponesa, conduzia o recém-nascido ao lugar onde passaria seus primeiros anos de vida, junto com ela, no campo, longe da família até seu total desmame. No seu regresso, sem nenhuma referência familiar prévia, esta criança ficava como um estranho para todos os membros da família, a qual se incorporava como uma peça solta.

Tal situação foi criticada pelos moralistas da época, porém, sem muito êxito, pois tanto os maridos não queriam quanto as mães continuavam recusando-se a amamentar e, mais ainda, cuidar de seus próprios filhos. Diante disso, foram tomadas outras providências, face às altíssimas taxas de mortalidade infantil. Uma delas foi a regulamentação da escolha de amas de leite, atribuindo a esta atividade posição de dignidade e decoro, pois, amamentar as crianças com leite de animal, era considerado perigoso pelo risco da criança vir, no futuro, a ter a aparência do animal do qual tomara o leite. A situação de expor as crianças a uma contínua adaptação a nutriz de leite e a viver em diferentes lugares até os quatro anos

fora de casa, era comum. De volta ao lar, dos quatro aos sete anos, a criança, ficava sob a custódia de outra nutriz mercenária, passando por uma nova fase de adaptação até conseguir um estado maior de independência. Em outra etapa, a criança ficava sob a autoridade de um parente ou um convento para seguir uma formação mais específica. Assim, a criança foi submetida a uma instabilidade de toda ordem e a uma multiplicidade de estímulos que a (des) orientavam.

Também, deu-se nessa época a educação dos filhos a cargo da mãe jovem e viúva, que por sua vez foi dirigida pelos conselhos dos padres. Estes as exaltavam com palavras como as de Santo Antônio (1389-1459), que enfatizava como tinham que tratar seus filhos: "um pai que os castigue e os eduque e uma mãe que os alimente, não com guloseimas ou excessivos caprichos, como fazem as mães carnisais que não espirituais, pois as crianças necessitam tanto de pão quanto de golpes" (Ibid: 231). Continua sendo difícil conceber a mediação de sentimentos mais íntimos na relação adulto-crianças. Mediação que foi evitada ou reprimida em nome da disciplina e outros brasões; isto ocorria, provavelmente pelo medo de manter relações de afeto e a falta de sensibilidade e compreensão individual e social para identificar as dimensões que comportam a existência e a essência da criança como uma entidade própria, ao ser esta sempre confundida com um adulto.

Giovanni Dominici (1356-1420) dedica-se a orientar as mães para a vida cotidiana e à formação moral da criança: "É possível governar efetivamente as crianças, até que cheguem à idade de doze anos ou até o começo da libertação do jugo materno". Nota-se como o afeto quando contemplado é tido como um meio para conduzir o caráter da criança, e não como uma parte do desenvolvimento característico dos seres humanos. A mãe era encorajada a decorar a casa com adornos que fossem "gratos à infância", porém, tal decoração teria que apresentar, motivos impostos pelos moralistas da época, tais como "'a representação de Jesus mamando' ... ou 'de Jesus e o Batista juntos'", (Ibid: 234, grifos meus), sempre do atendimento ao que fosse de agrado das crianças, pelo contrário, seguindo a mensagem que seus mentores queriam imprimir para impor-lhes seu governo.

Assim, a vida das crianças era envolvida dentro das múltiplas contradições e crenças que a época acarretava. Tinha-se a crença que o vestuário das crianças teria que ser simples, decente e discreto, pois pensava-se que o "filho 'não há

de conhecer outra distinção entre homem e mulher que a do vestido e os cabelos. De aí em diante (os três anos), não lhe fareis carícias, nem lhe deis beijos, nem abraços até os vinte-e-cinco anos: Suposto que não surgirá nenhum pensamento, nem movimento natural antes dos cinco anos... não cuideis menos de que seja sempre casto e modesto e de que esteja coberto em todo lugar com a mesma modéstia, que se fosse uma menina'" (Ibid: 234). A moral começa a regulamentar-se de forma, cada vez mais severa, com uma alta carga de prevenção para não desenvolver a maldade que se concebia latente em toda criança.

É por isso que a Igreja junto aos moralistas da época, na crença de conseguir um maior controle e disciplinamento, proibiram tudo que tivesse relação com jogos e brincadeiras, acreditando-se preciso a rigidez e a seriedade. Foram proibidos os jogos e brincadeiras entre crianças e adultos, só permitindo que as mães jogassem com suas crianças, desde que fossem jogos simples, que ajudassem no desenvolvimento da natureza para que as crianças pudessem crescer melhor. Impediu-se que estes jogos fossem competitivos ou que causassem dano entre crianças, sendo que, em caso de briga, o castigo tinha que ser moderado para não gerar sentimentos de vingança entre elas.

As mães, segundo Domicini, deviam acostumar seus filhos às penúrias, fazendo-os passar por diversas provas: de situações incômodas na hora de dormir; experimentando sabores desagradáveis; submetendo-os a climas extremos num mesmo tempo; tratando-os com remédios desnecessários como os purgantes para prepará-los a futuras enfermidades; alimentando-os e vestindo-os com comidas e roupas ordinárias. Também eram obrigados a deslocar-se a pé qualquer distância e a vestirem a si mesmos, pois, deveriam aprender a se prevenir para viver um futuro de pobreza.

Seguindo Bruce (1982) na obra de Domicini, tudo era encaminhado a perpetuar as formas que a Igreja encontrou para impor sua moral, dispondo e controlando até a vida sexual das pessoas. Com isto, ao se agravar o problema da defesa de seu poder, ela sentiu cada vez mais necessário a ampliação dos espaços de atuação, diferente da preocupação com os problemas da realidade de miséria e instabilidade geral da época. Outra distância encontrada para ser assinalada entre a realidade, a ilusão e os interesses particulares ao redor das crianças, foi

o fato destas serem marcadas pela crueldade e as limitações. Ainda que as crianças fossem retratadas nos quadros, como seres angelicais e muito bem alimentadas e vestidas, eram tratadas como acessórios dos pais, os quais as descartavam ou se utilizavam delas com plena vontade.

A superstição acompanhava as explicações. Acreditava-se que a aprendizagem era um fato transmitido através do biológico, como o mostra Bruce (1982) num exemplo citando a história de Maffeo, um jovem que "assimilou a excessiva modéstia e descrição de sua nutriz, 'como se tivesse mamado, além do seu leite, seu coração e seu espírito'" (Ibid: 213). No século XV, alguns casos, embora que esporádicos, foram registrados de mães que amamentaram seus próprios filhos. A própria mãe de Maffeo amamentou alguns de seus irmãos. Era comum ter muitos filhos, quinze ou mais, mesmo sendo difícil garantir amamentar a todos, quanto mais garantir sua sobrevivência.

Diversas restrições foram impostas na vida da menina, submetendo-a a viver em cativo quer fosse dentro de sua própria casa, sempre vigiada pelos adultos prevendo no futuro possíveis infrações à castidade e ao pudor em que poderia incorrer, devendo-a preservar, sob qualquer custo e sem discussão. Os moralistas, perante a vida das meninas, reforçavam disposições de submissão destas ao lar. São Bernardino, entre outros, explicava que: "Faça de vossa filha uma pequena escrava... !oh, mas se há uma servente! Pode ser, mas fazê-la trabalhar não porque seja necessário, mas para mantê-la ocupada. Que cuide das crianças (...) e de tudo o mais. Dessa forma, 'não estará olhando pelas janelas nem terá pássaros na cabeça. Cuidai de que não saiba estar sem vosoutras...'" (Ibid: 241). Outra explicitação do pouco valor atribuído à filha, foi o texto deixado por escrito para uma mãe em luto por uma amiga: "as filhas não fazem famílias, senão pelo contrário, as 'desfazem'" (Ibid: 240). Era considerado um custo grande mantê-las por não garantirem nenhum benefício, por tanto, não importava sua morte.

Bruce (1982) refere o momento em que os meninos foram encaminhados para a escola, como o de maior separação sexual estabelecido entre crianças. Como se lê na distinção marcada por Paolo de Certaldo, "aos seis ou sete anos (o menino) que aprenda a ler e depois ponha-lo a estudar ou aprender o ofício que mais ele goste. Se é uma menina, ponha-la a cozinhar, e não a ler, pois não é conveniente

que uma menina aprenda a ler, salvo que se queira que seja freira" (Ibid: 241). A educação para os meninos, da classe média em especial, era marcada por uma peregrinação contínua. A partir dos sete anos ou um pouco antes iam para a escola local.

O ingresso à vida escolar -em especial a local-, não foi tranqüila, sendo duramente criticada por uns, como Dominici, definindo-a como um lugar onde "reune-se uma multidão de pessoas revoltosas, (...) difícil de governar" (Ibid: 248, grifos meus). Por outro lado, Vegio a considerava benéfica pelo fato do menino sair de sua casa, desenvolvendo-se no convívio com seus iguais, separando-se das mulheres e criados. Adverte também, que deveria serem evitadas as escolas com muitas crianças e com freqüente troca de mestres. Na Pedagogia Humanista Convencional de Vegio, contempla-se a dura crítica da experiência educativa de sua infância que se caracterizou pela rigidez e a brutalidade do mestre, quem exigia excessiva diligência, recorrendo com freqüência à aplicação de castigos cruéis sem um motivo que os justificasse. Diante de tais fatos e de sua peregrinação quando criança pelo aprendizado, reconhece a importância de haver tido mestres mais benévolos, possibilitando-lhe apresentar elevado rendimento. Aprendeu mais quando foi deixado solto podendo fazer qualquer tarefa espontaneamente sem ser forçado, e, isto, levou-o a defender tal método pedagógico. O que resultou num ganho para o menino na medida em que pode começar a escolher o que gostaria de fazer e ocorre a diminuição da repressão física diante da realização das tarefas encomendadas a ele, porém, o mesmo não ocorreu com as meninas.

A transferência da autoridade e do disciplinamento paterno ao professor não favoreceu a criança. Institucionalizou-se o uso da vara e outros elementos para o castigo. Pese às duras críticas proferidas aos moralistas tradicionais pelos humanistas, tais como Guarino Verona (1434-1460), um dos mais influentes na Itália, estas não passaram de ser importantes pronunciamentos teóricos: "O mestre não deve propender a recorrer aos açoites como estímulo para aprender. Tal castigo é uma indignidade para um menino nascido livre, e sua aplicação torna repulsivo o próprio saber, e o temor a ele provoca indignas evasões por parte dos meninos ingênuos. O escolar sofre assim um dano moral e intelectual, o mestre é enganado e o castigo não cumpre sua finalidade. O instrumento habitual do mestre deve ser

a bondade, porém o castigo deve manter-se por assim dizê-lo, em segundo termo, como último recurso". Afirma-se assim, a necessidade de uma mudança de atitude na forma de conceber a criança (Ibid: 251).

Das diferentes particularidades que se foram suscitando na relação adulto-criança, resulta exemplificador assinalar aquelas implícitas nas palavras dos adultos, mostrando como se pensava na época. O mercador e moralista Paolo da Certaldo, apresenta o exemplo de um pai refletindo perante sua própria experiência: "'O homem que não corrige a seus filhos não os ama. Por conseguinte, se tiver filhos, castigá-los e admoestá-los sempre, mas com moderação e proporcionalmente a suas faltas... Reprova a conduta dos outros com suavidade e precaução... tomai em consideração o momento e o lugar, e fazê-lo sem soberbia nem ira. Isto não é para as crianças pequenas, senão para os homens e os jovens que hão passado da idade dos castigos infantis, ou seja, com açoites ou vara". Santo Rucellai, aconselhava aos pais para que "acostumem a seus filhos a obedecer e seguir o mestre (...), 'pois o mestre ocupa para eles o lugar do pai, não quanto ao corpo mas sim quanto ao espírito e os modos. O mestre luta por fazer-se importante para a vida da criança, ganhando posições e convertendo-se em uma figura necessária e imprescindível" (Ibid: 251).

Nota-se a prevalência do pensamento tradicional sobre o comportamento e a educação da criança e da indefinição etária. Porém, se dá alguma reflexão sobre o tema. Propõe-se a distensão do mal trato, marcando-se alguma conquista com a diminuição da barbárie. Afirma Bruce (1982), como na época do renascimento, os pedagogos e intelectuais, "baseados na experiência mais que em conhecimentos teóricos, tendiam a conduzir e a interatuar com a ética dos estudiosos humanistas ao reconhecer a dignidade e a individualidade da criança, sublinhando o raciocínio e a persuasão e não a força como método mais eficaz e respeitando as inclinações e atitudes da criança quando se tratava de determinar sua vocação" (Ibid: 252).

A vida da criança continua marcada pelos fortes contrastes no seu aprendizado dividido em doméstico-familiar e escolar. No aprendizado doméstico, o da prática no dia-a-dia, quando a criança foi encaminhada ao serviço de uma família alheia, que segundo Enguita (1989), isto facilitou a transmissão e aquisição de toda a herança cultural, os laços de dependência e auto-disciplinamento,



sustentado na desvinculação afetiva do aprendiz a sua própria família. Com o tempo, isto converteu-se numa norma tida como natural, ficando as famílias parcialmente incapazes para instruir suas novas gerações nas relações sociais e de produção existentes. O aprendizado escolar ficou opcional, de acordo ao espírito da família que acolhia ao filho alheio. No caso dos filhos dos nobres, foi freqüente o auxílio de um preceptor para orientar sua educação. Os artesãos, ao acolher as crianças para ensinar-lhes o ofício, também se comprometiam em ensinar-lhes a ler e escrever ou em enviá-las à escola, o que não foi muito posto em prática, sendo que este ensino ocupou um papel marginal, deixado para os que seguiriam o serviço de copistas o similares. Assim também, o camponês, que conseguiu chegar à escola, só recebeu doutrinação religioso.

Tucker (1982), enfatiza frente à severidade dos ingleses do século XV, para com a educação de seus filhos, que, o que guiava tal severidade não era a necessidade de uma melhor educação, mas sim o gosto pela comodidade ao ter quem lhes servisse em total submissão, de quem podiam exigir para obter o melhor serviço, sem maiores custos, já que se tratava dos próprios filhos. Por outro lado, o envio das crianças para aprender os bons modos e as virtudes para depois regressar a casa, tudo foi posto em dúvida, já que das filhas encarregavam-se os patronos e os filhos não voltavam porque se casavam, segundo as conveniências da família à qual foram servir, dedicando-se a fazer sua própria fortuna nas terras em que casavam. Para Ariès (1981), seguindo diversos testemunhos, a prática da educação no serviço de outros, estendeu-se durante toda a Idade Média nos diferentes estamentos sociais pelos diversos países do ocidente.

Segundo Bruce (1982), por volta do século XV e começo do século XVI, em Florença, os conventos encontravam-se lotados de freiras, as quais eram procedentes de famílias de classe média, cujos pais, com uma economia modesta, sempre temeram por sua pequena fortuna com o nascimento das filhas. "O destino da menina se decidia por volta dos sete anos, em grande parte atendendo a sua saúde e a seus encantos; aos oito anos, as menos favorecidas, entravam nos claustros e aos treze tomavam os votos, com o qual, a transferência da filha era decidida antes da puberdade" (Ibid: 239). Isto dava para o pai tranqüilidade, evitando assim o problema dos gastos extras que pudesse ocasionar um mal matrimônio como dote. Alguns pais consolavam-se com o nascimento de uma filha

com o pensamento que lhes "prestaria muito mais ajuda na sua velhice que um varão" (Ibid: 240). Aspectos estes que mantinham a vida da menina sempre em desvantagem. Tinha-se como regra geral, para a filha maior, procurar desde cedo um bom matrimônio, as seguintes iriam ao convento, e a filha menor ficaria ao serviço de seus pais, tal como governanta cuidando da velhice deles, da casa e tomando conta das crianças da família.

#### UMA NOVA VISÃO DE MUNDO, HOMEM E CRIANÇA NA MODERNIDADE

Acompanhar a história da criança ocidental nos principais países que se destacaram pela maior relevância tanto cultural quanto econômico-político-social, interessa na medida em que estes países são representativos em função da influência que exerceram sobre os países do mundo ocidental, irradiando seus paradigmas. O estudo de Tucker (1982) sobre a Inglaterra nos séculos XV e XVI, nos apresenta um período em que a criança continua sendo tratada sob a autoridade indiscriminada do adulto, sem nenhuma mediação, permanecendo igualada aos marcados como inferiores "anciãos senis, mulheres néscias e bêbados transtilhantes" (Ibid: 255). As crianças continuam sendo vistas com grande desconfiança, acreditando-se até que nenhum segredo podia lhes ser confiado, por serem por natureza faladores, além de terem uma mente esquecida, em suma, por serem pessoas tidas como desprezíveis.

Entre os diferentes exemplos trazidos por Whiting em Tucker (1982) de ditames caracterizadores do sentimento de infância, encontra-se: "'um homem não deve confiar em uma espada quebrada, nem em um néscio, nem em uma criança' (...); 'É um néscio quem escuta o conselho de uma criança' (...) 'Quem olha para uma criança não vê nada'". O que mostra como a criança continuava contando pouco, sendo seu estado uma etapa suportável, ao invés de ser agradável (Ibid: 256). Assim, os adultos socialmente considerados colocavam as crianças nos últimos degraus da escala social.<sup>16</sup> Ressalta-se apesar da criança ter sido classificada na

---

<sup>16</sup> *Leva-se em conta um modelo de sociedade ainda influenciado por princípios totalizadores, com pressupostos fixos e centrados num único poder -o do monarca- e num jogo contraditório, (in) discriminador, dependente das conveniências ou*

escala inferior, contraditoriamente, tinha-se uma tendência a tratá-la como neutra, seja quanto ao sexo (nem homem nem mulher) seja no aspecto moral (nem boa nem má), seja ainda, na relação com os adultos (sendo considerada ora adulto, ora não, dependendo da conveniência dos próprios adultos). As mulheres continuaram dentro do grupo dos inferiores, mas preferiram aliar-se ao grupo detentor do poder, em lugar de posicionar-se a favor da criança, o que aumentou o descomprometimento para com ela que continuou sem nenhum aliado que a protegesse.

O folclore reconhece a inocência das crianças, o que foi reforçado pela fé cristã. Contudo, esta atitude não a salvou de morrer prematuramente e de permanecer num segundo plano. O folclore igualava os recém nascidos às crias dos animais, acreditando-se que tanto as crias deles quanto as dos homens nasciam impuras ou contaminadas. O batizado purificava a criança, ao tempo em que se ela morria ela iria ao céu, porém, se morresse sem ele, ela permaneceria um tempo cuto no limbo, assinalando ao mesmo tempo a forte ambivalência que continua frente à concepção de infância.

O problema da mortalidade infantil se torna questionado; se sustentava que a gravidez já trazia uma alta probabilidade de perda da mulher e da criança. Superado o parto, e portanto, o primeiro degrau de sobrevivência das duas, era preciso garantir sua continuidade. O cuidado das crianças pelas nutrizas, tinha uma dupla notação, ora as ajudaria a viver, ora a morrer. Por isso, o papel das nutrizas foi enfaticamente discutido, colocando-se na mãe a responsabilidade diante da amamentação de seus próprios filhos de forma mais definitiva. Segundo Erasmo<sup>17</sup> em Tucker (1982), "...o leite da mãe é mais conveniente e agradável para o filho que o de qualquer outra mulher" (Ibid: 273). A modernidade explicita como prioritário que as mães tomem conta de seus próprios filhos. Começa-se a pensar em como deveria ser cuidada a criança, separando-a das suposições dos adultos,

---

*ideais dos dirigentes, fora da realidade e, em que toda relação era determinada naturalmente.*

<sup>17</sup> Luzuriaga (1990: 99) descreve a Erasmo (1465-1536) como "o maior dos humanistas e o mais notável dos pensadores da renascença germânica", citando entre suas obras mais importantes "'A educação do homem cristão, Sobre o método de estudo e Sobre a educação liberal para crianças'".

os quais continuavam seguindo o que os favorecia, a partir da falta de orientação de como enfrentar os problemas perante a sobrevivência destas. Propõe-se que, só no caso da mãe não poder amamentar a seus filhos por causa de uma enfermidade, se auxiliasse de uma ama de leite.

Para Tucker (1982), a imagem negativa sobre a criança vai mudando e, assim como em outros países, as crianças começaram a ser vistas como figuras angelicais, que se podiam pôr sobre o túmulo dos adultos, para que representassem suas almas. No processo da evolução da concepção de criança, para alguns, a criança "torna-se num sinal de boa sorte", passa a ser parte dos fetiches (Ibid: 260). Du Boulay afirmava que, na Inglaterra do século XVI, a economia em recuperação ajudou nas grandes mudanças de atitude que se registravam continuamente sobre as crianças. Assim, por exemplo, os rendimentos já permitiriam as famílias investirem em casas maiores com vários cômodos, o que garantiu maior intimidade para os adultos e para as crianças. Também, o aumento da renda facilitou a maior educação, alimentação e vestuário para todos. Em 1545, aparece para o público inglês o primeiro livro de pediatria, escrito por Thomas Phayre, quem declarou que seu principal interesse com esta obra foi "fazer bem àqueles que mais necessidade tinham disto, quer dizer, às crianças" (Ibid: 262).

Pressupõe-se com isto, que as mudanças de comportamento para com as crianças chegaram mais rapidamente para as camadas mais abastadas, por serem estas as que tinham maiores possibilidades de acesso às discussões e orientações que se difundiam. Em contrapartida, a criança do povo continua sendo pouco descrita, portanto, entende-se que pouco interessava, seguindo no anonimato. Mas, a mãe destas crianças, pelo contrário, recebiam os castigos que impunham as novas normas, por continuarem com as práticas correntes. O novo sentimento pela criança e as novas normas que deste decorrem chegam às camadas pobres, prioritariamente, nos momentos da penalidade, a partir dos castigos exemplares que sobre elas se impunha.

A marcada necessidade da verdadeira ruptura com o mundo medieval e tudo o que comporta sua estrutura, projetou uma nova sociedade. Buscou-se impôr a experiência acima da fé, com o qual, os cidadãos dos burgos, os burguêses, conseguiram cada vez mais espaços de poder. Nesse afã da burguesia pela

ascensão social, ela assumiu os custos da educação de seus filhos, conseguindo para isto, o ingresso nas escolas e a reformulação dos currículos, os quais adotaram o ensino no idioma materno, exigindo-se, uma pedagogia menos rude e uma maior consideração pelo educando num ambiente mais alegre. Definem-se assim quatro tendências marcantes: as que expressavam os interesses da nobreza cortesã; os que seguiam à Igreja feudal; os que continuaram com a burguesia católica; e por último, os que optaram pela burguesia protestante.

O desequilíbrio da velha estrutura sócio-política (do Papado e do Império) gerou movimentos de renovação, os quais romperam com o velho, e, apesar da forte reação. A rejeição ao mundo medieval foi muito forte, sustentada além do mais na renovação que gerou a conquista do novo mundo. Têm-se assim, o poder econômico, acumulado principalmente nos Países Baixos e Inglaterra. A grande burguesia assimilou e aproveitou as mudanças trazidas pelo progresso. Na base material da sociedade, gestaram-se importantes mudanças como a industrialização dos modos de produção, aparecendo a produção em massa, a qual terminou deixando de lado as velhas corporações artesanais. Assim, a instrução passou a ocupar um lugar de grande importância, sentiu-se a imperiosa necessidade de sua expansão, o que foi apoiado no surgimento da imprensa. A educação começou a dar conta da formação dos que se encarregariam do poder e dos que dirigiriam o campo da produção. Frente a isto, a Reforma religiosa ocupou um papel importante.

A Igreja procurou ter sob estrito controle a pouca informação que era transmitida, orientando-a para garantir a mansidão dos trabalhadores. Desta forma, saiu-se do conflito demarcado pela forte puerilidade no fim da Idade Média, nos tempos em que afiançava-se o poder da Igreja, e que ainda prevaleciam as afirmações de Santo Agostinho de "crer para compreender -credo ut intelligam-", sendo contornadas e invertidas pelo teólogo Abelardo, a partir da forte ameaça que recaiam sobre elas, pelas premissas de "compreendo para crer", que segundo Ponce (1983), era "um tímido esboço, mas inegável do racionalismo burguês" (Ibid: 133).

Os movimentos sociais paralelos tomam força promovendo mudanças. Cita Manacorda (1987), na Suíça, U. Zwinglio (1484-1531), precursor de Calvino,

publicou um livreto para instruir e educar as crianças cristianamente em 1523; na Alemanha, Lutero (1483-1546), destacou "a prosperidade, a saúde e a melhor força de uma cidade consiste em ter muitos cidadãos instruídos, cultos, racionais, honestos e bem-educados, capazes de acumular tesouros e riquezas, conservá-los e usá-los bem...". Nota-se que este não é um discurso dentro das possibilidades de incentivar a educação para e pelo povo, mas apresenta a gestação do novo pensamento da época baseado na acumulação dos que tinham acesso possível para assumir a liderança e a educação neste processo de renovação. Deixa-se de lado a promoção da educação para todos, pela preparação das castas político-religiosas. Passa a importar a conservação da condição terrena, para o que se fez imperiosa a capacitação e instrução de homens e mulheres em que "os homens sejam capazes de governar adequadamente cidades e cidadãos e as mulheres capazes de dirigir e manter a casa, as crianças e os servos..." Continua Lutero destacando que tanto os homens quanto as mulheres para que consigam este grau de superação, tinham que ser educados desde crianças, de forma que uma adequada instrução, desde cedo, desse seus devidos frutos (Ibid: 308-309).

O protestantismo, encabeçado por Lutero, preocupou-se em dar ao homem a responsabilidade de sua fé, a qual salvaria sua própria alma a partir das reflexões tiradas da leitura da Bíblia, que orientaria seu caminho. Logo, colocou-se a instrução primária como um dever de caridade frente à salvação, pela qual deveria optar todo pai de família e assim cumprir com o sagrado dever de mandar os filhos à escola. Os movimentos populares heréticos propuseram a leitura da Bíblia, independente da mediação do clero, predicando a democracia. Tudo isto afetou não só a vida religiosa, mas também a cultural e político-social. Na Alemanha, por exemplo, a luta pela Reforma, junto à guerra dos camponeses, acabou numa sangrenta repressão em 1525. As cidades pequenas juntaram-se aos camponeses exigindo educação popular. Em Menigem, a cidade se opôs à continuação dos feudos, exigindo uma pessoa que se encarregasse da educação das crianças de forma gratuita e sem discriminar ricos e pobres. O Estado também passou a normatizar e institucionalizar a educação gratuita e obrigatória para ajudar a garantir a paz nas cidades. A necessidade da instrução cada vez mais sistematizada para governar, levou a regulamentar e orientar os sistemas de ensino desde os primeiros níveis. Isto não deixou de ser revolucionário, por ter sido um dos primeiros esforços no que diz respeito à educação das crianças,

apesar de ter-se discriminado o ensino de acordo com a divisão do trabalho, limitado tanto social quanto sexualmente.

Lutero em todo um capítulo expôs sobre que "Devem mandar-se os filhos à escola", explicando aos pais a importância, não só, da educação no trabalho das empresas familiares quanto nas escolas (Ibid: 310). Formulou-se duas dimensões na formação da criança, por um lado, se enfatizou na preparação mais técnica efetivando o melhor desempenho no trabalho produtivo e por outro lado descascou-se o trabalho intelectual, que ajudassem no aprofundamento de sua condição cristã. Tudo isso levou a estabelecer uma maior intencionalidade nas atividades educativas. Convertendo-se num importante avanço na concepção de infância. Porém, tudo isto não deixou de ser determinado pelas bênçãos e as possibilidades que o poder religioso outorgou a uns e a outros, mantendo o conformismo frente às desigualdades sociais. Apesar da ênfase colocada na instrução como meio de salvação e aperfeiçoamento do cidadão para chegar a ser puro e honrado, ela não atingiu a maioria, ficando excluídas as massas -os despossuídos- que continuaram na mendicância, sob o sermão de submissão com que os pregadores confortavam o povo, prometendo um mundo melhor após a vida, como Cristo o pregou.

Segundo Luzuriaga (1990), na Escócia, o reformador calvinista John Knox (1513-1572), deu enorme impulso à educação popular, conseguindo que este Estado fosse o mais culto da língua inglesa, afirmando que "toda igreja deve ter um mestre-escola que seja capaz de ensinar gramática e a língua latina; e no campo o ministro deve cuidar das crianças para instruí-las nos primeiros rudimentos e especialmente no catecismo. Na Inglaterra, Mulcaster (1530-1611) propunha o ensino obrigatório "em leitura, escrita, música e desenho, para todas as crianças, ricas ou pobres, até os doze anos", recomendando os exercícios corporais. Após, se poderia seguir o ensino em latim, assinalando como sendo de grande importância que todo mestre tivesse, no possível, preparação universitária de prática em ensino. Quanto à organização interna das escolas primárias, os movimentos da reforma não mudaram nada. Continuou-se com as matérias tradicionais: leitura, escritura, cálculo, adicionando só a leitura das sagradas escrituras na língua vernácula e o desenvolvimento do canto religioso. Os métodos de ensino, acentuaram a aprendizagem de memória e a explicação dos textos

sagrados. O forte rigor na disciplina continuou enfatizando nos castigos corporais (Ibid: 116).

A Igreja católica, obrigada a responder os avanços da reforma protestante, utiliza-se da luta direta e a reforma interna da própria Igreja, montando o movimento de Contra-Reforma, pregando a volta ao humanismo, propondo a supressão do espírito crítico da razão e o submetimento da religião aos ditames da autoridade eclesiástica. Surgem assim, dois importantes órgãos de ação: a Companhia de Jesus e o Concílio de Trento. Este último, limitou-se a recomendar a criação de escolas e a melhoria das existentes nos mosteiros e catedrais, e, de estender o ensino de gramática (ensino secundário) de forma gratuita para os clérigos e outros estudantes pobres.

Os jesuítas, por sua vez, para se protegerem, esmeraram-se em aperfeiçoar o sistema de ensino, elevando o nível da educação dos nobres e dos burgueses abastados, deixando de lado a educação do povo. Em decorrência, obtiveram o primeiro lugar no ensino, baseado no submetimento da vontade das crianças, das quais vigiaram sempre o mais leve movimento, garantindo que seu conhecimento sempre estivesse a serviço de Deus. Por outro lado, opuseram-se ao serviço das crianças na servidão de outros senhores, pois afirmavam que para servir a Jesus, bastava a simplicidade e a humildade. Tudo o que mostra a continuação da conveniência na sustentação e defesa dos princípios medievais, nos que se apoiaram para favorecer as desigualdades tidas como naturais e justificadas sob a bênção divina. Desta forma pensou-se antes de melhorar a educação para as crianças, na defesa do interesse pessoal das instituições de poder, pregando para este, a centralização da educação em suas instituições e o desaparecimento da educação familiar.

Outras ordens cristãs, pelo contrário, optaram por favorecer a educação do povo para restaurar a ordem e a disciplina, onde a regra mais importante na escola era o estabelecimento de um rígido controle exercido tanto sobre o professor quanto sobre o aluno. Isto significou uma educação baseada na distinção entre professor e aluno, sob absoluta autoridade do mestre, garantida a partir dos castigos corporais que combatiam qualquer irregularidade. A Igreja cristã contesta o poder alcançado pelos protestantes e as revoltas nas cidades industriais,



estabelecendo a educação gratuita, baseada no ensino catequético, com a finalidade de garantir as crianças do povo a moral e a disciplina necessárias. O Padre Demia, citado em Ponce (1983), frente à situação de desordem em Lyon (grande cidade industrial e mercantil), estabeleceu, um século após os protestantes, a primeira escola popular e gratuita, promovendo a educação pelo trabalho manual: "que as escolas cheguem a ser agências de informação ou lugares de mercado onde as pessoas abastadas possam ir em busca de servidores de suas casas ou empregados de seus negócios". Assim, as crianças saíam com alguma preparação para servir aos possíveis empregadores, (Ibid: 162). Fica claro o duplo objetivo que com a submissão das crianças pobres a Igreja obteria, fazendo dos senhores seus eternos aliados.

O desenvolvimento da educação pública ficou ligado ao interesse religioso, sendo que a maior participação do Estado na educação ocorreu nos países protestantes, enquanto que nos católicos, esta ficou sob a direção das ordens religiosas, prioritariamente dos Jesuítas. A educação religiosa impõe-se acima do discurso político-filosófico e centrou-se na imagem de Cristo, o qual, desde criança, deixou seu exemplo quando conseguiu ensinar aos doutores do Templo. Com isso, a educação passou, como o mostra Tucker (1982) para o caso de Inglaterra, a ser "coisa do Senhor, pois mediante ela se adestrava a razão da criança para ser servidora da fé com o propósito último de ganhar sua salvação"; com isso, ao mesmo tempo, as crianças aprendiam os preceitos morais, o alfabeto e a síntese latina. Além disso, a educação era propagada como garantia da ascensão social, não obstante, seguir preservando o domínio hierárquico dos que tinham maiores probabilidades de educar-se (Ibid: 276).

A disciplina fundada no castigo continuou sendo o eixo em que girava a garantia da educação, era comum e devidamente aprovada qualquer punição, justificada ou não. Múltiplos relatos o confirmam, como nas sentenças e comentários compilados por Whiting e Whiting: "Prescinde do castigo e malcriaras a criança.' (...) 'Quem não usa a vara odia a seu filho.' (...) 'Com mais amor e temor castiga o pai o filho mais querido.' (...) 'Ao igual que uma espora aguçada faz correr o cavalo, uma vara faz aprender à criança'" (Ibid: 277). Os pais entenderam que a conservação do sistema hierárquico estava fundada na preservação da autoridade ou "potestate" sobre sua esposa e filhos, que tinha que

defender. Assim, a hierarquia social da criança, sua formação era orientada, mais cedo ou mais tarde. Os príncipes e princesas começavam a formação de seus filhos aos quatro anos de idade, a aristocracia, em sua maioria, de seis a sete anos. Para a criança do sexo feminino, ainda era omitido o acesso à educação, porém a nobreza promovia a educação para suas filhas, sendo educados os dois sexos sob o mesmo rigor e amplitude. Permanece, pois, no século XVI o mesmo quadro de severidade e rigor desmesurado na educação das crianças. Também, prorrogou-se a máxima medieval de "labore est orare", trabalhar é orar", onde todos até as crianças menores, tinham que ter sua atividade, "a ociosidade era um pecado", do qual o demônio se aproveitava para fazer seus adeptos (Ibid: 281). Continua administrando-se a atividade e o rigor como método educativo.

Todos tinham que cumprir seu papel: os príncipes (homem ou mulher) aprender a arte de governar; os aristocratas, aprender a comportar-se e a forma de melhor servir ao rei; os menos abastados, aprender a trabalhar na agricultura, no comércio ou na indústria. Muitos aristocratas, não podendo encaminhar seus filhos a estabelecimentos privados de educação como faziam os reis, continuavam enviando-os a seus parentes. Com o tempo esta prática mudou, e, eles passaram a ser enviados a internatos ou ao estrangeiro, quando não se contratava um preceptor particular. A criança do povo tinha que aprender um ofício, o que se tornou preocupação da política nacional.

Tucker (1982) assinala que em 1536, foi pedido aos párocos que recolhessem todos os meninos de rua de cinco a quatorze anos e lhes ensinassem um ofício especializado. Em 1563, proferiu-se por artigo legal a revisão do sistema de ensino, supervisionado pelos juizes de paz. Em 1598, foi estabelecida a "Lei do Socorro ao pobre", a qual estipulava a proteção das crianças, e, ao mesmo tempo, autorizava as instituições encarregadas dos pobres, para que pusessem a trabalhar os filhos dos indigentes. Dessa forma era retirado dos pais a pátria-potesta por não terem recursos para manter seus filhos, transferindo tal poder para a paróquia. Esta lei vigorou até 1834. Tudo o qual criou um problema maior para as crianças carentes. Em muitos casos, as paróquias, sem condições de poderem atender a crescente proliferação de crianças abandonadas não podiam expressar nenhuma compaixão por elas, menos ainda, responder pela sua formação.

Dessa forma, o Renascimento, na sua ambivalência, propiciou alguns pequenos avanços no entendimento das crianças, mas não foi suficiente sua preocupação, estando esta mais concentrada no florescimento do homem, num plano geral. Conseqüentemente, as crianças ficaram em um impasse, entre a indefinição criança-adulto, e a procura da identificação a ser construída, da qual sentia-se falta, necessitando-se de alguém que pudesse iluminar a sua busca, na definição do caminho da "nova consciência de infância" (Ibid: 285). Como se viu, a educação das crianças deixou de ser limitada à orientação do clero cristão, mas continuou sendo regida pelas diversas religiões que foram resultando.

#### A EDUCAÇÃO BURGUESA REFORMULANDO O SENTIMENTO DE INFÂNCIA

Na prática comum dos espiritualistas medievais, a criança era uma coisa divertida mas pouco importante. Pelo batizado a criança se convertia numa possível alma eleita para representar a pureza da morte de um adulto. No século XVI, ao entrar na modernidade, a alma dos adultos deixou de ser representada por crianças, ao mesmo tempo que a criança passou a ser representada por si mesma. Outro dado caracterizador das mudanças, foi o recolhimento das famílias na delimitação de seu círculo familiar no interior da casa, longe da rua, do coletivo, da praça, na procura de intimidade. A vida familiar se privatiza. Segundo Ariès (1981), é provável que a intimidade da família tenha ajudado a favorecer um novo sentimento de infância, particularmente a relação mãe-criança. Tema essencial do renascimento.

Na análise das idades da vida, feita por Ariès (1981), o autor mostra como para a Idade Média era de mal gosto discutir sobre o tema, porém algumas denominações apareceram ligadas ao sentimento místico e especulativo vindo do império Bizantino, que com o tempo foram-se generalizando. Desde o século XVI, fazem-se corresponder aos números alguns fenômenos, como a relação dos sete planetas com as etapas da vida assim: a primeira idade a infância, a que planta os dentes, onde, quem nasce o "enfant" significa infante ou não falante e vai até os sete anos; a segunda, a "puerítia" que durava até os quatorze anos;

seguidamente, a adolescência, que ia até os vinte e um ou vinte e oito anos, denominação que expressava a capacidade de procriação; depois segue a juventude, ficando no meio das idades, sendo na que a pessoa esta na plenitude de suas forças e dura entre os quarenta e cinco e cinqüenta anos; logo, vem a senectude, que se está a meio caminho; segue a velhice, que dura até os setenta; por último, a "senies". O período que vai do século XVI até o século XVIII não foi de grandes avanços mas a popularidade das crianças como tema na iconografia foi grande. Nos capitéis do palácio dos Doges, um afresco dos Eremitani de Pádua, expõe a representação das idades: a primeira, a do brinquedo; a segunda, da escola, na qual se faz referência aos meninos que aprendiam a ler e as meninas a fiar; segue-se a idade do amor e dos esportes, da corte e da cavalaria; a quarta idade, a da guerra e finalmente a idade sedentária dos homens da lei e da ciência.

A representação das idades, enfatiza Ariès (1981), correspondia mais a uma função social, onde o tema imbricava-se com o da morte e o da moda, ainda carecendo da verdadeira delimitação das etapas de vida infantil. Assim, as idades da infância estavam ligadas à ideia de dependência em relação aos diversos referenciais da vida particular dos adultos, sem se identificar uma relação com os processos de desenvolvimento biológicos e/ou psíquicos da especificidade criança. Para o autor, a infância foi na vida real um período de transição facilmente ultrapassado e esquecido.

Nos séculos XV e XVI data-se o início do sentimento moderno de infância. Encontra-se a criança engraçadinha, tendo-a como divertimento para os adultos. O fato do convívio tranqüilo com a morte das crianças, apesar da superstição frente a este tema, dava-se pelo sentimento de insignificância que gerava a criança, a ponto de ser enterrada no quintal das casas, pois, acreditava-se que ela não voltaria da morte para importunar os vivos. Sendo tão comum sua morte, não convinha apegar-se com maior sentimento a ela. A representação do "putto" do século XVI, do mesmo modo que a criança medieval, referia-se à forma mística e irreal da alma da criança; o "putto" aparecia nas pinturas sempre nu, cumprindo uma função ornamental, diferentemente da criança real, que já era pintada vestida de acordo com sua idade e condição social; porém, a criança foi pouco particularizada na vida real (Ibid: 63).

É notável como o termo infância foi evoluindo e estendendo-se, contemplado pela linguagem falada da época medieval para conotar os homens de baixa condição cuja submissão aos outros era total, como os lacaios e os soldados. A França do século XVI, utilizou-o para designar os alunos das pequenas escolas. Termo que em geral, denotou uma atitude de desprezo, assinalando certas categorias de homens (incluindo as crianças). No século XVII, as famílias nobres foram as que mais rapidamente mudaram o significado da infância, delimitando e tirando-lhe a conotação de invalidez física. No século XVIII, no dicionário "do Furelière" se precisou o termo dentro da conotação de cumprimento ou saudação dos superiores de idade ou de autoridade para os subalternos. Percebe-se assim que, até a denotação do termo, foi evoluindo com uma forte carga de desprezo, marcando sempre inferioridade e submetimento dos designados com ele frente a uma autoridade (Ibid: 43).

O século XIII foi o momento histórico do germe do sentimento a favor da criança, indicado pelo constante aparecimento delas nos retratos, ainda que mortas, assinala-se como um começo de sua saída do anonimato, apesar da precária possibilidade de sobrevivência. No século XVI, já aparece nos retratos e nas pinturas a representação de toda a família, vivos ou mortos, os quais foram inicialmente doados às Igrejas. No século XVII, o retrato se converte na representação do sentimento de conservação, onde a família se faz retratar para reter consigo tais lembranças, e a criança começa a ser o modelo favorito. Também aparece por esta época, o burguês e, além do mais, o princípio de delimitação das idades da criança. Tudo o que leva a pensar, segundo Ariès (1981), que estas mudanças gestaram a nova sensibilidade para com esses seres frágeis, nascendo uma nova consciência em que se aceita a alma da criança como imortal.

Outro traço caracterizador da indefinição criança-adulto era o traje, cuja aparência no vestir nada os separava. A criança, ao ser retirada dos cueiros, era vestida como os adultos de sua condição social. No século XVII, a criança nobre ou burguesa era diferenciada pelo traje, onde após os dez anos, -em que terminava a vida escolar-, era igualada aos adultos, e era integrada a suas tarefas. Também surge a diferenciação não só da idade, quanto do sexo na forma de vestir a criança, sobretudo nos meninos; enquanto as meninas permaneceram vestidas como adultas. Tudo isso, levou a diferenciar as crianças a partir de seu

sexo e idade, tornando-se assim mais visível as etapas de crescimento para os meninos que para as meninas. O traje converteu-se num meio que acentuava a distinção social, sendo que anterior ao século XVII, não se fazia distinção entre trajes populares, regionais, ou de outra categoria. As roupas dos pobres eram a de segunda mão deixada de lado pelos nobres. Contudo as crianças do povo sem opção (camponêses ou artesãs) continuavam a vestir, trabalhar e brincar da mesma forma que seus pares adultos.

Segundo o diário do médico Heroard, citado por Ariès (1981), dentro da nobreza não se fazia diferenciação no trato das crianças, fossem elas legítimas ou bastardas. As brincadeiras eram sempre em torno e em referência à preparação para a vida de adulto, por isso, era-lhes permitido assistir e participar delas. A partir do século XVI, distraia-se a criança com relatos de fábulas o qualquer outro gênero, advertindo-a que estas não eram histórias reais, fato que para o autor, revela um traço importante de preocupação com a educação na modernidade. Os brinquedos deixaram de ter o sentido coletivo do passado, pertencente aos rituais religiosos ou de divertimento popular, tornando-se mais individuais e limitados ao domínio das crianças. Assim, a criança se tornou a depositária dos costumes deixados de lado pelos adultos.

Contudo, ainda continua a participação do adulto junto às brincadeiras das crianças e vice-versa. Nos jogos de azar onde mediava o dinheiro, se deixava participar a criança e nos jogos em que não se estabelecia a distinção adulto-criança. Nessa época, onde o divertimento tinha um grau predominante, as festas eram de suma importância, participando juntos, adultos e crianças. Encontra-se o convívio quase rotineiro nas apresentações musicais, as danças e a representação teatral em todas as casas, sem distinção etária, nem social. Mas, entre os séculos XVII e XVIII, verificou-se uma crescente ambivalência diante de tais divertimentos. Segundo Ariès (1981) os jogos eram aceitos sem objeção pela grande maioria. Mas, dentro dos grupos de intelectuais e moralistas da época, foram emitidas normas de comportamento, pelas quais estes eram condenados em sua maioria. Posteriormente, isto foi apoiado por adeptos entre os juristas e a oficialidade policial, os quais, legislaram e puniram tanto os estabelecimentos de jogos, quanto os jogadores infratores, estudantes ou crianças, em geral, que participavam desse tipo de diversão.

A coexistência entre a aceitação da maioria e a repressão dos que estavam em desacordo durou longo período. O que é indicativo dps os diferentes parâmetros das atitudes modernas que estavam aflorando. Em palavras de Ariès (1981), era "um testemunho de um novo sentimento da infância: uma preocupação, antes desconhecida, de preservar sua moralidade e também de educá-la, proibindo-lhe os jogos então classificados como maus, e recomendando-lhe os jogos então reconhecidos como bons" (Ibid: 104). Com isso, denota-se como o homem já se sentia em relação à capacidade de orientar sua vida de forma mais planejada sem maiores artifícios (como os místicos), elaborando e responsabilizando-se pelas normas que estabelecia de forma mais individual e definindo maiores diretrizes para orientar o comportamento das crianças. Dessa forma, algumas normas e atenuações frente às mesmas foram-se produzindo, como foi a aceitação dos jogos, a dança e a dramatização como meios didáticos, desde que fossem devidamente regulamentados e dirigidos, ficando assim proscritos como um dos males menores. Os Jesuítas, principalmente, foram os que perceberam a possibilidade educativa dos jogos, assim como os humanistas (pedagogos) do Renascimento, numa atitude anti-escolástica. Os Jesuítas os introduziram em seus programas de estudo e, aos poucos, com o reconhecimento da importância dos exercícios físicos nas crianças, passaram a observar as atividades e atitudes destas, refletindo sobre seus efeitos, o que significou um grande avanço no desenvolvimento da criança.

Para Fénelon (1651-1715), escreve Ariès (1981), "os (jogos) de que elas (as crianças) gostam mais são aqueles em que o corpo está em movimento: elas ficam contentes quando podem movimentar-se" (Ibid: 113). Interessa tal comentário porque expressa como foi nascendo uma atitude onde o que a criança queria foi observado e levado em conta. Também a medicina dos iluministas pronuncia-se sobre os benefícios da atividade sobre o corpo; e, por último, os militares nacionalistas, por sua vez, encontraram vantagens na atividade, o que acabou acelerando a aceitação dos jogos dentro da educação das crianças. Nota-se como os interesses das diferentes instituições religiosas, políticas e militares juntaram-se para assinalar uma atitude combinada na orientação das crianças, reavivando o velho, mas, apontando, também, para a nova ordem.

Desde cedo, no século XII, muitas tentativas existiram para implantar a diferenciação entre jogos de plebeus e da nobreza; das crianças e dos adultos,

mas estas não foram muito reconhecidas. Apenas no século XVIII, com a substituição da nobreza pela burguesia, conseguiu-se implantar a diferenciação apesar dos jogos sobreviverem para o divertimento popular e das crianças. Segundo Ariès (1981), numerosos documentos comprovam como no século XVI e início do século XVII, coexistia a mistura das classes sociais, como se observava nas festas sazonais. Ao que parece, a diversão conseguiu romper a barreira da discriminação. Porém, no século XVII deu-se início ao abandono destas tradições, sendo "notável que a antiga comunidade dos jogos se tenha rompido ao mesmo tempo entre as crianças e os adultos e entre o povo e a burguesia. Essa coincidência nos permite antever desde já uma relação entre o sentimento da infância e o sentimento de classe" (Ibid: 124). Nota-se um começo da saída de um mundo onde primavam as relações coletivas para entrar num mundo mais personalizado, favorecedor do individualismo. Em decorrência, muda a concepção de infância, portanto a forma de ser tratada e educada.

#### RESISTÊNCIAS DIANTE DA NASCENTE IDENTIDADE DE INFÂNCIA

No século XVII, a criança adquire um lugar de importância privilegiada, o que se tornou cada vez mais visível quando começaram a aparecer estudos descrevendo com maior detalhamento formas mais científicas sobre as mudanças fisiológicas, e de seu comportamento. Estudos esses que se detiveram em apresentar uma criança ideal, levando em conta a crescente discriminação de que era objeto. Entende-se que a formação do novo subordinava o distanciamento das novas e velhas disposições. Mas estas não deixaram de apresentar-se num mesmo momento histórico, muitas das vezes paralelas quando não juntas.

Como afirma Wirth (1982): "É de supor que a mudança não só afetou à cultura, mas também à estrutura social e às pautas de atuação, e com elas às práticas relacionadas com a criação das crianças. É difícil determinar com exatidão as mudanças destas práticas..." (Ibid: 286-287). Apesar da dificuldade que, ainda para o século XVII, se tinha na consecução de fontes a respeito da criação das crianças, foi possível encontrar alguns exemplos que as contradições e a discriminação que cercava a criança na modernidade: por um lado, apresenta-se



o fato de estabelecer-se que "um pai burguês podia dispor no seu testamento que a capacidade de sua esposa para herdar dependeria de que amamenta-se a seu filho durante um longo período". O que se pode concluir que se queria levar a que as próprias mães lactassem a seus filhos (Ibid: 294). Por outro lado, tinha-se a crença de que se se amamentassem os homens "com leite de mulheres que houvessem tido filhas era o melhor para os recém-nascidos". Com isto o que se continuava a incentivar o abandono e a ameaça da sobrevivência das filhas dos pobres, a favor de seguir tendo uma boa ama de leite (Ibid: 320).

Em decorrência do descobrimento de América as exigências do comércio cresceram. O avanço das ciências e o florescimento das diversas técnicas ampliaram e facilitaram os trabalhos. O tempo começou a ter outro significado e a aumentar sua importância, da mesma forma que a experimentação se estabeleceu como um critério para o avanço das ciências. Assim, apesar de toda a oposição, os fisiocratas levantaram a consigna descrita por Ghio, de "deixar fazer, deixar passar", sob a qual a burguesia esforçou-se por se impor diante da Igreja. O importante era acumular riquezas, limitando o desperdício, sentindo a necessidade da aprendizagem de matérias que tivessem a ver com a contabilidade e a administração dos negócios. Segundo Locke (1632-1704), esta era a profissão que os jovens Gentleman (o novo homem) tinham que seguir (Ibid: 168).

Com a industrialização os setores mais pobres da sociedade começam a ser requeridos pela necessidade de mão de obra barata e fácil de explorar. As crianças marginalizadas: mendigos, vagabundos, órfãos, preocupavam na medida que representam um braço inativo desperdiçado. No século XVIII, se viu a imperiosa necessidade de preparar e disciplinar, para o mundo ativo das manufaturas, a mão de obra que não levasse muito custo. Para isto, recolhem-se dos internatos os vagabundos e órfãos para educá-los na disciplina e nos hábitos de trabalho. Cita Enguita (1989) Furniss,<sup>18</sup> que sustenta como "na Inglaterra as 'Workhouse' converteram-se em 'Schools of Industry ou Colleges of labour'." O prioritário era que o vagabundo e seus filhos se educassem na disciplina e dentro dos parâmetros do trabalho produtivo que exigia a fábrica, diferentemente do

---

<sup>18</sup> FURNISS, E. S. (1965), *The position of the laborer in a system of nationalism: A study in the labor theories of the later English Mercantilists*, New York, Augustus M. Kelly.

trabalho para sua manutenção (Ibid: 109). A criança marginalizada ganha espaço e sai do anonimato na medida em que pode ser útil a favor do novo sistema de produção emergente.

Enguita (1989) comenta as intenções de alguns dos autores que promoveram a regulamentação da vida da criança pobre dessa época. O que significou o submetimento "a muitas horas de trabalho e algumas de instrução", desde o mais cedo possível (três ou quatro anos de idade), para que, segundo Temple em Furniss, "ganhem a vida ou não; pois, por este meio, esperamos que a geração que está crescendo estará tão habituada à ocupação constante que em geral, lhe será agradável e divertida" (Ibid: 109). Tudo isso continuou sem a mínima consulta à própria criança, não havendo nem o interesse de estudar o que elas precisavam. O importante era o fortalecimento do modelo social em formação. Em muitos países estendeu-se a mesma política de criação de internatos-fábricas com todo um modelo de organização de trabalho. A New Lanark, fábrica fundada por David Dale em 1799, é um exemplo, sob o modelo de Robert Owen, com meio milhar de crianças procedentes dos asilos de Edimburgo e Glasgow. Assim, cobra-se do Estado por parte das manufaturas a consecução dos braços necessários para o trabalho, retirando-os da grande massa de órfãos, dos quais podia-se exigir ao máximo, do contrário podiam-se devolver sob pretexto de qualquer infração.

O apelo pelo trabalhador-infantil fazia-se ao governo em nome do favorecimento a este, argumentando-se que isto era a forma de preparar a criança para o futuro, proporcionando-lhe os meios de sustentação e arrancando-a da ociosidade e da delinqüência. Os pensadores da burguesia apoiaram-se na promoção da educação do povo para garantir seu poder, reduzindo o poder da igreja e conseguindo o favorecimento da nova ordem. Para a época, a maior preocupação era então os limites referentes à educação do povo. Autores como Locke, e após, no século XIX, More, colocaram que o importante era preparar os alunos dentro de seus limites de classe. Para os que dispunham de tempo livre, a estes ter-se-ia que introduzir no mundo das ciências; ao povo se exigiria dentro de seu fazer cotidiano. As escolas anglicanas ocuparam-se de preparar as crianças em trabalhos toscos e para a servidão, não acreditando ser necessário ensinar a leitura e escrita, só precisavam ensinar a trabalhar e a viver na fé. Para o povo

não era necessário a universalização da educação, pelo contrário, ele necessitava conhecer até onde iam suas ocupações.

A escola, banida de todos os poderes para comandar a educação das crianças, converteu-se no instrumento de doutrinação dentro do maior disciplinamento de higiene e moral, não distinguindo-se do quartel militar, já que pouco se preocupou com os conteúdos acadêmicos, mas sim em desenvolver as habilidades necessárias para fazer do aluno um bom assalariado dentro da maior regularidade. O que mostra muita pouca diferença na condução da criança educada dentro do círculo familiar ou institucional.

O mundo novo abre caminhos, porém, a briga subsiste e o velho continua projetando seus parâmetros. Apresenta Badinter (1985), a dicotomia que tanto na sociedade como um todo quanto no interior da Igreja debatia-se. Encontra-se os que continuavam defendendo a força da monarquia absoluta e os que promoviam a mudança, ou pelo menos, a moderação do regime. Os monárquicos, sustentados nos ensinamentos de Aristóteles, continuam defendendo o dogma da desigualdade natural, que para as crianças era permanecer na dependência e submissão aos pais e, progressivamente, aprender a reconhecer a autoridade soberana. Defensores desse regime como Bossuet, insistiam em que "existe uma bondade natural do pai para com seus filhos e como a autoridade real é paternal, seu caráter essencial é também a bondade". Vauvenargues afirmou que "basta ser homem para ser bom pai, mas sem ser homem de bem é difícil ser bom filho". Montesquieu (1689-1755), ressaltou que o poder paterno é sempre bom, pois a bondade do pai é instintiva enquanto que a do filho é moral (Ibid: 40).

Estas idéias que explicavam a concepção da criança dentro de parâmetros previamente determinados, sustentados em normas impostas pela autoridade que o rigor político requeria, reafirmando marcas de distanciamento social, a ser respeitadas, as quais posteriormente, converteram-se em éditos educativos, transmitidos através da submissão dos filhos aos pais, dos governados aos governantes. Igualmente aproveita-se do poder exercido sobre a criança para reagir diante do novo. Rousseau, (1712-1778) por sua vez, vai reviver o velho, atualizando-o e convertendo-o em novo. Retoma o princípio do retorno à natureza, com maior força, imprimindo-lhe marcado acento individual para a educação das

crianças. Fixa-se para cada indivíduo a exploração de sua própria natureza até chegar ao estado de cidadão já formado, para logo entregar-se ao exercício da cidadania, partindo do princípio fundamental de que todos os homens são iguais.

O Estado monárquico, em sua luta pela retomada do direito paterno de correção, adota algumas medidas para atenuá-lo, como a proibição de prender incondicionalmente os filhos qual escravos. Porém, sabe-se que ainda no século XVII, algumas prisões públicas, sob os pretextos mais fúteis dos pais, detiveram filhos de qualquer idade, colocando-os em celas como delinqüentes comuns. Prisão que foi muito mais severa com os filhos das classes menos abastadas, sendo duramente castigada a desobediência aos pais. A autoridade paterna, ao ser vital para manter a ordem hierárquica, teve a obediência como primeira virtude, não se preocupando com os outros sentimentos, exercendo uma forte pressão social para o controle desse modelo. Assim a monarquia antes do século XVII, não reconheceu o reinado do Menino Rei como centro do universo familiar. Só a partir do século XVIII, começa-se a dar importância ao reinado desta criança, dentro das classes em ascensão, por volta dos anos 1760-1770. Também, em 1763, decreta-se o exílio para os filhos que se suspeitasse pudessem ter condutas ameaçadoras da honra familiar, agora favorecendo-os com a conservação de suas vidas. Tudo isso assinala os indícios do novo comportamento diante da criança.

Deu-se o grande salto. Na época tradicional a socialização da criança não tinha nenhum controle, ocorria a partir do contato com os adultos, aprendendo na prática ao ajudar no fazer destes. Desde o século XVIII, segundo DeMause (1982), dominar a criança a partir do controle físico não era o importante. A preocupação passa a ser o domínio de sua mente, assegurando o controle de seu interior tanto das raivas, de suas necessidades, quanto de seu apetite sexual e sua vontade. A educação higiênica começa desde cedo, sendo amamentada por sua mãe, e liberado seu corpo das faixas e dos purgantes brutais dados para lavar seu interior. A moral deixa de lado as brincadeiras, substituindo-as pelas rezas. Os açoites deixam de ser sistemáticos, substituídos pelos castigos morais. O nascimento da pediatria promoveu o cuidado mais próximo das crianças por seus pais, reduzindo-se consideravelmente a mortalidade infantil.

No século XIX, a educação da criança não consistiu em dominar a vontade e o espírito da criança, mas em formá-lo. Preocupa a melhor forma de guiá-la pelo bom caminho, ensinando-a a adaptar-se ao meio, socializando-a de forma predeterminada. Os pais preocupam-se não só com a maneira ocasional de educar os filhos, de dedicar-lhes tempo e dinheiro, mas também começam a ajudar a mãe a cuidar deles. A colaboração implica na verdadeira participação dos dois pais no desenvolvimento da criança. Levam-se em conta as idéias de corrigir e formar hábitos, propondo-se superar os castigos físicos e morais pela maior dedicação dos pais, dando-lhes mais tempo para a diversão e o diálogo, principalmente nos primeiros anos de vida, ajudando-os a alcançar objetivos cotidianos, respondendo continuamente a suas necessidades, brincando e estando a seu serviço, não como outrora. A criança se converte no centro da família, a figura principal; na história se invertem os papéis. Contudo, o que envolve a vida da criança não deixa de ser manipulada, e em muitas ocasiões continua o adulto extraíndo para si proveito da forma de conduzi-la.

Na reconstituição da história da criança orientada pela prática difusa do adulto, enfatizou-se como esta foi conduzida segundo a forma de atuar e pensar com base nos interesses deste, sem a contemplação de uma explícita identificação da criança enquanto tal, quer dizer, sem contar com uma concepção que a defini-se como uma entidade própria. Isto é, foi sempre conduzida pelos diferentes setores da sociedade a partir das necessidades dos adultos, sendo desde estes parâmetros que pelo geral se guiou seu comportamento, seu mundo. É isso que foi predominante até inícios do século XIX. Com a mudança mais acelerada da sociedade, na passagem da modernidade para o mundo contemporâneo, a história da criança se modifica aparecendo diferentes concepções de infância, que se constituem como referencial teórico.

O pensamento contemporâneo guiará a vida da criança no processo de sistematização e transformação de formas mais elaboradas para conduzir sua educação, tanto em nível geral ou social quanto específico com a escolarização. Assim, precisa-se entender as múltiplas relações que envolvem a criança como uma identidade passível de ser estudada e orientada de forma mais específica. Em lugar da indeterminação quando incorporada ao adulto, um ser em construção, nascendo culturalmente rica pelo acervo a apreender, porém, virgem de conteúdos

próprios, iniciando seu processo de formação, o que implica uma necessidade maior de condução, demandando uma série de condições, inicialmente para sobreviver e posteriormente para desenvolver maiores possibilidades de atuar frente ao mundo que a rodeia, apropriando-se dele, no processo de socialização, incorporando a cultura do adulto, mas fazendo-se necessário a sua superação. Estudo que se deixa enunciado para futuras pesquisas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas considerações finais procura-se sintetizar as duas orientações gerais que compuseram este estudo. Em primeiro lugar, analisar-se-á o processo de gestação e desenvolvimento histórico das diferentes concepções de infância e, em segundo lugar, tratar-se-á, introdutoriamente, de realizar uma projeção deste estudo, relacionando as concepções de infância e as correntes pedagógicas geradas nesse processo.

A história da criança mostra como por muito tempo não se identificou a criança e o adulto como entidades diferentes. O reconhecimento da diferença criança-adulto não preocupava, interessando, no início, somente a sobrevivência do mais forte, sem mediar uma filiação consangüínea ou de outro tipo. A relação que importava era a de ser da mesma espécie, ou seja, da utilidade para a tribo. Não obstante, o termo criança é empregado nesta análise só como facilitador, na localização do discurso, para entender de quem se está falando: quer dizer, desse ser que ainda não se há desenvolvido e que, portanto, não tem a capacidade dos maiores.

Historicamente, não se pode abordar uma concepção de infância sem falar da atuação do homem-adulto. Além disso, para chegar a esta, é necessário refletir a respeito de como pensaram, sentiram e atuaram os adultos sobre a criança, a partir das necessidades e imposições do meio que os rege. Este os conformou (ou determinou) segundo as diferentes situações que se foram apresentando, evoluindo até conseguir alcançar uma resposta mais intencional sobre o meio. Portanto, o homem, enquanto produto-produtor da história, encontrou ou projetou novas saídas, dispondo desse modo de variadas alternativas a percorrer. As ações que executou, tanto individual quanto socialmente de acordo com os interesses que foram surgindo, explicitaram objetivamente parâmetros ou concepções mais definidos sobre o mundo, sobre si mesmos e, em particular, sobre o estado da

criança. Nessa reconstituição encontrou-se que a forma de guiar a educação da criança esteve em estreita relação com o modelo social imperante.

Pode-se afirmar que sob um regime tribal, onde o predomínio é a prática da sobrevivência, não há uma concepção de criança. Há uma atitude de medição de forças em que a necessidade de viver dos mais fortes leva ao desprezo dos mais débeis, entre eles as crianças, não se sentindo como prioridade a sua sobrevivência (não importando sua morte, abandono, ou utilização indiscriminada).

O homem ao se organizar em sociedade delimitou suas relações, possibilitando ou impondo segundo seus interesses (ou necessidades) uma primeira divisão sócio-política, a qual foi favorecida pela passagem do saber comum ao saber especializado, advindo o saber comum da própria prática social da comunidade. Pode-se dizer que numa comunidade tribal não se tem uma disputa condicionada pelo poder, predominando as diferenças naturais como o sexo e o período de vida da pessoa.

Com a divisão social o homem começou a diferenciar a criança, com o que foi especializando a forma de tratá-la. Por um lado, estavam as que continuavam sendo tratadas unicamente como animais de força, sobrevivendo para continuar exercendo o trabalho mais rude. Do outro, encontravam-se os eleitos que começam a ter uma orientação especializada, cobrando-se deles um comportamento diferenciado e educando-os para dirigir o trabalho dos outros. Tudo isto, levou os homens se afastassem uns dos outros. Assim, a partir do contraste na orientação das crianças, nasce na prática distintas concepções. Contudo, esta educação especializada não deu à criança eleita uma maior vantagem em relação às outras, continuando a sua disputa na vida dentro de um regime de sobrevivência até alcançar a posição privilegiada de adulto no exercício do governo. Assim, defini-se dois tipos de homens: os bons ou os dirigentes e os inferiores ou os executores do trabalho rude.

Ao tempo que a educação começa a se diferenciar, fortalecendo e sustentando um novo sistema político-econômico, passa a ter uma certa intencionalidade. Os dirigentes da sociedade, na procura de conseguir obter o consenso, passam a organizar-se para projetar o modelo a ser seguido. Estabelece-



se, aos poucos, diferentes instituições destinadas a divulgar este modelo, reformulando-o na medida em que aparecem circunstâncias contestatórias.

O aumento das atividades levou ao homem a especializar e intensificar a educação das crianças, as quais passaram a ser discriminadas tanto frente aos adultos quanto entre seus iguais. Assim, aumenta-se a distância sexual, sendo a mulher, os filhos menores e os que realizam o trabalho mais rude os mais discriminados.

Em outras palavras, as diferentes concepções de infância surgiram no momento em que o homem começou a dividir-se. Assim, tem-se uma relação direta entre a divisão sócio-econômica, sexual, cultural e as diferentes concepções que foram aparecendo. Uma das primeiras concepções que marcaram as diferenças na vida da criança, além da sócio-econômica, foi a sexual que deixou a menina em maior desvantagem. Mesmo com os avanços da sociedade ela continuou em inferioridade de condições. Igualmente com o desenvolvimento das grandes urbes, as crianças do setor rural permaneceram tidas como inferiores. O aparecimento da educação escolar significou uma desvantagem para as crianças marginalizadas desta possibilidade. Desta forma, desenvolvem-se as múltiplas concepções que levaram a discriminar o comportamento e a orientação das crianças.

A procura platônica de um modelo ideal de sociedade que alcance a transcendência, não mudou a condição das crianças que foram educadas visando tal objetivo. Pelo contrário, para a criança aumenta a rigidez e desigualdade, continuando como um objeto de uso e abuso que podia ser movimentada como uma coisa. A criança ao ser concebida como um membro inferior da sociedade, que interessava na medida de sua utilidade, foi coisificada sendo utilizada da forma mais variada. Assim, a educação mais intencional, com a profissionalização dos membros da comunidade, não facilitou a mudança de atitude para com as crianças. Elas continuaram a ser tratadas como seres inferiores, não obstante, serem preparadas para ocupar posições superiores na direção do governo.

O grau de exigência cobrado da criança no decorrer da história aumentou. A carga de severidade com que foi forçada sua entrada ao processo de inculturação, até atingir o estado de mando, foi não só uma prova difícil quanto

acelerada. Ao ser considerada como adulto com a retirada dos cueiros, já que neste momento ela conseguia comunicar-se com a fala, era forçada a atingir estados de superação em seu desenvolvimento.

Com o aumento da desigualdade social, os grupos, e em particular as famílias, passam a fechar-se, protegendo cada vez mais seus interesses. Tudo isto gerou um maior descomprometimento com as crianças, pois a organização familiar preocupou-se mais com a orientação e defesa da ordem estabelecida que com os problemas que puderam surgir de uma individualidade que ainda não se tinha a certeza que continuaria vivendo. A criança foi concebida na medida de sua projeção quando adulto, desprezando-se seu estado de desenvolvimento porque neste não tinha uma participação ativa na defesa do regime.

A infância concebida como um ser inferior, temível na medida em que foi associada como um símbolo das forças do mal e catalogada como pertencente ao negativo, precisava ser afastada para que, aos poucos, durante todo um processo de sucessivas iniciações, primeiro na lactância e depois nos diferentes lugares que cuidariam de sua educação longe de sua própria família, fosse estabelecido o máximo rigor na orientação e correção de seus atos. Pretendia-se com isto imprimir um verdadeiro estado de fidelidade ao senhor, que era o que importava (o aprendizado da máxima obediência para seguir o regime imperante e não uma educação para a superação e desenvolvimento da própria criança).

Desta forma, a concepção de infância esteve determinada pela finalidade social do produto, ou seja, no que se iria converter a criança quando alcançasse um estado maior de desenvolvimento, não interessando enquanto entidade própria. Isto implicou que a concepção de infância fosse orientada em função da defesa do regime político-social.

Com o surgimento de um novo regime apresentam-se novas expectativas a respeito da vida da criança. Por exemplo, no mundo medieval, carregado de ambivalências e contradições, a criança começou a ser reconhecida pelas diferentes instituições, as que ao mesmo tempo que a defendiam, continuavam mostrando-se omissas frente às próprias regras que decretavam, quando não, estabeleciam outras que as desfavoreciam ou que aumentavam as imposições e os severos

cuidados com que se lhes tinha que tratar, pois a filosofia era carregada do profundo maniqueísmo imperante no clero. Este, por sua vez, ao sentir a necessidade de reforçar seu poder valeu-se da criança para normatizar a sociedade.

O desequilíbrio de um regime, pelo aparecimento de um novo, leva a incorporar novas disposições, seja para sustentar o existente seja para impôr o novo. É assim como o clero afiança seu poder através da criança, propondo-se como mediador para sua educação. Cria-se a instituição escolar, a qual se encarregou de coletivizar a educação, estabelecendo normas e princípios que afirmam as posições da Igreja, e convertendo a criança num meio de defesa e de favorecimento de seu mundo. O aluno foi visto de forma passiva, já que a preocupação era com uma educação espiritual que o levasse a garantir um espaço no céu e que na Terra fosse um repetidor da moral vigente conformado com sua existência. Depois, isto foi contestado por aqueles que entendiam a educação com uma finalidade mais prática que contemplasse o mundo intelectual, de forma que a criança fosse orientada não só para a defesa do espiritual ou nacional, mas que também pudesse entender o mundo das ciências. Portanto, a criança foi tida como um meio para a consecução de diferentes finalidades. Isto gerou uma maior preocupação para com ela, aparecendo maior interesse pela explicitação de seus problemas e criando-se, ao mesmo tempo, a necessidade de buscar soluções para estes problemas. Desta forma, a ciência e a filosofia começaram a pronunciar-se a seu respeito.

A criança só importava em função dos atributos tidos como próprios de sua natureza, sem levar em conta o aprendizado ocorrido durante seu desenvolvimento físico-emocional, cultural e social. Entende-se que ao ser a criança considerada de natureza fraca, seja pela sua mortalidade seja pelas condições com que seus corpos se deformavam e por sua imaturidade no seu desenvolvimento, foi concebida má por natureza e classificada como inferior. Desta forma, confundiu-se as circunstâncias que limitavam a criança com os valores criados pela sociedade a respeito da natureza da criança. Assim, ela foi incluída no grupo dos que se podia utilizar à vontade, dada a sua condição de inferioridade e na medida que era um estado insuperável.

Com a passagem do tempo isto não foi superado facilmente. Os problemas que apareciam eram considerados produtos de sua natureza, ou pela sua maldade ou pela sua fraqueza e a facilidade para ser corrompida quando a maldade era reputada fora dela. Desta forma, o processo de moralização foi concebido na procura de corrigir à criança dada a sua natureza, desconhecendo-se aquilo que ela adquiriria no processo de aprendizado.

A partir da Idade Média, junto ao desenvolvimento das novas idéias, iniciou-se o processo de identificação da criança. A modernidade começou a explorar o que se entendia dela, porém, só explicitou o reconhecimento de uma identidade diferente do adulto que tinha problemas particulares a serem tratados e pesquisados. Só a partir do século XIX começou-se a delimitar o estado de criança (Ariès: 1981).

O amor pela criança só desenvolveu-se muito lentamente. A partir do aprendizado infundido na modernidade, começou um interesse enfático por ela. Parecera que a falta de filiação afetiva dava-se mais por medo, sendo mais conveniente desligar-se dela que enfrentar o sentimento de perda que era comum na época, tanto pela mortalidade quanto pela rápida desvinculação do lar. Assim, a criança converteu-se num acidente, sempre de passagem na vida da família, regida muito circunstancialmente pelo grupo familiar. Só com o reconhecimento do social determinando a história, aparece uma humanização da criança dada a identificação da transformação do homem a partir do próprio homem.

Percebe-se como na evolução da história da criança se faz mínima referência à explicitação e consciência dos adultos em relação a ela, desenvolvendo-se múltiplas ambivalências. Nota-se que na modernidade, com a implantação do regime burguês, por um lado, encontra-se a visão idealizada que prega a liberdade da criança e os deveres e direitos criados pela sociedade perante ela, assim como, o exercício de respeito, de amor e de proteção que se lhe deve professar; do outro, tem-se as exigências de comportamento, ao ser a criança tratada e conduzida cotidianamente tal qual o adulto em responsabilidade, coragem, trabalho, conhecimento, junto ao fato de seguir sendo considerada como um ser carente, inferior e condicionado a obedecer e a seguir as ordens dos maiores. Não obstante, continua submetida às desigualdades a que se encontra.

A criança é um dos sujeitos mais afetados dentro do processo de apreensão do conhecimento, por estar no seu processo de formação sem maiores possibilidades de refutar ou criticar tal forma de pensar sua educação, ou seja, a forma de conceber o processo pelo qual é formada, instruída ou conduzida. Assim, a criança está submetida a ser influenciada pelas várias tendências e formas de concebê-la.

As teorias pedagógicas <sup>19</sup> podem ser tratadas como um ramo do saber, cujo estudo se ocupa da forma particular e sintética em que se concebe ao homem para ser educado na transmissão da cultura acumulada, quer dizer, na transformação contínua do homem, do seu estado de produção por si e para si por meio de atos intencionados que através da história o próprio homem vai moldando de acordo com seus interesses. Conseqüentemente, a pedagogia trata de como o homem, ao desenvolver os diferentes modos de viver, encarregou-se de acumular toda sua cultura, pensando formas mais definidas de transmissão que foram aparecendo na medida que este foi projetando-se na comunidade; seja nas relações de dependência absoluta entre dominadores-dominados seja em relação aos níveis de consenso perante as desigualdades dentro do grande ideal burguês ou na busca de estabelecer maior igualdade social dentro da prática real de vida e a partir da consciência social.

Toda sociedade, de modo geral, vai explicitando suas formas de fazer e refletir sobre si mesma e, em particular, sobre os indivíduos que a compõem, tornando mais consciente a vida do homem, seu mundo, sua história. Tudo isto especifica o acervo que vai compor os conteúdos que a pedagogia, a partir de uma concepção, transmite ao homem de forma sistemática desde o início de sua formação. Pode-se dizer, que a pedagogia, de forma implícita ou explícita, contém uma concepção de criança ao conduzir sua formação. Das premissas anteriores se deduz que a sociedade estabelece as concepções de criança, as quais ao obterem consenso, convertem-se em hegemônicas; são apropriadas pela pedagogia e processadas no interior desta, passando a ser reapropriadas e legitimadas pela própria sociedade.

---

<sup>19</sup> Esta leitura das correntes pedagógicas tem seu embasamento nos trabalhos de Saviani (1986, 1987 e 1991) e Suchodolski (1979).

Assim, a pedagogia, ao ser influenciada pelos condicionantes sociais, nos quais se desenvolvem os indivíduos que a pensam, e a partir da variedade de princípios e/ou circunstâncias que levam a formular sua filosofia, dá origem a múltiplas tendências, as quais diversificam ainda mais a forma de conceber a criança.

A partir da relação das concepções de infância e correntes pedagógicas, pode-se dizer que na sociedade tradicional concebeu-se a criança como um ser perverso que tinha que ser educado por meio do rigor na orientação e de castigos na mínima infração. Assim, no paradigma da Filosofia da Essência, em que impera o virtuosismo, a preparação para a pureza da alma e, por último, a busca do homem transcendental leva a pedagogia a formular suas propostas metodológicas de conduzir sua educação.

Associada esta filosofia à Escola Tradicional, constata-se o uso de meios de imposição de castigos, repressão e autoritarismos procurando a ascensão e dignificação da alma. O homem é visto como uma entidade que só pode responder a partir da ordem estabelecida pelas altas autoridades que detêm o poder político, familiar ou espiritual que governa suas ações e desejos. A criança é abordada de uma forma negativa que se tem que corrigir (endireitar), apoiando-se na severidade e seguindo um modelo que a leve à obediência, a responder ordens incontestáveis, a imitar o modelo de um adulto idealizado e a procurar a eterna perfeição. Tudo isso é reforçado por meio de um aprendizado menorítico e por uma estrita imitação de modelos preestabelecidos sob uma vigilância constante.

Este entendimento reproduz um modelo metafísico que descarta as possibilidades de contraste ou de comparação e, mais ainda, a análise das contradições existentes no conjunto das relações sociais. A disciplina rígida, as penalidades e os castigos têm que imperar. A vida de sofrimento e as limitações são os maiores mestres que levam ao enaltecimento das pessoas e que permitem alcançar as virtudes e a dignidade humana. Assim, ora cega para o mundo real ora cega para as crianças reais, este modelo somente amplia as deformações e as repressões, vendo o mundo unilateralmente a partir de um marco de ideais favoráveis aos governantes.

No interior da Pedagogia da Existência encontra-se uma filosofia liberal que proclama a igualdade por natureza, a busca da libertação das ataduras espirituais, estabelecendo com maior clareza a realidade individual, a natureza terrena e dando conta do novo ideal de cidadão. Todo homem é tido como igual, desconhecendo-se as desigualdades sociais, as lutas e as contradições existentes no interior da história e, destacando-se o ponto de vista de quem governa. O homem é visto como uma individualidade que tem que preencher os requisitos dos novos modos de produção.

As desigualdades sociais são tidas como um fato natural, cuja existência é observada como uma possibilidade para alguns e um fracasso para outros. Neste contexto, a criança é determinada pelo referencial em que é educada, sendo levada ao auto-convencimento de que seus esforços, seu progresso e seu sucesso lhe são pertinentes, sem contar as circunstâncias e as possibilidades que a rodeiam. Estas considerações levam ao discurso da igualdade para todos, perpassando, subjacente a este, a idéia da "incompetência" e do "fracasso" dos que não são capazes de ter sucesso. Por isto, ter-se-ia que proteger as crianças, livrando-as do mundo da degeneração social e tornando-as úteis à sociedade dentro de modelos em que a própria natureza humana permita desenvolver aptidões que tornem as crianças criativas e úteis para si mesmas.

Com estas idéias a Escola Nova conformou seus princípios educativos, partindo de um homem em igualdade de condições, universalizado-o, com os mesmos deveres e direitos e preparando-o para defendê-los. A definição do homem novo, com os valores burgueses, veio possibilitar o desenvolvimento do novo sistema de vida, o capitalista, onde todos os homens são livres para vender sua força de trabalho com plena vontade. Mas, contraditoriamente, os homens tornam-se mais alheios de uma consciência universal e mais facilmente manipuláveis.

A criança, ao ser guiada para um mundo onde os valores estão dirigidos ao desenvolvimento, ao progresso e ao sucesso, tem suas necessidades ligadas a verdades acabadas e impostas por uma pequena minoria que se privilegia deste processo em detrimento das necessidades básicas da grande maioria. Assim, no final do mundo medieval e, mais enfaticamente, na modernidade dá-se sustento a este modelo, começando-se a pensar a criança como diferente do adulto. A Escola

Nova, fundamentando-se neste modelo, refuta o modelo anterior da Escola Tradicional e passa a definir a criança como um ser com um potencial de aptidões, a quem se deve outorgar total liberdade para que possa identificar o que quer na exploração de sua natureza individual, cuidando para não deixar que os modelos repressores deformem sua vontade. Naturaliza-se o social, sem dar conta das desigualdades existentes, as quais continuam na prática fortalecendo diferentes concepções de crianças e, portanto, os modos de orientá-la.

Os homens isolados nos seus labores sociais, individualizam-se numa prática mais especializada, mais autômata e menos ligada ao coletivo. A escola, para sustentar este modelo, promove no dia-a-dia a divisão e a delimitação do trabalho, com profissionais qualificados em diversas áreas, exigindo uma maior tecnificação. Assim, a escola prepara individualidades orientadas para a formação de uma força de trabalho, mais ou menos consciente e alienada, para ser vendida à grande maquinaria da produção.

A ênfase na concepção de criança se reporta a sua bondade, devendo alimentar o seu lado bom de forma que a encaminhe e a defenda da sociedade, para que não seja deformada e para que possa facilmente ser conduzida, "em liberdade", para o mundo de valores imperantes. Esta orientação em função da produção é contrária à concepção anterior que considerava a criança má desde seu nascimento, impondo, por isto, contínuas correções.

O mundo contemporâneo, fortalecido com os novos conhecimentos pedagógicos, favoreceu a explicitação das concepções de criança, tornando a criança um ser com entidade própria, com uma delimitação etérea, convertendo-a em uma preocupação para os adultos. Estes começaram a sentir-se obrigados a reconhecer a existência da criança e a levar em conta suas condições. Sob este contexto, o homem, na busca da superação da dicotomia das tendências pedagógicas anteriores mas sem perder de vista suas contribuições, enfrentou novas propostas dentro do paradigma progressista. Este contempla o mundo como um todo em contínua contradição, onde as desigualdades sociais não são identificadas como um fato natural; muito pelo contrário, como resultado da inserção de um homem concreto em um meio histórico, síntese das múltiplas



determinações sócio-económicas e político-culturais, e em contínuo processo de transformação.

A análise reveste-se de grande significação, já que propõe mostrar para a criança sua responsabilidade na escolha das alternativas de vida, ampliando suas referências e abrindo-lhes possibilidades para uma maior e melhor compreensão do mundo e dos caminhos a seguir no processo de busca de novas respostas. Neste contexto, a Escola Histórico-Crítica vê a importância do desenvolvimento da liberdade dos indivíduos mas em relação às opções que a levem a identificar os diversos caminhos, reconhecendo a realidade tanto individual quanto o contexto socio-histórico em que se desenvolve sua vida (em contato com uma realidade em contínua transformação). A concepção de criança que se pode deduzir é a de um ser que se vai reformulando a partir dos limites da classe em que teve que nascer, mas cumprindo um papel histórico que deve ser favorecido pela educação.

Em termos gerais, pode-se extrapolar desta análise que é preciso o aprofundamento do estudo da relação das correntes pedagógicas e das concepções de infância, na medida em que a pedagogia não pode se limitar apenas as concepções de criança derivadas de saberes afins (por exemplo, as explicitações da psicologia sobre o que se pensa da criança), sendo necessário resgatar a própria concepção para ajudar a definir o campo de ação sem perder de vista a interação com as outras áreas (porém a partir dela própria).

Em síntese, num primeiro momento da análise considera-se que o conhecimento da história da criança no seu meio mais amplo, o contexto sócio-econômico, ajuda a identificar o processo educativo seguido através da história e, a incorporação da criança à sociedade e às diversas realidades a que foi submetida. Este processo, a partir da transmissão do acervo cultural, impõe a necessidade de estabelecer regras que assegurem a convivência com o grupo, subordinando a criança às diferentes mudanças nas exigências criadas pelos adultos em cada tipo de sociedade. Elaboraram-se, assim, concepções de infância em função das prioridades que a sociedade determinava, sendo a criança sempre desfavorecida pela falta de sua identificação e o reconhecimento de sua importância.

Nota-se que toda transformação da concepção da infância é submetida a uma grande manipulação por parte do adulto -com predominância do pai- desde as épocas mais remotas, onde não se tinha uma forte regulamentação social que determinasse os limites frente à autoridade dos mais velhos. O desenvolvimento levou a uma diferenciação dos indivíduos passando a distinguir os que tinham e os que não tinham possibilidades de exercer plenamente seu livre arbítrio. Com o reconhecimento de uma maior intervenção de instituições, como o Estado, o clero e outros organismos da sociedade civil, facilitaram-se as mudanças a partir de seus interesses. Por conseguinte, o homem pensando, e repensado, sua prática, e projetando-se sobre ela, planeja as possíveis formas de transformá-la. Assim, segundo suas necessidades encontra-se sempre em busca de novas respostas que o ajudem a avançar sobre sua realidade e seu meio; desta forma, o homem se concebe, constroi e transforma individual e socialmente.

Conseqüentemente, a partir da análise dos padrões de vida tidos como modelos a serem seguidos pelos indivíduos (levados a pertencer a uma entidade social de classe e a seguir o modelo histórico-social que lhe foi transmitido de geração a geração é possível chegar a uma concepção de criança na pedagogia. Isto supõe, por sua vez, acompanhar a mudança histórica da sociedade, na medida que esta concepção (des)faz-se a partir do encaminhamento que a sociedade segue. Reconhece-se, assim, o acompanhamento que a pedagogia faz da sociedade e de suas transformações, retratando as mudanças das concepções de infância. Dessa forma, a educação é inerente à vida individual e social de cada pessoa, sendo uma necessidade para a sua subsistência. Com sua delimitação e definição a educação caracteriza-se numa pedagogia. A história da criança permite perceber estes dois momentos. Um, a transmissão dos valores da sociedade como um todo e, o outro, a estruturação da pedagogia com a sistematização do saber que adere às diferentes concepções que o homem estabelece para orientar sua forma de vida.

## BIBLIOGRAFIA

- ARIÈS, Philippe. (1981) História Social da Criança e da Família. Trad. Dora Flaksman, 2ª ed., Guanabara, Rio Janeiro.
- BADINTER, Elisabeth. (1985) Um Amor Conquistado. Mito do Amor Materno. Trad. Dutra Waltensir, 3ª ed., Nova Fronteira, Rio Janeiro.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (1988) O que é Educação? 22ª ed., Brasiliense, São Paulo.
- BRUCE, Rosse James. (1982) "El Niño de Clase Media en la Italia Urbana, del S.XIV a Principios del S.XVI". Em DeMouse (1982), Historia de la Infancia.
- DEMOUSE, Lloyd. (Org) (1982) Historia de la Infancia. Trad. María Dolores López Martínez, Alianza, Universidad, Madrid.
- ENGUITA, Mariano f. (1989) A Face Oculta da Escola. Educação e Trabalho no Capitalismo. Trad. Tomaz Tadeo da Silva, Artes Médicas, Porto Alegre.
- ILLICK, Joseph E. (1982) "La Crianza de los Niños en Inglaterra e América del Norte en el Siglo XVII". Em DeMouse, (1982), Historia de la infancia.
- LUZURIAGA, Lorenzo. (1990) História da Educação e da Pedagogia. Trad. Luiz e J. B. Damasco Penna, 10ª ed., Companhia Editora Nacional, São Paulo.
- MANACORDA, Mario A. (1987) Historia de la Educación. Trad. Miguel Martí, Siglo XXI, México.

- MARX, Karl. (1973) Introducción General a la Crítica de la Economía Política. 7ª ed. PyP, Córdoba.
- Mc LAUGHIN, Mary Martin. (1982) "Supervivientes y Sustitutos: Hijos e Padres S. IX al XIII". Em DeMouse, (1982), Historia de la Infancia.
- OLIVEIRA, Maria de L. (1989) Infância e Historicidade. Tese de doutorado, PUC., São Paulo.
- PLATÃO (1973) A República. (2 vol), trad. J. Guinsburg, 2ª ed., Clássicos Garnier, DIFEL, São Paulo.
- PONCE, Anibal. (1983) Educación y Lucha de Clases. 6ª ed., Editores Mexicanos Unidos, México.
- RICHARD, B. e LYMAN, Jr. (1982) "Barbarie y Religión: La Infancia a Fines de la Época Romana y Comienzos de la Edad Media". Em DeMouse, (1982), Historia de la Infancia.
- SAVIANI, Dermeval. (1986) Escola e Democracia. 14ª ed., Cortez: Autores Associados, São Paulo.
- \_\_\_\_\_, (1987) Educação: do Senso Comum à Consciência Filosófica. 8ª ed., Cortez: Autores Associados, São Paulo.
- \_\_\_\_\_, (1991) Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras Aproximações. 2ª ed., Cortez: Autores Associados, São Paulo.
- SUCHODOLSKI, Bogdan. (1979) A Pedagogia e as Grandes Correntes Filosóficas. Trad. Liliana Rombert Soeiro, Livros Horizonte, Lisboa.
- TUCKER, M. J. (1982) "El Niño como Principio y Fin: La Infancia en la Inglaterra de los Siglos XV y XVI". Em DeMouse (1982), Historia de la Infancia.

WIRTH, Marwick Elizabeth (1982) "Naturaleza y Educación: Pautas y Tendencias de la Crianza de los Niños en la Francia del Siglo XVII". Em DeMause, (1982), Historia de la Infancia.